

SEGURANÇA

OLHARES DO ESTADO, ACADEMIA, SOCIEDADE,
EMPRESAS E TRABALHADORES



Cadernos *The People* | 2017 | Ano 1 | Número 1 - Segurança: Olhares do Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores
Distribuição Gratuita | Coordenadores: Natividade Gomes Augusto & João Milhano

Revista *Segurança Comportamental* | 2017 | Ano 8 | Número 11 | Valor: 5,00 € | Anual | www.seguranacomportamental.com





Safety Coaching Program

geral@pro-ativo.com
+351 216 022 572

ProAtivo,
Instituto Português

Conteúdos

Apresentação

04. **Coordenação** Natividade Gomes Augusto & João Milhano

CAPÍTULO I Segurança Interna

10. **Editorial** João Milhano
12. **Estado** Carla Rodrigues Pinto - Autoridade Nacional de Aviação Civil
20. **Empresas** Rui Costa Gomes - Infraestruturas de Portugal, SA

CAPÍTULO II Segurança Alimentar

30. **Editorial** César P. Augusto
34. **Estado** Pedro Portugal Gaspar - Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
42. **Academia** Jorge Saraiva - Universidade de Aveiro
48. **Sociedade** Ana Cristina Tapadinhas - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor
54. **Empresas** Pedro Queiroz - Federação das Indústrias Portuguesas Agro-alimentares

CAPÍTULO III Segurança na Escola

64. **Editorial** Diana Santiago Carreira
66. **Academia** Margarida Gaspar de Matos - Faculdade de Motricidade Humana

CAPÍTULO IV Segurança na Estrada

74. **Editorial** Celestino Martins
76. **Sociedade** Carlos Barbosa - Automóvel Club de Portugal

CAPÍTULO V Segurança no Trabalho

82. **Editorial** Natividade Gomes Augusto
84. **Estado** Pedro Pimenta Braz - Autoridade para as Condições de Trabalho
92. **Academia** João Areosa - Universidade Nova de Lisboa - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais
102. **Empresas** Sérgio Manuel - EDP- Energias de Portugal, SA
108. **Empresas** Luís Fernandes - CIMPOR Intercement
114. **Trabalhadores** Arménio Carlos - Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses - Intersindical Nacional

CAPÍTULO VI Segurança de Informação

122. **Editorial** João Milhano
124. **Estado** Pedro Veiga - Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança
128. **Estado** Filipa Calvão - Comissão Nacional de Proteção de Dados

FICHA TÉCNICA

Coordenação

Natividade Gomes Augusto: Vogal do Conselho Editorial em representação da PROATIVO, Instituto Português. Socióloga. Pós-graduada em Gestão de Segurança (safety). Gestora de Segurança (Security). Especialista em *Behaviour Based Safety & Security*

João Milhano: Vogal do Conselho Editorial em representação da PSP-Polícia de Segurança Pública. Gestor de Segurança (Security). Especialista em Segurança (Safety)
direcao@seguranca comportamental.com

Responsáveis Técnicos

César Petrónio Augusto: Responsável do Capítulo II sobre a Segurança Alimentar. Larga experiência como Diretor de Manutenção na Indústria Alimentar. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Celestino Martins: Responsável do Capítulo IV sobre a Segurança na Estrada. Experiência de Segurança Rodoviária em Contexto Laboral. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Diana Santiago Carreira: Responsável do Capítulo III sobre a Segurança Escolar. Doutorada em Geografia Humana. Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*
geral@seguranca comportamental.com

Responsável Científico

Sónia P. Gonçalves: Diretora do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*
sonia.goncalves@seguranca comportamental.com

Coleção Cadernos *The People* - publicação da Revista *Segurança Comportamental*

Caderno Temático n.º: Segurança - Olhares do Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores

SSN (International Standard Serial Number) n.º 1647 - 5976 | INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) n.º 20091000031258

Propriedade:

GA, Lda., Rua Fernando maurício | n.º 21 | 4C, 1950-447 Lisboa - Tel.: 216 022 572 - NIF 509892361 - www.seguranca comportamental.com

Apresentação



COORDENADORES

Natividade Gomes Augusto Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental* em representação do PROATIVO, Instituto Português
João Milhano Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental* em representação da PSP - Polícia de Segurança Pública

Os Cadernos *The People* (CTP) tem foco nas pessoas e é uma das publicações da Revista Segurança Comportamental (RSC). A sua existência prende-se com a partilha e difusão de conhecimento técnico-científico sobre as pessoas enquanto parte integrante dos sistemas que tenham como objetivo um ambiente social melhor. Em primeira instância por inerência temática surge o sistema de segurança, no entanto também todos os outros sistemas onde a vertente comportamental é considerada e determinante são fundamentais, como por exemplo, no sistema de saúde, de qualidade, de ambiente, de responsabilidade social, de recursos humanos, etc. Este CTP número 1 é parte integrante da Revista Segurança Comportamental (Edição n.º 11), tem origem pelo facto de uma franja dos leitores da RSC solicitar o desenvolvimento de alguns temas, indo ao encontro dos interesses também de alguns autores. A estrutura do CTP 1 sobre Segurança foi pensada por forma a ajudar a criar e moldar os comportamentos em prol de um ambiente social mais seguro. Neste sentido serão tratados os temas de Segurança Interna, Segurança da Informação, Segurança e Saúde no Trabalho, Segurança na Estrada, Segurança Alimentar e Segurança na Escola, de forma que o indivíduo social seja confrontado com um alinhamento de mudança de valores no sistema social completo. São apresentados os olhares das seguintes partes interessadas: Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores. Decidiu-se assim executar uma edição composta por opiniões de prestigiados representantes de vários *players* do sistema de segurança (*safety & security*). Foram selecionadas personalidades que representem com rigor essas partes interessadas do sistema de segurança e que possam servir de exemplo a toda a comunidade, de forma que possam vir a influenciar no futuro a mudança comportamental das sociedades e promover uma cultura de segurança das instituições e da nação. Desta forma, espera-se que as personalidades escolhidas venham a ajudar a criar ou moldar valores, atitudes e comportamentos, que objetivem o bem-estar e a salvaguarda da vida humana da comunidade.

Quem somos? ⁽¹⁾ ⁽²⁾

O CTP 1 é coordenado pela representante da PROATIVO, Instituto Português (Natividade Gomes Augusto) e pelo representante da PSP-Polícia de Segurança Pública (João Milhano) no Conselho Editorial da RSC. Conta ainda com a participação de três especialistas técnicos em Segurança, Vogais do Conselho Editorial da RSC, sendo eles: César Augusto (Segurança Alimentar); Celestino Martins (Segurança Rodoviária) e Diana Carreira (Segurança Escolar). A Diretora do Conselho Editorial da RSC, Sónia P. Gonçalves, participa na vertente científica do trabalho.

Metodologia

A metodologia aplicada utilizou a técnica de entrevista direcionada. O guião de entrevista do CTP 1 foi construído baseada na construção temática numa perspectiva de afunilamento, do mundial/global, europeia e portuguesa. As entrevistas foram executadas presencialmente e outras por escrito via e-mail. Os convites foram definidos segundo o método estratificado tendo como objetivo a representatividade de todos os *players* em quaisquer dos sistemas de segurança. Foram convidadas trinta e oito personalidades, destas vinte e quatro confirmaram presença. No entanto, somente quinze apresentaram o trabalho proposto. No quadro abaixo apresentamos a síntese de participações:

Sistemas	Player	Entidade	Representante
Segurança Interna	Estado	Autoridade de Segurança de Aviação Civil (ANAC)	Carla Pinto <i>Chefe de Gabinete do Controlo de Qualidade da Segurança (Security)</i>
	Empresas	Infraestruturas de Portugal, SA	Rui Costa da Fonte <i>Diretor do Departamento de Security</i>
Segurança Alimentar	Estado	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE)	Pedro Gaspar <i>Inspetor-Geral da ASAE</i>
	Academia	Universidade de Aveiro	Jorge Saraiva <i>Diretor da licenciatura em Biotecnologia. Professor Universitário.</i>
	Sociedade (consumidores)	Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor – DECO	Ana Cristina Tapadinhas <i>Diretora-Geral da DECO</i>
	Empresas	Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares	Pedro Queiroz <i>Diretor-Geral da FIPA</i>
Segurança na Escola	Academia	Faculdade de Motricidade Humana, Universidade de Lisboa	Margarida Gaspar de Matos <i>Coordenadora do Health Behaviour In School - Aged Children (HBSC) da OMS. Professora Universitária.</i>
Segurança na Estrada	Sociedade (Automobilistas)	Automóvel Club de Portugal (ACP)	Carlos Barbosa <i>Presidente do ACP</i>
Segurança no Trabalho	Estado	Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT)	Pedro Pimenta Braz <i>Inspetor Geral da ACT (à data)</i>
	Academia	Instituto Superior de Línguas e Administração. Universidade Nova de Lisboa - Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais	João Areosa <i>Investigador Social do CICS-UNL. Professor Universitário.</i>
	Empresas	EDP- Energias de Portugal, SA.	Sérgio Manuel <i>Diretor de Prevenção e Segurança da EDP, SA</i>
		CIMPOR Intercement	Luís Alves Fernandes <i>Vice-presidente da CIMPOR Intercement das unidades Portugal e Cabo Verde</i>
	Trabalhadores	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses Intersindical Nacional (CGTP-IN)	Arménio Carlos <i>Secretário-Geral CGTP-IN</i>
Segurança Informação	Estado	Gabinete Nacional de Segurança / Centro Nacional de Cibersegurança (GNS/CNCS)	Pedro Veiga <i>Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS)</i>
		Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)	Filipa Calvão <i>Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd)</i>

Conclusão

Em jeito de breve síntese apresentam-se algumas das preocupações e/ou sugestões que nos parecem consensuais e pertinentes.

	Preocupações e/ou Sugestões
Segurança Interna	<ul style="list-style-type: none"> - Segurança pública deve aproveitar as sinergias entre a segurança interna e a defesa nacional. - Atualmente ocorre a implementação de departamentos security nalguns setores de atividade como é o caso de instituições de crédito e centros comerciais, bem como, em empresas de segurança privada. - O atual desafio para a segurança da aviação civil no lado terra é a designada insider threat no contexto do fenómeno do terrorismo e da radicalização globalizada. - Em security a mitigação do risco faz-se essencialmente através da redução de vulnerabilidades do sistema, onde o papel do fator humano é determinante.
Segurança Alimentar	<ul style="list-style-type: none"> - O consumidor português está hoje mais informado, exigente e é um parceiro fundamental na evolução da nossa cultura de "food safety", reportando o que considera menos bem e premiando os bons exemplos. - O panorama português é bom no que respeita à "food safety". - A nível global destaca a chocante contradição de uma em cada oito pessoas sofre carências alimentares a nível mundial, enquanto 1/3 dos alimentos são desperdiçados. - O caminho a seguir será o de continuarmos a aposta na maior literacia do consumidor, para que este continue a ser cada mais interventivo, conseguindo fazer as melhores escolhas. - Uma das grandes ameaças prende-se com a utilização de pesticidas, a poluição das reservas hídricas e o abandono da agricultura. - Portugal, a par da Europa, é dos locais mais seguros para se consumir alimentos. - Os empresários portugueses mostram interesse para investimentos na área da segurança alimentar, contribuindo diretamente para a reputação das empresas e das suas marcas. - O grande desafio global é de se conseguir uniformizar todo um conjunto de legislação, boas práticas e procedimentos internacionais, de modo a que sistemas com diferentes níveis de exigências, em países que deviam ter padrões semelhantes, possam ter resultados finais semelhantes. - A "food defense" é ainda pouco abordada.
Segurança na Escola	<ul style="list-style-type: none"> - A situação de insegurança nas escolas tem a ver por um lado com os acidentes e por outro lado com a violência interpessoal. Neste momento há ainda o chamado cyberbullying e o uso abusivo e problemático da internet. - Nem toda a falta de segurança corresponde a atos de violência física, nem tão pouco a falta de segurança afeta de igual modo todos os indivíduos. - A insegurança na escola, é algo transversal em termos de espaço e atores, bem como um fenómeno que pode tomar várias formas. - Cerca de 13% das escolas facilitam o processo de convivalidade pacífica, cerca de 16% das escolas prejudicam este processo e as restantes não têm um efeito definido. - Nas famílias nem sempre há segurança, nomeadamente no que se refere a violência interpessoal, física ou emocional. - A mudança de cultura seria o modo mais continuado e sustentável de mudar para sempre e de aumentar a segurança percebida e efetiva. - Para a mudança é importante a concretização de uma parceria "família-escola-autarquia-município-país". - O Estado deve juntar-se e facilitar a ação da sociedade civil, mas também tem de permitir as ações e a sua sustentabilidade.
Segurança na Estrada	<ul style="list-style-type: none"> - Urge mudar o paradigma da segurança rodoviária e consequentemente melhorar a cultura preventiva dos portugueses. - As estatísticas da sinistralidade rodoviária indicam que as boas vontades políticas, as sucessivas revisões do código da estrada, as campanhas preventivas pontuais e o tipo de fiscalização efetuada, não são suficientes para reduzir significativamente a calamidade portuguesa. - Na segurança rodoviária torna-se premente definir estratégias que permitam encaminhar os jovens, desde tenra idade, para a adoção de comportamentos seguros a todos os níveis e consciencializar efetivamente os atuais utilizadores da via pública para as consequências dos seus comportamentos. - Incluir a prevenção dos riscos nos currículos escolares, incluir a temática comportamental na formação dos condutores, formar em prevenção rodoviária quem planeia as vias públicas, implementa passagens de peões, define sinalética, dar prioridade à fiscalização preventiva em detrimento da repressiva, dar visibilidade à prevenção rodoviária na prevenção dos riscos profissionais, divulgar insistentemente nos media as alterações ao código da estrada, desenvolver campanhas contínuas direcionadas à melhoria comportamental, são algumas das ações imprescindíveis para uma mudança cultural focada na segurança rodoviária.
Segurança e Saúde no Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> - A estratégia nacional de SST 2014-2020 está num limbo, cuja avaliação intermédia é desconhecida. - Há que visitar e alterar o modelo atual do sistema de segurança e saúde no trabalho implementado em Portugal há umas décadas. - A integração de conteúdos nos currículos escolares e nos programas do ensino universitário é imperativo para que se crie uma cultura de segurança no país e se dê um grande passo civilizacional. - Os resultados de Portugal em termos de SST são consequência da falha no sistema de educação, do défice financeiro das empresas e falta de consciencialização dos responsáveis. - Na implementação da cultura de segurança o essencial, para além de regras, procedimentos, etc., é a mudança de mentalidades e atitudes. Tal só se consegue se toda a cadeia de liderança da empresa for o "motor" da mudança de mentalidades, através do seu exemplo. - Uma empresa que se pauta por uma política de zero acidentes tem obviamente de ter uma política de promoção de comportamentos seguros. - A maioria das empresas ainda não percebeu que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa.
Segurança da Informação	<ul style="list-style-type: none"> - Cibersegurança refere a pouca cultura de segurança digital existente e considera o fator humano, a educação, a sensibilização e a prevenção como fatores cruciais. - Há necessidade da confiança em geral, mas sem deixar de estudar e investir na sociedade digital, com atenção à cibersegurança ao nível de comportamentos e ações. - A segurança dos dados pessoais ainda não é vista como uma prioridade. - No domínio físico há vulnerabilidades que com a adoção de simples medidas procedimentais adequadas e sem grandes investimentos ajudariam a aumentar o nível de segurança da informação. - No que respeita a sanções a aplicar, por violação do regulamento geral de proteção dados, defende a igualdade de tratamento entre entidades públicas e privadas. - Sugere a adoção de mecanismos e soluções técnicas como a adoção da privacy by design, como formas de minimizar o risco. - Há défice de cultura de segurança quer dos próprios titulares dos dados, passando pelos utilizadores das IT, até aos responsáveis de empresas e organismos.

Por razões expressas no quadro anterior esta publicação será enviada os órgãos de soberania: Presidente da República; Assembleia da República; Governo e Tribunais.

Financiamento

O CTP 1 foi financiado por PROATIVO, Instituto Português. É disponibilizado ao público completamente gratuito.

Agradecimentos

Os coordenadores e responsáveis deste trabalho querem expressar o seu profundo agradecimento a todos os entrevistados e instituições envolvidas, pela disponibilidade e respetivas contribuições, fulcrais para esta primeira publicação.



Natividade Gomes Augusto
*Coordenadora do Caderno, em representação do
PROATIVO, Instituto Português*



João Milhano
*Coordenador do Caderno, em representação da
PSP-Polícia de Segurança Pública*

.....
⁽¹⁾ A RSC é uma revista técnico-científica, implementada desde 2010 no mercado luso-brasileiro, com carácter independente, e indexada a nível internacional na base Latindex (Sistema Regional de Información en Línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal).

⁽²⁾

Missão:

Criar ou moldar valores, atitudes e comportamentos de segurança, em prol de um ambiente social melhor!

Visão:

Ser a maior referência em termos de dinamismo nos países de língua oficial portuguesa, com base na ciência e inovação, promovendo através da mudança comportamental uma vida melhor, mais segura e saudável.

Valores :

Valores de suporte

- Salvaguarda da vida humana
- Proteção do meio ambiente
- Defesa da propriedade
- Respeito pelas pessoas

Valores de intervenção

- Compromisso visível: é imperativo praticarmos o que dizemos.
- Conhecimento de ponta: acompanhamos os avanços teóricos e práticos.
- Credibilidade e rigor: controlo regular do conhecimento transmitido, através de colaborações de académicos e técnicos especialistas.
- Proatividade: a flexibilidade e o dinamismo perante situações novas.
- Confidencialidade: confidencialidade e respeito por todos os *stakeholders*.

Behaviour Based Safety

Cultura de Segurança

Proficiência em risco

Observações Preventivas de Segurança

Indicadores Proativos de Segurança



CAPÍTULO I

Segurança Interna

ESTADO

Carla Rodrigues Pinto

Autoridade Nacional de
Aviação Civil (ANAC)

EMPRESAS

Rui Costa Gomes

Infraestruturas de
Portugal, SA



João Milhano
RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Vogal do Conselho Editorial da *Revista Segurança Comportamental*
em representação da PSP - Polícia de Segurança Pública

“**A** segurança interna é a atividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática.” (Cfr. N.º 1 da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto – Lei de segurança interna)

Sabemos de antemão das naturais dificuldades em falar de segurança num país classificado como um dos mais pacíficos do mundo. Porém, o desafio de tentar fazer uma abordagem integral da segurança nas suas principais vertentes, ainda que e naturalmente do ponto de vista comportamental, acabou por nos impelir a convidar diversas entidades representativas daquelas vertentes a concederem uma entrevista. Das diversas entrevistas resultam manifestos os diversos olhares que se adivinhavam e que agora nos permitem ver de outra forma, ver de dentro, uma e outra daquelas vertentes.

A abordagem procurou pois ser integral, situando-se no plano preventivo, focada no fator humano, no comportamento humano, enfim, na segurança comportamental.

Foram pois convidadas diversas entidades representativas do setor da segurança interna mas, lamentavelmente e por vicissitudes várias, nem todas essas entidades se fizeram representar.

Das entrevistas obtidas, podemos destacar entre outras, algumas das principais referências:

Para Carla Pinto, responsável pelo Gabinete de Facilitação e Segurança da Autoridade Nacional de Aviação Civil, o nível de cultura de segurança pode ser proporcional ao nível de risco. Refere ainda o atual desafio para a segurança da aviação civil a segurança do lado terra e a designada *insider threat* no contexto do fenómeno do terrorismo e da radicalização globalizada.

Fala-nos da redução de vulnerabilidades como contributo para a mitigação do risco e da possibilidade de as novas ameaças levarem também empresas a desenvolver novos meios técnicos e tecnológicos.

Rui Fonte, Diretor do Departamento de *Security* da Infraestruturas de Portugal, fala-nos de um caso de sucesso na interação entre empresas e Estado em matéria de prevenção de ilícitos, trata-se do caso da PSAT - Associação Para a Proteção de Ativos Técnicos. Esta associação tem por finalidade a prevenção de furtos de metais não preciosos e desenvolve a sua ação em proximidade e cooperação com as forças de segurança. Rui Fonte fala ainda da importância que tem vindo a ter a implementação

de departamentos *security* nalguns setores de atividade como é o caso de instituições de crédito e centros comerciais, bem como da crescente implementação de empresas de segurança privada em complemento da segurança pública. Segurança pública que deve aproveitar as sinergias entre a segurança interna e a defesa nacional. Destaca ainda o facto de a segurança coletiva ser atualmente uma responsabilidade não só das forças de segurança mas de todos.

Ao encontro do que acima fica exposto, importa aqui dar conta de um dos aspetos porventura

menos conhecidos da já referida lei de segurança interna (LSI).

Relevante é o facto de a LSI, positivar não apenas direitos mas também deveres. Deveres gerais e especiais, deveres do cidadão em geral mas também do funcionário em especial.¹

Decorre pois que pelo menos ao nível jurídico se encontra sedimentada a ideia de que a responsabilidade da segurança coletiva, não é exclusiva do Estado ou das forças de segurança, no sentido de que também sobre a sociedade e o cidadão recaem deveres de colaboração neste desígnio.²

Sabemos de antemão das naturais dificuldades em falar de segurança num país classificado como um dos mais pacíficos do mundo. Porém, o desafio de tentar fazer uma abordagem integral da segurança nas suas principais vertentes, ainda que e naturalmente do ponto de vista comportamental, acabou por nos impelir a convidar diversas entidades representativas daquelas vertentes a concederem uma entrevista.

Finalmente importa também não perder de vista a tarefa fundamental do estado que aqui nos importa: “Garantir a independência nacional e criar as condições políticas, económicas, sociais e culturais que a promovam e Garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de direito democrático”(Cfr. Art.º 9.º da CRP).

Acervo este a que cada vez mais estudiosos se têm vindo a referir de forma geral como segurança nacional, a que o legislador penal acautelou aqui sob a designação: “Dos crimes contra a segurança do Estado”.³ ◊

¹ Neste diploma fica consagrado que também os cidadãos têm o dever de colaborar numa tarefa fundamental do Estado – a segurança interna. No artigo 5.º, sob a epígrafe: “*Deveres gerais e especiais de colaboração*”, dispõe-se: “os cidadãos têm o dever de colaborar na prossecução dos fins de segurança interna (...)”, para referir depois que “os funcionários, na aceção do Código Penal, e os militares têm o dever especial de colaboração com as forças e os serviços de segurança”.

² Espírito também subjacente à criação dos Conselhos municipais de segurança, consagrados pela Lei n.º 33/98 de 18 de julho, cujas competências foram em 2015, alargadas também à designada violência doméstica.

³ Para lá de toda a problemática associada quer à segurança interna diretamente por via do espaço de liberdade segurança e justiça da União Europeia quer à segurança externa por via da participação de Portugal na NATO.



Responsável pelo Gabinete de Facilitação e Segurança da ANAC e Inspectora de segurança da aviação civil, pela Comissão Europeia. É mestranda em Relações Internacionais, pelo ISCSP, em desenvolvimento de dissertação sobre “A (re) invenção do terrorismo e o impacto na segurança (*security*) da aviação civil na Europa”. Diz à *Revista Segurança Comportamental* que a segurança da aviação civil assiste a novos desafios, a segurança do lado terra e a insider threat, caracterizada pela radicalização globalizada, pela vulnerabilidade do fator humano e pelo valor estratégico. Os Estados devem ter uma visão global dos vários setores dos transportes, mas materializada no valor estratégico de cada. O incremento, e melhoria constante, do nível de segurança da aviação civil assenta no desenvolvimento de uma cultura securitária nas empresas e na partilha de informação relevante com os serviços do Estado, sempre com o foco na prevenção.

O fator humano é permeável ao risco da insider threat, será através de uma cultura organizacional assente na cultura securitária que colmatará esse risco.

**Revista Segurança Comportamental [RSC]:
Como caracteriza o atual estado da designada
segurança da aviação civil na generalidade dos
países?**

Carla Pinto [CP]: A segurança da aviação civil está inerentemente associada ao terrorismo transnacional, que se tem caracterizado por ataques a alvos indiscriminados, considerando-se como a gênese deste “fenómeno” os ataques de 11 de setembro de 2001, e o mais recente caso do ataque ao Aeroporto de Bruxelas em 22 de março de 2016. Esta transnacionalidade do terrorismo não pode ser dissociada da atual era de globalização repleta de interações mundiais em todas as áreas do nosso quotidiano, e coadjuvadas pelos avanços tecnológicos. Ora, o terrorismo transnacional incorpora, neste contexto, o “fenómeno” da radicalização globalizada, por via de uma propaganda de cariz islamista disponível em qualquer região do mundo. No âmago do fenómeno da radicalização globalizada subsiste, indissociavelmente, o fator humano, tão imprescindível nas interações mundiais da globalização. Sendo a segurança da aviação civil a combinação de medidas e de recursos humanos e materiais destinada a proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita que ponham em causa a segurança da aviação civil, o fator humano torna-se preponderante nesta articulação de medidas, independentemente dos meios tecnológicos disponíveis para a eficaz aplicação das medidas de segurança. Neste sentido, apresenta-se como desafio o “fenómeno” da radicalização globalizada que, inserido no contexto da segurança da aviação civil, se apresenta como o fator impulsionador da insider threat.

A este propósito, refira-se que a Resolução 2309 de 2016 das Nações Unidas reafirma que os ataques terroristas contra a aviação civil constituem uma ameaça para a paz e segurança internacionais, expressa séria preocupação quanto aos grupos terroristas que persistem em explorar as vulnerabilidades do sistema de segurança da aviação civil internacional, e reconhece que a aviação civil continua a ser um alvo preferencial dos grupos terroristas. Sendo a aviação civil um setor catalisador do desenvolvimento económico dos países e regiões do mundo, e, igualmente, um

fator determinante na atual era da globalização, é compreensível que continue a constituir-se como um alvo preferencial dos grupos terroristas, com o objetivo de criar disrupção económica, social e política. Assistimos, assim, a novos desafios para a segurança da aviação civil, caracterizados pela radicalização globalizada, pela vulnerabilidade do fator humano, e pelo valor estratégico do setor do transporte aéreo.

[RSC]: Existem diferenças significativas entre países? Entre regiões? Quais as principais causas?

[CP]: Sim, iminentemente entre regiões. O impacto da globalização, associado às estruturas de base dos vários Estados, assim como às características culturais e às próprias heranças históricas, atribuem às várias regiões do mundo fatores que determinam a perceção securitária vigente.

Isto não significa que as diferenças constituam vulnerabilidades, mas sim diferentes formas de implementar um sistema de segurança da aviação civil, cumprindo o seu objetivo, e respeitando as várias políticas de cada Estado.

Aliás, o Anexo 17 à Convenção de Chicago da Organização da Aviação Civil Internacional promove, através de normas e práticas recomendadas, a aplicação harmonizada de medidas de segurança, respeitando a soberania dos Estados, e assente no princípio de “*no country left behind*”.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e que soluções se perfilam para os debelar?

[CP]: A aplicação de um sistema de segurança da aviação civil tem, necessariamente, de converter obstáculos em desafios. A identificação e reconhecimento destes desafios pressupõe uma abordagem preventiva que promove uma cultura securitária. Esta cultura securitária obriga a que todos os intervenientes do Estado envolvidos em políticas securitárias tenham as suas responsabilidades e esfera de atuação bem definidas, estabelecendo mecanismos de cooperação e interação robustos. Esta abordagem preventiva de cultura securitária promove a mitigação do risco, com um acompanhamento da ameaça proporcional ao nível vigente, com a perfeita identificação das vulnerabilidades do

sistema, e com o reconhecimento de que a eficaz e eficiente afetação de meios humanos e recursos materiais motivam, de forma inequívoca, soluções para colmatar os novos desafios.

[RSC]: Que desafios se apresentam a nível global nesta matéria?

[CP]: Os atuais desafios para a segurança da aviação civil a nível global encontram-se objetivamente identificados e reconhecidos pelos vários países e regiões do mundo. De facto, a última Assembleia da Organização da Aviação Civil Internacional reconheceu como principais desafios a segurança do lado terra e a *insider threat*, inseridos no atual contexto de terrorismo e do “fenómeno” da radicalização globalizada.

Independentemente das características intrínsecas a cada região do mundo, e dos países que a constituem, a ameaça é global, o terrorismo é transnacional, os alvos são indiscriminados, as formas de atuação são inovadoras, e a aviação civil continua a ser um alvo preferencial.

Sendo os desafios comuns, a abordagem tem de ser comum, harmonizada e sustentada numa política securitária preventiva, tanto quanto possível antecipadora às intenções e capacidades dos grupos terroristas.

[RSC]: Como caracteriza de forma geral a perceção da sociedade portuguesa relativamente à segurança?

[CP]: Tem-se vindo a assistir a conjunto de ações de sensibilização em segurança nos vários setores estratégicos da sociedade portuguesa, o que promove o desenvolvimento de uma cultura securitária. Esta sensibilização origina nos cidadãos uma atitude de resiliência face à ameaça percecionada e às várias medidas de segurança implementadas. Contudo, importa realçar o equilíbrio entre ataques concretizados e possíveis ataques, ou seja, a resiliência é tanto mais forte quanto a possibilidade de ataques terroristas ser longínqua, e a manutenção desta resiliência

constitui, per si, um desafio para o próprio Estado, na medida que tem de haver um trabalho coordenado, e constante, entre as várias entidades com responsabilidades securitárias para mitigar o risco de ocorrência de um ataque terrorista.

[RSC]: Como caracteriza o Estado da cultura de segurança em geral em Portugal?

[CP]: Constata-se uma perceção securitária proporcional ao nível de risco em Portugal. Sem prejuízo de os mais recentes ataques terroristas ocorridos na Europa afetarem o sentimento de segurança dos cidadãos, assiste-se a várias iniciativas de promoção de uma cultura de segurança, a qual vai desenvolvendo, proporcionalmente, uma cultura preventiva.

[RSC]: Em que aspetos e em que medida considera ser admissível sacrificar a liberdade individual para se obter a segurança coletiva enquanto base das relações sociais?

[CP]: Na mesma medida em que os obstáculos à segurança devem ser convertidos em desafios, a liberdade individual não deve ser considerada

“A aplicação de um sistema de segurança da aviação civil tem, necessariamente, de converter obstáculos em desafios. A identificação e reconhecimento destes desafios pressupõe uma abordagem preventiva que promove uma cultura securitária.”

como sacrificada, mas sim como garantida e protegida. Se por um lado a atual Era da globalização exponencia as interações e relações sociais, também exponencia as vulnerabilidades da segurança coletiva e, conseqüentemente, da liberdade individual. As relações sociais tornam-se mais dinâmicas, mais voláteis e permeáveis a determinado tipo de ilícitos que surgem como “a outra face da moeda” do desenvolvimento globalizado.

É naturalmente aceitável que o Estado adote

medidas de prevenção e meios para proteção dos cidadãos, das estruturas sociais, e das próprias estruturas de base do Estado. A garantia e proteção da liberdade individual tem de ser proporcional ao atual contexto da ameaça e é, indubitavelmente, inevitável.

[RSC]: Face ao atual quadro de riscos e ameaças transnacionais, acha que continua a justificar-se a manutenção da tradicional divisão entre os domínios da segurança da aviação civil, segurança marítima, segurança rodoviária, e segurança ferroviária?

“Tem-se vindo a assistir a conjunto de ações de sensibilização em segurança nos vários setores estratégicos da sociedade portuguesa, o que promove o desenvolvimento de uma cultura securitária. Esta sensibilização origina nos cidadãos uma atitude de resiliência face à ameaça percecionada e às várias medidas de segurança implementadas.”

[CP]: É precisamente pelo facto da ameaça e do terrorismo terem um carácter transnacional, que as divisões entre os vários domínios têm de existir, dado que o valor estratégico de cada setor de transporte – aéreo, marítimo, rodoviário e ferroviário – é diferente em cada Estado, e em cada região do mundo.

A cultura securitária existente em cada setor de transporte é proporcional ao seu historial de ataques terroristas, ou de outra natureza, aos meios humanos e técnicos que caracterizam cada setor, e à regulamentação que sustenta o seu sistema de segurança.

Os Estados devem ter uma visão global dos vários setores dos transportes, mas materializada no valor estratégico de cada domínio, servindo-se da especificidade técnica de cada setor, para que a adoção de políticas de segurança seja proporcional e adaptada às medias a implementar em cada

setor de transportes.

Relativamente ao setor do transporte aéreo é importante lembrar que a Convenção de Chicago teve a sua génese no final da 2.^a Guerra Mundial, com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da aviação civil. A aviação foi exponencialmente desenvolvida durante a guerra, com a construção de aeródromos, com o desenvolvimento das comunicações de navegação aérea, e dos meios tecnológicos das aeronaves. A evolução que se assistiu até à atualidade corrobora a importância estratégica da aviação civil inserida na atual era da globalização.

Os hubs aeroportuários são constituídos por ligações a outros meios de transporte, tais como ferroviário e rodoviário. Assiste-se, também, a uma correlação direta entre as ligações aéreas e o transporte marítimo, com maior expressividade no setor do turismo, tão importante para o desenvolvimento económico dos Estados e das várias regiões do mundo. De acordo com

as previsões da Airports Council International (ACI Europe), em 2029 assistir-se-á ao dobro do atual tráfego mundial de passageiros, ou seja, 14 mil milhões de passageiros, com um aumento do volume de tráfego mundial de passageiros resultante dos mercados emergentes a atingir um crescimento de 62% em 2040. As ligações aéreas inter-regiões são determinantes para o desenvolvimento económico e social dos países que as integram, enquadrados na atualidade de uma dinâmica geopolítica tão fortemente marcada por conflitos políticos. A título exemplificativo, refira-se a mais recente decisão dos EUA quanto à restrição de transporte de aparelhos eletrónicos como bagagem de cabina, aplicada a países do Médio Oriente, com impacto significativo na perceção de segurança atribuída aos países abrangidos pela restrição. De facto, cada setor dos transportes tem uma interação específica da dinâmica de cada

Estado, dependendo da sua realidade económica, política e da sua localização geográfica. Deste modo, cada setor adquire uma especificidade concreta com base no seu valor estratégico para o desenvolvimento do país ou da região, da sua permeabilidade ao terrorismo transnacional, e aos modos de atuação dos ataques de que são alvo. Se por um lado o Estado deve ter uma visão holística dos vários setores dos transportes, a bordagem específica por domínio deve ser mantida pelo impacto que cada setor tem no desenvolvimento económico.

[RSC]: Deve/pode o Estado manter/alterar a tradicional distinção entre a vertente *security* e a vertente *safety*? Seriam necessárias/desejáveis alterações neste domínio?

[CP]: As diferenças entre *security* e *safety* não podem ser alteradas devido ao significado de cada uma das vertentes: a *security* refere-se a fatores extrínsecos à aviação civil, ou seja, atos de interferência ilícita perpetrados por terceiros com intenção de causar danos; enquanto que a *safety* se refere a fatores intrínsecos à aviação civil, como seja regras e procedimentos para o normal funcionamento das operações aeroportuárias, da navegação e das aeronaves.

Não obstante, as duas vertentes interagem e complementam-se entre si, para assegurar o transporte seguro de passageiros, mantendo o transporte aéreo sustentável e confiável, uma vez que as componentes técnicas de cada vertente contribuem para o aperfeiçoamento da implementação de medidas de *security* e de *safety*.

Sem prejuízo da complementaridade das duas vertentes, a *security* adquire características muito próprias por via do terrorismo transnacional, do “fenómeno” da radicalização globalizada, e dos modos de atuação inovadores para

perpetrar ataques, o que significa que o fator de adaptabilidade da *security* é constante, exigindo versatilidade de resposta e de prevenção.

[RSC]: Face ao inevitável aprofundamento do Espaço de Liberdade Segurança e Justiça da União Europeia que alterações se avizinham no setor da segurança da aviação civil?

[CP]: A conjugação da garantia e proteção da liberdade individual, dos desafios do terrorismo

“As diferenças entre *security* e *safety* não podem ser alteradas devido ao significado de cada uma das vertentes (...). Não obstante, as duas vertentes interagem e complementam-se entre si, para assegurar o transporte seguro de passageiros, mantendo o transporte aéreo sustentável e confiável, uma vez que as componentes técnicas de cada vertente contribuem para o aperfeiçoamento da implementação de medidas de *security* e de *safety*.”

transacional e do “fenómeno” da radicalização globalizada, das formas de atuação inovadoras, e do valor estratégico da aviação civil, levará à adaptabilidade das normas de base comuns, com um maior foco na avaliação do risco e consequente mitigação, promovendo, de forma reforçada, a cooperação entre as várias entidades do Estado com responsabilidades securitárias, e promovendo a troca de informação para a tomada de decisão no âmbito das normas de base comuns em segurança da aviação civil.

[RSC]: Sendo reconhecido que a segurança da aviação civil constitui um subsistema dentro do sistema de segurança interna, é exetável que os restantes meios de transporte vejam reconhecido o respetivo subsistema de segurança? Ou devia

caminhar-se para um sistema integrado de segurança dos meios de transporte?

[CP]: O reconhecimento de subsistemas de segurança para outros meios de transporte deverá estar relacionado com o valor estratégico de cada um para os interesses do Estado. Acresce que a eventual criação de um sistema integrado de segurança dos meios de transporte encontra desafios na definição dos níveis de ameaça e de risco para cada setor de transporte, o que levaria à adoção de diferentes mecanismos de mitigação do risco. Contudo, cada Estado deve ter uma visão holística, e integrada, da segurança dos meios de transporte, do seu impacto no desenvolvimento económico e da sociedade. Não obstante, esta visão tem, necessariamente, de ser inserida na região onde o Estado se integra e nas relações inter-regionais por si estabelecidas.

“A redução de vulnerabilidades, como contributo para a mitigação do risco, pode ser convertida como oportunidade de contributo para o reforço, eficácia e eficiência do próprio sistema de segurança da aviação civil. Se as empresas percecionarem o seu contributo para a segurança como essencial e de implementarem mecanismos objetivos de efetivação desse contributo, estarão a adquirir uma mais-valia de credibilidade securitária da sua própria atividade.”

[RSC]: A criminalização de atos preparatórios de atos ilícitos contra a segurança da aviação civil seria apta a prevenir riscos?

[CP]: Sim, contribuiria para mitigar o risco, colmatando vulnerabilidades. A criminalização de atos preparatórios de atos de interferência ilícita tem um efeito dissuasor e contribui para a capacidade do Estado em garantir o Espaço de

Liberdade, Segurança e Justiça.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança comporta vários atores, numa perspetiva abrangente de segurança da aviação civil, qual deve ser o papel das empresas portuguesas?

[CP]: O papel das empresas portuguesas é fulcral enquanto catalisadoras do desenvolvimento económico e da empregabilidade. Existem elementos chave no seu contributo quanto atores numa perspetiva mais abrangente da segurança da aviação civil: o recrutamento, a sensibilização em segurança, avaliação de risco, a promoção de uma cultura securitária, e os planos de contingência para a continuidade de negócio.

As empresas desenvolvem a sua atividade baseada no fator humano, na utilização de recursos humanos qualificados para a atividade que desenvolvem. Desejavelmente, o processo de recrutamento deve estar inserido numa cultura organizacional onde a valorização, responsabilização e inserção das pessoas devem estar claramente identificados. Esta cultura organizacional é o primeiro passo para a promoção de uma cultura securitária. A sensibilização em segurança das pessoas, aliada à cultura organizacional, incute-lhes a importância da segurança enquanto mais-valia para a continuidade de negócio. No caso do sistema de segurança da aviação civil, as empresas contribuem para a manutenção no nível de segurança desse sistema,

pelo que sensibilização não se deve apenas cingir à atividade empresarial de forma isolada, mas também ao seu contributo para o sistema onde se insere. Esta focalização é promotora do contributo das pessoas para a segurança, como um todo, valorizando-as e responsabilizando-as.

A avaliação de risco, os planos de contingência e a continuidade de negócio devem ser abordadas

de forma integrada. Considerar o risco de uma disrupção é avaliar a probabilidade, a vulnerabilidade e o impacto de uma ocorrência, e este tipo de abordagem pressupõe uma política preventiva, incorporando planos de contingência perante cenários de disrupção e garantindo a continuidade de negócio. Esta abordagem é tanto mais valiosa quanto maior for o contributo da empresa para o sistema de segurança da aviação civil.

Esta desejável sistematização promove um ciclo no qual a preparação de contingências irá envolver as pessoas, explicando-lhes como atuar, porque atuar de determinada forma, e qual o impacto do contributo, ou ausência dele, de todos os intervenientes. Efetivamente, se o fator humano se torna permeável ao risco da *insider threat*, será através de uma cultura organizacional assente na cultura securitária que colmatará esse risco.

[RSC]: Quais as principais ameaças para as empresas, no que diz respeito à segurança da aviação civil? Podem estas ameaças ser convertidas em oportunidades?

[CP]: As ameaças para as empresas residem no terrorismo transnacional e no “fenómeno” da radicalização globalizada associados à permeabilidade do fator humano, originando o risco de *insider threat*. Estas ameaças são colmatadas pela existência de regulamentação em segurança da aviação civil, assente num princípio de segurança por camadas, cujo principal desafio assenta na constante redução de vulnerabilidades. A redução de vulnerabilidades, como contributo para a mitigação do risco, pode ser convertida como oportunidade de contributo para o reforço, eficácia e eficiência do próprio sistema de segurança da aviação civil. Se as empresas percecionarem o seu contributo para a segurança como essencial e de implementarem mecanismos objetivos de efetivação desse contributo, estarão a adquirir uma mais-valia de credibilidade securitária da sua própria atividade.

As políticas de prevenção adquirem, neste contexto, uma vez que as empresas devem definir a sua estratégia securitária com um caráter antecipador de ocorrências. Esta antecipação deve ser difundida do topo da estrutura para a base, desenvolvendo uma cultura securitária integrada, materializada na formação adequada e atualizada de acordo com as competências das pessoas.

É importante destacar que as oportunidades de negócio também surgem diretamente das novas ameaças e das inovadoras formas de atuação, na medida em que as empresas podem desenvolver meios técnicos e tecnológicos para mitigar o risco que advém do atual contexto da ameaça.

“O papel das empresas portuguesas é fulcral enquanto catalisadoras do desenvolvimento económico e da empregabilidade. Existem elementos chave no seu contributo quanto atores numa perspetiva mais abrangente da segurança da aviação civil: o recrutamento, a sensibilização em segurança, avaliação de risco, a promoção de uma cultura securitária, e os planos de contingência para a continuidade de negócio.”

[RSC]: De que forma podem as empresas colaborar com os serviços do Estado para incrementar/aumentar o nível de segurança da aviação civil?

[CP]: O incremento, e melhoria constante, do nível de segurança da aviação civil assenta no desenvolvimento de uma cultura securitária nas empresas e na partilha de informação relevante com os serviços do Estado, sempre com o foco na prevenção. Esta abordagem exige de todos os decisores um conhecimento constante do sistema onde se inserem, da ameaça, e das vulnerabilidades.

[RSC]: Continuando as organizações e as empresas a depender em grande medida do fator humano de que formas se deve apostar nas pessoas?

[CP]: As pessoas devem ser envolvidas no sistema da empresa e no sistema onde a empresa se insere. Para além sensibilização em segurança e de uma cultura organizacional securitária, as pessoas têm de perceber por que fazem, como fazem e qual o resultado acrescido do que fazem. Estes elementos

“Para além sensibilização em segurança e de uma cultura organizacional securitária, as pessoas têm de perceber por que fazem, como fazem e qual o resultado acrescido do que fazem. Estes elementos irão promover a valorização, responsabilização e integração no sistema.”

irão promover a valorização, responsabilização e integração no sistema.

[RSC]: Qual o grau de envolvimento/responsabilidade da Escola/Universidade em matéria de segurança da aviação civil?

[CP]: Se considerarmos que a escola ou a universidade desenvolve as capacidades cognitiva e intelectual das pessoas, o grau de envolvimento das instituições de ensino é elevado por fomentar e inculcar uma cultura securitária através de uma sensibilização em segurança equilibrada e ajustada.

[RSC]: Pode ou deve esse envolvimento/responsabilidade ser otimizado de forma a elevar os níveis de segurança?

[CP]: O envolvimento e responsabilidade podem e devem ser otimizados para incrementar os níveis de segurança. As iniciativas de envolvimento e responsabilização podem incluir as próprias políticas securitárias das instituições de ensino, criando uma perceção securitária e, assim, contribuindo para uma cultura intrínseca em

termos de segurança.


[RSC]: Que medidas podem ser implementadas para que também neste domínio, as faculdades e as empresas operem de forma integrada?

[CP]: O conhecimento técnico-científico deve ser rigoroso e abrangente. A compreensão de um sistema como o da segurança da aviação civil exige um conhecimento geral do transporte aéreo, da sua interação com outros setores de transporte, do seu valor económico e estratégico. Para além desta visão geral, é indispensável que se conheçam as interações das várias áreas do transporte aéreo, permitindo uma perspetiva integrada. A tomada de decisão em termos de prevenção e de reação perante uma ocorrência só é equilibrada se se tiver em linha de conta a perspetiva integrada do setor do transporte aéreo.

[RSC]: Numa sociedade e em particular num setor em que tudo muda cada vez mais rapidamente, é possível dotar todos os atores da segurança da aviação civil do necessário conhecimento técnico-científico e das novas tecnologias em tempo oportuno?

[CP]: É possível de duas formas: com o contributo das instituições de ensino assente no rigor do conhecimento técnico-científico, e com a cultura securitária implementada pelas empresas que deve incluir ações de sensibilização regulares e adaptadas ao contexto das atuais ameaças. Prevenir é conhecer antecipadamente e preparar para uma contingência.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[CP]: A prevenção é a palavra-chave para qualquer setor da sociedade portuguesa. Cada um de nós tem o seu contributo específico e proporcional para a segurança da sociedade como um todo. Conhecer, saber agir, partilhar informação e sensibilizar devem ser o primado de toda a nossa atividade enquanto profissionais e enquanto cidadãos. 



Rui Costa Gomes

Subintendente da PSP, é atualmente Diretor do Departamento de *Security* na empresa Infraestruturas de Portugal (IP). É licenciado em Ciências Policiais, pelo ISCP SI. Diz-nos que as dificuldades financeiras, particularmente motivadas pelo desemprego e pelas desigualdades socioeconómicas, assim como, o fanatismo e radicalismo religioso são os principais obstáculos da segurança interna. Em 2017, Portugal foi considerado um dos três países mais pacíficos do mundo. No entanto, os portugueses estão pouco sensibilizados e disponíveis para investir e treinar a segurança. A sensibilização do fator humano, em matéria de segurança (*security*), ainda, tem muito caminho a percorrer.

Os empresários portugueses, dos setores críticos, desempenham um papel relevante na segurança interna. A segurança da informação, a cibersegurança, tem, atualmente, uma grande oportunidade de crescimento, já que os ciberataques constituem uma especial ameaça ao tecido empresarial.

**Revista Segurança Comportamental [RSC]:
Como caracteriza o atual estado da designada
segurança interna da generalidade dos países?**

Rui Costa Fonte [RCF]: O estado da segurança interna em cada país, para além de outros fatores, é também produto e consequência do respetivo estado da economia e da estabilidade e regime governativo. Por isso, é difícil caracterizar o estado global da segurança interna na generalidade dos países, sem se distinguirem e diferenciarem os países. Ainda assim, direi que se vivem algumas dificuldades na Europa, particularmente França, Bélgica, Reino Unido e Alemanha, por motivo de ataques de índole terrorista e de iniciativa do autoproclamado Estado Islâmico.

Se bem que, e não desvalorizando deste cenário, convém não termos memória curta. Apesar da gravidade dos ataques terroristas nos últimos anos na Europa, em anos anteriores, não muito distantes, esses ataques eram em número superior e com mais vítimas. Nos anos 1970 e 1980, grupos terroristas como o Exército Republicano Irlandês (IRA), o grupo nacionalista basco ETA, na Espanha, as Brigadas Vermelhas, na Itália, a Fração do Exército Vermelho (RAF), na Alemanha, causaram mais ataques e mais vítimas na Europa do que têm causado o Estado Islâmico e a Al Qaeda no séc. XXI.

**[RSC]: Existem diferenças significativas entre
países? Entre regiões? Entre Estados Schengen
e não Schengen? Quais as principais causas?**

[RCF]: Num mundo cada vez mais global, as diferenças tendem a ser cada vez menores. No entanto, ainda existem grandes diferenças. Como já atrás referi, a economia e a estabilidade e regimes de Governo têm enorme influência na segurança interna de um país ou região. Disso são, atualmente, exemplos a Venezuela ou o Brasil, países onde não se devem dissociar as dificuldades na área da segurança interna com as dificuldades económicas e a contestação aos Governos respetivos. Outro exemplo da importância e influência dos regimes políticos na segurança é o impacto da “Primavera Árabe”, quer nos países onde ocorreu, quer noutros. Foi este movimento revolucionário, desenvolvido em vários países do Médio Oriente e Norte de África durante

o ano de 2011, aliada à anterior transição política no Iraque, após a queda do regime de Saddam Hussein, que proporcionou condições para a criação e fortalecimento do autodenominado “Estado Islâmico do Iraque e do Levante - EIL”, que atualmente vem espalhando o terror, quer nesses países quer nos países ocidentais, particularmente na Europa. É necessário que esses países consolidem os seus atuais e recentes regimes políticos, para que se diminua (ou elimine) o espaço dos grupos extremistas.

Quanto ao espaço Schengen, ele nasce, essencialmente, por motivos económicos. Não é facilitador da segurança, mas a segurança e em particular as Forças e Serviços de Segurança têm de saber viver com ele e com as suas regras. Têm de investir mais na troca e fluidez de informações a nível internacional, noutros tipos de controlos internos, para além do fronteiro – e isso, creio, tem sido feito.

**[RSC]: Quais os maiores obstáculos e que
soluções se perfilam para os debelar?**

[RCF]: As dificuldades financeiras, particularmente motivadas pelo desemprego e pelas desigualdades socioeconómicas, são um dos principais obstáculos. O fanatismo e radicalismo religioso é outro. As soluções para estes problemas deverão ser, acima de tudo, sociais.

**[RSC]: Que desafios se apresentam a nível global
nesta matéria?**

[RCF]: A estabilidade económica, a criação de emprego e a integração social dos migrantes nas regiões mais desenvolvidas ou criação de condições para a sua fixação nos países de origem serão os principais desafios para a Europa.

**[RSC]: Como caracteriza de forma geral o
sentimento de (in) segurança da sociedade
portuguesa?**

[RCF]: Portugal é um país seguro. Segundo dados do Global Peace Index de 2017, Portugal é um dos três países mais pacíficos do mundo, numa análise efetuada em 163 países. Lisboa é a cidade capital europeia mais segura, segundo dados do European Safety Observatory. E os portugueses, de uma forma geral, sabem disto.

Mas, o sentimento de segurança não é, necessariamente, coincidente com os resultados destes estudos, apesar de eu crer que o é cada vez mais, isto é, creio que o sentimento de segurança dos portugueses cada vez mais se aproxima destas informações que identificam Portugal como um país seguro. E isto é importante, pois para que uma sociedade se sinta segura, não basta que o seja, é também necessário que o saiba.

O sentimento de insegurança tem a sua origem, em grande parte, na mediatização das notícias de alguns crimes. A oferta noticiosa, em Portugal, tem evoluído e crescido muito. Hoje, não há crime grave e violento que passe à margem da mediatização, à margem dos vários canais televisivos e, por isso, chega ao conhecimento de todos, transmitindo e instalando insegurança em quem vê a notícia. No entanto, creio que, também nesta área, os portugueses estão a atingir um razoável estado de maturação, que tem permitido perceber e interpretar essas notícias sem alarmismos.

[RSC]: Como caracteriza o estado da cultura de segurança em geral em Portugal?

[RCF]: Creio que os recentes atentados na Europa têm contribuído para melhorar a perceção e aceitação da necessidade de segurança em Portugal. Ainda assim, teremos muito caminho a percorrer e Portugal necessita de aumentar a sua cultura de segurança. No entanto, espero que não tenha de o vir a fazer pelas piores razões. Os portugueses, quer os comuns cidadãos quer mesmo aqueles que assumem responsabilidades em empresas e instituições, estão pouco sensibilizados e pouco disponíveis para investir e treinar a segurança. Por exemplo, não obstante a evolução que se tem feito, há ainda algum défice de disponibilidade para a realização de exercícios e simulacros de segurança.

O facto de Portugal ser um país seguro e de não termos grandes problemas de insegurança creio

contribuir para tal. Espero que nunca venhamos a ter problemas de segurança, que nos obriguem a adotar diferente postura. Infelizmente, “casa roubada, trancas na porta”.

[RSC]: Em que aspetos e em que medida é admissível sacrificar a liberdade individual, para se obter a segurança coletiva enquanto base das relações sociais?

[RCF]: Sem segurança não há liberdade e sem liberdade não há segurança. O mérito está no equilíbrio entre estes dois desígnios. No entanto,

“(…) Creio que o sentimento de segurança dos portugueses cada vez mais se aproxima destas informações que identificam Portugal como um país seguro. E isto é importante, pois para que uma sociedade se sinta segura, não basta que o seja, é também necessário que o saiba.”

se não confundirmos liberdade com libertinagem e se tivermos em conta que a liberdade de cada um termina onde começa a liberdade do outro, não necessitamos de sacrificar a liberdade individual em prol da segurança coletiva.

[RSC]: Face ao atual quadro de riscos e ameaças transnacionais, acha que continua a justificar-se a manutenção da tradicional divisão entre os domínios da Defesa Nacional e da Segurança Interna?

[RCF]: As preocupações com a Segurança Interna têm vindo a crescer de forma inversamente proporcional às preocupações com a Defesa Nacional, que têm vindo a decrescer. A estabilidade das fronteiras nacionais e a criação e maturação de acordos e instituições internacionais, para isso têm contribuído, decisivamente. No entanto, não creio que esse deva ser motivo para que a Defesa Nacional passe a ocupar-se de assuntos tradicionalmente assegurados pela Segurança Interna ou que se abandone a tradicional divisão

destes dois domínios, sem prejuízo da cooperação que se possa impor nalgumas áreas, até por questões de sinergias e eficiência de recursos.

São domínios próximos, que poderão ter de trabalhar articuladamente, tal como o domínio da Segurança Interna é próximo do domínio da Justiça e com esta coopera. Mas, com espaços próprios.

[RSC]: Também a clássica separação entre informações de segurança e informações criminais tem merecido alguns reparos, que alterações seriam desejáveis neste domínio?

[RCF]: Neste domínio, e particularmente em Portugal, a grande diferença está ao nível jurídico-legal. Em contexto processual penal, os recursos disponíveis são substancialmente mais favoráveis. E neste contexto, para além da recolha de informações criminais, inevitavelmente, existem informações de segurança, isto é, informações que podem ser utilizadas não só para a investigação de determinado crime, em processo-crime, mas também para a prevenção de outros crimes. Eventualmente, poder-se-ão reforçar os recursos, particularmente legais, para as informações de segurança. Aliás, neste momento, debate-se na

“As preocupações com a Segurança Interna têm vindo a crescer de forma inversamente proporcional às preocupações com a Defesa Nacional, que têm vindo a decrescer. A estabilidade das fronteiras nacionais e a criação e maturação de acordos e instituições internacionais, para isso têm contribuído, decisivamente.”

Asssembleia da República o possível acesso, pelos Serviços de Informações, à margem do processo-crime, a dados de tráfego de comunicações telefónicas, até agora apenas acessíveis no contexto de processo-crime.

[RSC]: Face ao inevitável aprofundamento do Espaço de Liberdade Segurança e Justiça da

união Europeia que alterações se impõem ao nível da segurança interna/segurança nacional?

[RCF]: Num espaço cada vez mais global, impõem-se regras, também, cada vez mais globais, particularmente em matéria de Segurança e Justiça. Não devemos deixar que determinados países, face ao respetivo quadro legal em vigor, sejam mais apetecíveis do que outros para a prática de crimes e conseqüente obtenção de dividendos. A facilidade de circulação e movimentação de pessoas, não apenas por razões legais (livre circulação de pessoas no espaço Schengen), mas também por questões práticas relacionadas com a evolução das vias de comunicação e meios de transporte, podem levar à escolha de determinados países para práticas criminais, pela oportunidade que estes representam.

[RSC]: Sendo reconhecido que a segurança da aviação civil constitui um subsistema dentro da segurança interna, é exetável que os restantes meios de transporte vejam reconhecido o respetivo subsistema de segurança? Ou caminha-se para uma integração de um sistema de segurança dos meios de transporte?

[RCF]: A aviação civil, muito por motivo de vários atentados no passado, particularmente nas décadas de 70 e 80 do séc. XX, em que vários aviões foram tomados por “piratas do ar” e mais tarde, em 2001, no ataque às “Twin Towers”, em Nova Iorque, viu-se obrigada a adotar medidas de segurança adequadas à ameaça existente e ao risco específico que incorporam. Apesar de existirem riscos comuns, estes efetivam-se de modo distinto e, por isso, a prevenção tem de ser adequada e direcionada. Não creio, pelo exposto, que se caminhe para uma integração de um sistema único de segurança dos meios de transporte. No entanto, entendo que outros meios de transporte têm de evoluir em matéria de segurança e que poderão ter algo a aprender com a segurança da aviação civil.

[RSC]: E no caso particular do transporte ferroviário é previsível, a curto ou médio prazo, a implementação de medidas preventivas à semelhança do que ocorre na segurança da aviação civil?

[RCF]: O transporte ferroviário, também, tem medidas preventivas de segurança e é um meio de transporte seguro. Um dos mais seguros, certamente. Ao contrário do que acontece com a aviação civil, a gestão da circulação ferroviária, que em Portugal é assegurada pela empresa pública “Infraestruturas de Portugal”, tem capacidade para, remotamente, fazer parar um comboio ou encaminhá-lo para determinada linha em detrimento de outra, mesmo sem intervenção do maquinista ou contra a vontade e ação deste. Particularmente nos últimos anos, quer em Portugal – com os vários interlocutores do setor ferroviário (gestor da infraestrutura e operadores ferroviários) e as Forças e Serviços de Segurança portuguesas, quer a nível internacional – nas várias organizações do setor em que Portugal está representado (UIC, ERA, RAILPOL, etc.), têm-se trocado informações e desenvolvido ações, tendentes a prevenir eventuais manifestações de insegurança.

[RSC]: A criminalização de atos preparatórios de atos ilícitos contra a segurança interna seria apta a prevenir riscos?

[RCF]: Os atos preparatórios são, já, alvo de criminalização em determinadas condutas, quando adequados a produzir determinados crimes mais graves. Entendo que não pode ser de forma diferente. É uma forma, indispensável, de prevenir crimes, particularmente de terrorismo.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança comporta vários atores, numa perspetiva abrangente de segurança interna, qual deve ser o papel dos empresários portugueses?

[RCF]: Em Portugal, tem-se vindo a operar, desde há alguns anos a esta parte, significativas alterações no contexto empresarial. Hoje, e de

forma crescente, existem setores empresariais críticos, que deixaram de estar nas mãos do Estado e passaram para as mãos de privados. No entanto, é necessário perceber que, dada a criticidade da atividade dessas empresas na sociedade, a segurança da sua atividade e do seu produto não podem ser alheios ao Estado e essas empresas devem, igualmente, incorporar recursos e estruturas de segurança compatíveis, não apenas com os seus legítimos interesses financeiros, mas também com o serviço de interesse público que prestam. Por isso, os empresários portugueses,

“(...) Os empresários portugueses, particularmente os de setores críticos, como a energia, transportes e telecomunicações, desempenham um papel relevante na segurança interna, constituindo-se como inalienáveis parceiros das Forças e Serviços de Segurança, na prossecução da segurança interna.”

particularmente os de setores críticos, como a energia, transportes e telecomunicações, desempenham um papel relevante na segurança interna, constituindo-se como inalienáveis parceiros das Forças e Serviços de Segurança, na prossecução da segurança interna.

[RSC]: Quais as principais ameaças para as empresas, no que diz respeito à segurança interna? Podem estas ameaças ser convertidas em oportunidades?

[RCF]: Em matéria de segurança interna, as ameaças para as empresas são ameaças para a sociedade e para o Estado. Por exemplo, os principais alvos da ameaça terrorista serão, certamente, os setores e as empresas de energia e transportes, independentemente de serem empresas privadas ou públicas, já que têm em comum a prestação de serviços de interesse público. O principal prejudicado com um eventual ataque terrorista a ativos de uma destas empresas não é essa empresa, mas sim os cidadãos

consumidores dos seus serviços e produtos. Atualmente, a área informática, por, cada vez mais, suportar a atividade de produção, distribuição e venda de todas as grandes empresas, constituir-se-á como uma área de grande criticidade. Os ciberataques constituem, por isso, uma especial ameaça ao tecido empresarial, que deve investir adequadamente em recursos e em conhecimento que os previnam. A segurança da informação, a cibersegurança, tem, atualmente, uma grande oportunidade de crescimento.

[RSC]: De que forma podem as empresas colaborar com os serviços do Estado para incrementar/aumentar nível de segurança interna?

[RCF]: A cooperação tem de ser mútua e, sendo a segurança interna uma responsabilidade, em primeiro lugar, das Forças e Serviços de Segurança do Estado, caberá a estes criar canais de comunicação próprios e adequados à fluidez da informação. Em matéria de análise e avaliação da ameaça terrorista, por exemplo, apenas os

“Atualmente, a área informática, por, cada vez mais, suportar a atividade de produção, distribuição e venda de todas as grandes empresas, constituir-se-á como uma área de grande criticidade. Os ciberataques constituem, por isso, uma especial ameaça ao tecido empresarial, que deve investir adequadamente em recursos e em conhecimento que os previnam. A segurança da informação, a cibersegurança, tem, atualmente, uma grande oportunidade de crescimento.”

Serviços de Informações têm, não só competência legal, mas também recursos, para a sua prossecução. Por isso, o contributo destes Serviços é indispensável, para que as empresas adequem as suas medidas de segurança. Por outro lado, as informações recolhidas pelas empresas serão,

igualmente, indispensáveis para que os Serviços de Informações produzam uma avaliação rigorosa e credível. Há, também, um recurso que não pode ser esquecido no panorama da segurança interna e que está nas mãos de empresas, que é a segurança privada. Em 2015 existiam, em Portugal, mais de trinta e sete mil vigilantes de segurança privada em atividade, sendo que no ano de 2010 eram mais de quarenta e um mil. É um número próximo do total de efetivos da PSP e da GNR juntas. Portanto, as empresas têm, em Portugal, um papel de relevo na segurança interna.

Em Portugal, um dos bons exemplos de colaboração, em matéria de segurança, entre Empresas e serviços do Estado, é a PSAT, a Associação para a Proteção e Segurança de Ativos Técnicos, constituída em 2012, pela EDP Distribuição, EDP Renováveis, Portugal Telecom, Águas de Portugal, REN, Águas do Ribatejo e REFER (agora IP). Esta Associação surge num contexto de enormes dificuldades motivadas pelo furto de metais não preciosos, que levou a que estas empresas unissem esforços e, conjuntamente,

desenvolvessem e promovessem medidas de proteção aos seus ativos, particularmente aqueles que integram componentes metálicos. A atividade desta Associação tem-se desenvolvido em proximidade e cooperação com as Forças de Segurança, bem como com as Autoridades Judiciárias, de que têm resultado excelentes sinergias e resultados. Por exemplo, recentemente, foi desenvolvida uma plataforma informática, que possibilita a comunicação com as Forças de Segurança, permitindo formalizar as queixas-crime, sem deslocação às Esquadras e Postos da PSP e GNR.

[RSC]: Continuando as organizações e as empresas a depender em grande medida do fator humano de que formas se deve apostar nas pessoas?

[RCF]: Formação. Entendo que a formação é um recurso indispensável em qualquer atividade.

Permite aos trabalhadores adquirirem não só conhecimento, como também manter elevados índices de motivação e de integração, que se traduzirão em maior segurança e em maior produtividade. No entanto, em matéria de segurança, particularmente *security*, entendo existir, ainda, muito caminho a percorrer. Por exemplo, entendo que a área *safety* está mais desenvolvida, particularmente a prevenção de acidentes laborais, existindo legislação que impõe obrigações às empresas. Atualmente, existem empresas, algumas de dimensão considerável, que apenas dispõem de estrutura/organização da área *safety*, não existindo organização da área *security*, vocacionada para a prevenção de ilícitos de natureza criminal, nomeadamente atentados ao património e ativos da empresa, bem como eventuais atentados dolosos (não acidentais) à integridade dos seus trabalhadores. A atual Lei de Segurança Privada (Lei 34/2013 de 16 de maio) deu passos importantes neste caminho, impondo estruturas de segurança (*security*) em determinados setores de atividade, como as Instituições de Crédito e os Centros Comerciais. O caminho está a ser feito, mas longe de concluído.

[RSC]: Qual o grau de envolvimento/responsabilidade da escola/universidade em matéria de segurança interna?

[RCF]: A Universidade desempenha um papel importante em qualquer setor de atividade. O desenvolvimento de qualquer setor está, em grande medida, dependente da ciência e do estudo, indissociável das Universidades. Na segurança interna não é diferente, onde o envolvimento da Universidade é crescente.

No ano de 1984 foi criada a Escola Superior de Polícia, hoje Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, para dar formação universitária aos Oficiais da PSP, que até aí não dispunham de tal formação. Posteriormente,

em várias Universidades, têm vindo a iniciar-se e desenvolver-se cursos superiores na área, quer ao nível de licenciaturas, quer mestrados e até doutoramentos. Recentemente, e no contexto da segurança privada, foi criada a figura do Diretor de Segurança, cuja formação é, necessariamente,

“Na última década, de 2006 a 2016, em Portugal, segundo dados do relatório anual de segurança interna, os crimes informáticos aumentaram mais de 260%, quando a criminalidade em geral diminuiu cerca de 20%, o que demonstra a necessidade de se investir mais nesta área, quer através da formação, quer de recursos materiais/tecnológicos, adequando-os ao crescimento da criminalidade.”

ministrada em estabelecimentos de ensino superior oficialmente reconhecidos, conforme imposto pela Portaria n.º 148/2014, de 18 de julho, do Ministério da Administração Interna.

[RSC]: Pode ou deve esse envolvimento/responsabilidade ser otimizado de forma a elevar os níveis de segurança interna?

[RCF]: O envolvimento é crescente, como atrás referi, e é cada vez mais direcionado e, por isso, mais otimizado.

[RSC]: Que medidas podem ser implementadas para que também neste domínio, as faculdades e as empresas operem de forma integrada?

[RCF]: As faculdades e as empresas já operam de forma articulada noutros domínios, o que demonstra que os canais de comunicação existem. Também, na área da segurança, têm vindo a ser feitos progressos, como atrás tive oportunidade de referir, constatando-se a crescente existência de cursos e formações universitárias direcionadas para a área da segurança/*security*. No entanto,

creio ser oportuno não apenas desenvolver cursos e formações concretas direcionados para a segurança mas, também, acrescentar a vertente segurança a cursos já existentes. Por exemplo, existem várias urbanizações habitacionais e equipamentos sociais, que são atualmente focos de criminalidade e insegurança, porque a forma como estão construídos potenciam esses comportamentos, ao possuírem zonas recônditas de difícil vigilância e canais de fuga às intervenções policiais. Existem prédios, habitacionais e de serviços, alguns de extraordinária beleza arquitetónica, mas que integram elementos de construção ou decoração que facilitam o escalamento, potenciando a intrusão e conseqüente furto. Nesta área, creio existir oportunidade para acrescentar a vertente segurança.

“Portugal é um país com grande e crescente visibilidade no exterior e, felizmente, por bons motivos (...). É sabido que um dos motivos da ação terrorista é, precisamente, a visibilidade. É causar vítimas, danos e medo, em países e locais de grande visibilidade, para que o atentado terrorista tenha projeção e dê visibilidade à (pseudo) causa que o motiva. Cabe-nos, a todos e a cada um de nós, trabalhadores, empresas, Estado e sociedade em geral, articuladamente, manter Portugal um país seguro.”

[RSC]: Numa sociedade em que tudo muda cada vez mais rapidamente, é possível dotar todos os atores da segurança interna do necessário conhecimento técnico científico e das novas tecnologias em tempo oportuno?

[RCF]: Esse é o desafio. A tecnologia é, cada vez mais, o suporte das mais variadas atividades e, por esse motivo, os crimes informáticos ou praticados com recurso a tecnologia informática

têm vindo a aumentar. Na última década, de 2006 a 2016, em Portugal, segundo dados do relatório anual de segurança interna, os crimes informáticos aumentaram mais de 260%, quando a criminalidade em geral diminuiu cerca de 20%, o que demonstra a necessidade de se investir mais nesta área, quer através da formação, quer de recursos materiais/tecnológicos, adequando-os ao crescimento da criminalidade.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao estado e à sociedade em geral.

[RCF]: Portugal é um país com grande e crescente visibilidade no exterior e, felizmente, por bons motivos - No futebol, temos o melhor jogador do mundo e somos campeões da Europa. Vencemos o festival Eurovisão da canção. O Secretário-geral

da ONU é português. O anterior presidente da Comissão Europeia é português. Portugal é o país da Europa onde o turismo mais tem crescido nos últimos anos. É crescente a procura de Portugal por figuras públicas mediáticas estrangeiras, para férias e para residência – no entanto, esta visibilidade podeter um lado menos bom. É sabido que um dos motivos da ação terrorista é, precisamente, a visibilidade. É causar vítimas, danos e medo, em países e locais de grande visibilidade, para que o atentado terrorista tenha projeção e dê visibilidade à (pseudo) causa que o motiva. Cabe-nos, a todos e a cada um de nós, trabalhadores, empresas, Estado e sociedade em geral, articuladamente, manter

Portugal um país seguro. Da mesma forma que não devemos deixar que sejam apenas os médicos e os Hospitais a responsabilizarem-se pela saúde de cada um de nós, também não podemos alhear-nos da nossa segurança, deixando-a apenas nas mãos das Forças e Serviços de Segurança. Cada um de nós tem de dar o seu contributo, ao seu nível e à medida das suas responsabilidades, particularmente na prevenção. **Ó**

E-REVISTA@ SC



**Mais perto dos seus
leitores!**

VISITE

www.seguranca.comportamental.com

CAPÍTULO II

Segurança Alimentar

ESTADO

Pedro Portugal Gaspar

Autoridade de Segurança
Alimentar e Económica (ASAE)

ACADEMIA

Jorge Saraiva

Universidade de Aveiro

SOCIEDADE

Ana Cristina Tapadinhas

Associação Portuguesa para
a Defesa do Consumidor – DECO

EMPRESAS

Pedro Queiroz

Federação das Indústrias
Portuguesas Agro-Alimentares



César Petrónio Augusto

RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Larga Experiencia como Diretor de Manutenção na Indústria Alimentar
Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Parece unânime a análise da evolução nacional em termos de Segurança Alimentar. Se há alguns anos atrás, a necessidade de melhorar nesta área era colocada em segundo plano e os progressos alcançados eram lentos e conseguidos, quase sempre, através do “motor da fiscalização”, a verdade é que hoje todos nos sentimos mais seguros e satisfeitos em consumir alimentos que são produzidos, confeccionados e disponibilizados ao consumo no nosso país.

O consumidor português está hoje mais informado, exigente e é um parceiro fundamental na evolução da nossa cultura de “*Food Safety*”, reportando o que considera menos bem e premiando os bons exemplos. Os desafios e as ameaças serão diferentes para Portugal, União Europeia e América do Norte e para os países em vias de desenvolvimento, mas, em maior ou menor grau, a par do objetivo “*Food Safety*”, passam obrigatoriamente pela “*Food Security*” e “*Food Defense*”. Para um tema tão relevante, a *Revista Segurança Comportamental* convidou para este debate um conjunto de especialistas, representantes dos *stakeholders* do sector: académicos, industriais, autoridades públicas e associações de defesa do consumidor. Temos como objetivo divulgar as suas opiniões do atual estado do país e do mundo nestas temáticas, bem como refletir sobre oportunidades e ameaças.

Embora com a noção clara de que não podemos reduzir a velocidade e sair deste percurso de melhoria contínua, é opinião unânime entre os nossos convidados entrevistados, que o panorama português é bom no que respeita à “*Food Safety*”, e, arrisco até afirmar, melhor do que o panorama em muitos outros nossos parceiros europeus.

Ana Cristina Tapadinhas, Diretora-Geral da Deco, destaca a evolução das preocupações em termos de Segurança Alimentar. Se há uns anos as preocupações residiam sobretudo no estado básico de higiene dos alimentos, hoje as preocupações evoluíram para temas como os

Se há alguns anos atrás, a necessidade de melhorar nesta área era colocada em segundo plano e os progressos alcançados eram lentos e conseguidos, quase sempre, através do “motor da fiscalização”, a verdade é que hoje todos nos sentimos mais seguros e satisfeitos em consumir alimentos que são produzidos, confeccionados e disponibilizados ao consumo no nosso país.

contaminantes químicos e biológicos, os valores nutricionais, a clonagem, manipulação genética e a fraude nos alimentos. A nível global destaca a chocante contradição que no mundo uma em cada oito pessoas sofre carências alimentares, enquanto 1/3 dos alimentos são desperdiçados, referindo como ameaças à disponibilidade de alimentos às populações, as alterações climáticas, as guerras e as instabilidades económicas locais. Refere a necessidade da correta informação ao consumidor, uma vez que os consumidores são cada vez mais bombardeados com ações de marketing de produtos aparentemente saudáveis e que na realidade poderão

não o ser. Sublinha que a direção a seguir será a de continuarmos a aposta na maior literacia do consumidor, para que este continue a ser cada mais interventivo, conseguindo fazer as melhores escolhas.

Pedro Portugal Gaspar, Inspetor-Geral da ASAE, destaca o drama dos consumidores europeus desperdiçarem 88 toneladas de alimentos por ano, enquanto que 2/3 da população mundial sofre de carências alimentares. Outra das grandes ameaças prende-se com a utilização de pesticidas, a poluição das reservas hídricas, o abandono da agricultura, questões que têm abordagens diferentes consoante o grau de desenvolvimento e exigência legislativa do país produtor, no qual a União Europeia poderá assumir um papel crucial na harmonização de boas práticas com os países em vias de desenvolvimento. Salienta o esforço governamental na aposta na educação de crianças, de jovens e da população em geral, nomeadamente para a redução do desperdício alimentar.

Pedro Queiroz, Diretor-Geral da Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, afirma que Portugal, a par da Europa, é dos locais mais seguros para se consumir alimentos, tendo o país se adaptado muito bem às novas exigências de qualidade e segurança alimentar. Para tal foi fundamental o fator humano nas empresas do setor, com uma cada vez maior consciência para o tema por parte dos trabalhadores. Em relação ao acesso individual à alimentação (*Food Security*), o entrevistado salienta o risco

da dependência externa, com o associado risco de rotura nas cadeias de logística, dando o exemplo de paralisações nos setores rodoviário e de transporte marítimo. Partilha connosco que os empresários portugueses mostram interesse para investimentos na área da segurança alimentar, por a considerarem como um dos fatores de produção mais importantes, contribuindo diretamente para a reputação das empresas e das suas marcas.

Para Jorge Saraiva, investigador do departamento de química da Universidade de Aveiro e coordenador da Plataforma Tecnológica Alta Pressão, é crucial o reforço da pedagogia do estado em paralelo com as atividades de fiscalização e a necessidade de um maior investimento em formação por parte das empresas. O grande desafio global que se apresenta em termos de Segurança Alimentar é o de conseguirmos uniformizar todo um conjunto de legislação, boas práticas e procedimentos internacionais, de modo a que sistemas com diferentes níveis de exigência, em países que deviam ter padrões semelhantes, possam ter resultados finais semelhantes.

O consumidor português está hoje mais informado, exigente e é um parceiro fundamental na evolução da nossa cultura de “*Food Safety*”, reportando o que considera menos bem e premiando os bons exemplos. Os desafios e as ameaças serão diferentes para Portugal, União Europeia e América do Norte e para os países em vias de desenvolvimento, mas, em maior ou menor grau, a par do objetivo “*Food Safety*”, passam obrigatoriamente pela “*Food Security*” e “*Food Defense*”.

Por mais investimento em novas tecnologias, processos de fabrico, novas regras e procedimentos, no final acreditamos ser sempre o fator humano, que tem o efeito diferenciador para o nosso objetivo de potenciar a Segurança Alimentar, sendo necessário insistir nesta crescente consciencialização e colaboração de todos os intervenientes, para a qual queremos contribuir.


A melhoria do desempenho nacional em matéria de Segurança Alimentar passa por todos nós, como cidadãos, profissionais e consumidores, na necessidade de estarmos mais informados sobre os alimentos que compramos, do intervir perante situações não conformes, de exigirmos os requisitos que consideramos indispensáveis e também o elogiar quando reconhecemos um bom exemplo de prática de qualidade alimentar e, por que não, também a

valorização da marca “Feito em Portugal”.

Considero que a “*Food Defense*” foi ainda pouco abordada, seguramente pelo tema sensível que é. Não nos podemos esquecer do mundo global em que vivemos, com o crescimento de atos de sabotagem e de terrorismo e da facilidade com que alguém mal-intencionado pode interferir nas nossas cadeias de produção e distribuição alimentar, colocando-nos em perigo. É um tema onde já assistimos à intervenção das grandes multinacionais e onde todos devemos estar bem informados e contribuir para um debate sério.

Em termos de “*Food Security*” será fulcral refletirmos no nosso desperdício alimentar e no que podemos fazer para contribuir para uma mais efetiva distribuição alimentar.

Para finalizar, a *Revista Segurança Comportamental* não pode deixar de sublinhar o Fator Humano. Por mais investimento em novas tecnologias, processos de fabrico, novas regras e procedimentos, no final acreditamos ser sempre o fator humano, que tem o efeito diferenciador para o nosso objetivo de potenciar a Segurança Alimentar, sendo necessário insistir nesta crescente consciencialização e colaboração de todos os intervenientes, para a qual queremos contribuir.

Em resumo, uma mão cheia de temas muito interessantes, ou não fosse estarmos a falar da nossa alimentação, apresentados por prestigiados representantes de vários *players* do setor, para conhecer neste nosso caderno temático. 



O Inspetor-Geral da ASAE, diz à *Revista Segurança Comportamental* que o estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu não é comparável porque dois terços da população mundial sofrem de carências alimentares. A nível global, o maior obstáculo será em termos de *food security*, um assunto na ordem do dia na UE e países desenvolvidos. Afirmo que o grande desafio passa pela harmonização e sensibilização dos países em vias de desenvolvimento com o suporte da UE e dos seus parceiros nesta área. Em Portugal, a segurança alimentar encontra-se no mais elevado patamar de desenvolvimento. O consumidor português é cada vez mais exigente, instruído e conhecedor. O Estado aposta em várias frentes, entre estas está a educação/formação das crianças, jovens e população no geral, sensibilizando para as questões da cadeia alimentar, questões ambientais e não desperdícios. Os empresários portugueses encontram-se absolutamente alinhados e são um exemplo de sucesso. Os trabalhadores encontram-se sensíveis para o cumprimento das regras, contribuindo para um produto mais seguro e também para a sua própria felicidade.

A mensagem deixada é de confiança na realidade atual.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu?

Pedro Portugal Gaspar [PPG]: O estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu não é de todo comparável uma vez que a nível mundial, segundo dados da OCDE, dois terços da população mundial sofre de carências alimentares, o que significa que não tem assegurado o direito ao acesso a alimentos incluindo a própria água para consumo humano.

Portanto, falamos de realidades não comparáveis em termos de *food security* e de *food safety* quando falamos da UE e de países desenvolvidos e quando falamos em países em via de desenvolvimento ou de países mergulhados em conflitos, guerra, destruição ou mesmo seca extrema.

“A nível da UE a segurança alimentar encontra-se extremamente desenvolvida e podemos mesmo dizer que se encontra absolutamente enraizada (...). A população europeia está não só sensibilizada como educada em termos de segurança alimentar e é exigente.”

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[PPG]: A nível da UE a segurança alimentar encontra-se extremamente desenvolvida e podemos mesmo dizer que se encontra absolutamente enraizada, foram estabelecidas e implementadas com grande sucesso, rigorosas normas europeias em matéria de segurança dos alimentos. A população europeia está não só sensibilizada como educada em termos de segurança alimentar e é exigente.

Em termos de segurança alimentar, pode-se dizer que na América do Norte, EUA e Canadá, a tendência é a mesma. Em conjunto com a UE, e apesar de algumas diferenças em termos de critérios e legislação, formam o bloco que lidera o desenvolvimento técnico-científico e legislativo nestas matérias de *food security* e de *food safety*, *food waste* e de *food defense*. Os países em vias de desenvolvimento formam outro bloco, em que se distingue o grupo de países cujas realidades

e estado de desenvolvimento permite que se estabeleçam protocolos e parcerias de forma a ser possível a circulação de determinados géneros alimentícios de e para a UE, mediante um processo de certificação dos mesmos, e temos o grupo de países em vias de desenvolvimento que por serem mais carenciados se encontram também menos desenvolvidos nestas áreas e que são alvo da intervenção solidária e apoio por parte dos países desenvolvidos no âmbito da educação/formação e programas de desenvolvimento.

A ASAE figura entre as autoridades, que nos últimos anos muito têm contribuído neste âmbito, nomeadamente através de diversos protocolos de ajuda e cooperação que tem estabelecido com países em vias de desenvolvimento como é o caso particular dos PALOP.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[PPG]: A nível global, e da população mundial, o maior obstáculo será sem dúvida em termos de *food security*, esse é realmente um assunto na ordem do dia na UE e países desenvolvidos.

Segundo dados da UE, os consumidores europeus desperdiçam 88 toneladas de

alimentos por ano e como referi anteriormente, estima-se que 2/3 da população mundial sofre de fome ou carências alimentares. Perante estes números reverter esta situação é sem dúvida um grande desafio.

Em termos de segurança alimentar os grandes desafios são na ordem da utilização responsável dos antimicrobianos e nessa linha de intervenção a UE adotou ainda no mês passado, o novo plano de ação contra a resistência a antimicrobianos e a utilização responsável de antimicrobianos nos seres humanos, na produção animal e vegetal “EU One Health Action Plan against Antimicrobial Resistance”. A utilização de pesticidas e o problema dos contaminantes são outros dos temas que se mantêm na agenda dos EM em termos globais de *food safety*. Mais uma vez, também nestas matérias, as diferenças entre legislação e práticas nos países desenvolvidos e nos países em via de

desenvolvimento são muito díspares e o comércio global atua como um fator ampliador da escala do problema.

As soluções a estes desafios são a educação, sensibilização e responsabilização moral da população mundial uma vez que a sua regulação e monitorização só se mostrará eficiente através de uma abordagem multidisciplinar à escala planetária à semelhança do que tem vindo a ser desenvolvido a nível do ambiente, relativamente à componente alimentar a FAO, Banco Mundial, ONU, OCDE e agências europeias, desenvolveram estudos que vão nesse mesmo sentido e é nesse sentido que têm vindo a desenvolver as linhas orientadoras e estratégias.

[RSC]: Na sua opinião, quais são os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[PPG]: Sem dúvida, que o grande desafio passa pela harmonização e sensibilização dos países em vias de desenvolvimento com o suporte da UE e dos seus parceiros nesta área. Enquanto isso os painéis científicos e a fiscalização a nível de cada EM vai fazendo o seu papel de proteção dos consumidores europeus, tanto a nível de *food safety* como de *food defense*.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[PPG]: A realidade de Portugal não se insere no nível global mas sim no nível da UE e dos países desenvolvidos parceiros da UE em termos de segurança alimentar.

[RSC]: Como caracteriza a segurança alimentar em Portugal?

[PPG]: É de forma muito realista, e com grande satisfação, que posso afirmar que a segurança alimentar em Portugal se encontra no mais elevado patamar de desenvolvimento e ao nível dos demais EM, tanto a nível das Autoridades competentes na matéria quer em termos de desenvolvimento técnico-científico quer também em termos educacionais da população e dos nossos operadores.

Tem vindo a ser desenvolvido um grande trabalho de fundo tanto a nível de fiscalização como de educação e os resultados desse trabalho já são bem visíveis na sociedade portuguesa e na indústria. Os produtos portugueses são considerados de grande valor, sendo também reflexo do nível de segurança alimentar atingido e do grau de confiança dos consumidores nacionais e estrangeiros, o que também se reflete a nível dos valores crescentes em termos de géneros alimentícios exportados.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança alimentar (*safety & security*) alimentar em Portugal?

[PPG]: É preciso não confundir estes dois termos tantas vezes utilizados indistintamente. Quando falamos de *food security* falamos de um conceito que surgiu nos meados dos anos 70 por ocasião da *global food crisis*. Na gestão desta crise liderada pela FAO e pelo Banco Mundial surgiu este

“Em termos de segurança alimentar os grandes desafios são na ordem da utilização responsável dos antimicrobianos e nessa linha de intervenção a UE adotou ainda no mês passado, o novo plano de ação contra a resistência a antimicrobianos e a utilização responsável de antimicrobianos nos seres humanos, na produção animal e vegetal (...)”

conceito operacional que reflete a complexidade das questões técnicas e políticas envolvidas. Inicialmente este conceito refletia apenas a preocupação em termos de disponibilidade, de fornecimento e da estabilidade de preços dos géneros alimentícios de primeira necessidade, a nível nacional e internacional. Sendo atualmente definido pelo Comitê “World Food Security” das Nações Unidas como a condição em que todas as pessoas, a qualquer momento, tenham acesso

“(…) Posso afirmar que a segurança alimentar em Portugal se encontra no mais elevado patamar de desenvolvimento e ao nível dos demais EM, tanto a nível das Autoridades competentes na matéria quer em termos de desenvolvimento técnico-científico quer também em termos educacionais da população e dos nossos operadores.”

físico, social e económico à quantidade suficiente de alimentos seguros que satisfaça as suas necessidades diárias e preferências alimentares e lhes permita ter uma vida saudável e ativa.

Quando falamos de *food safety* falamos do que em português designamos de segurança alimentar, um conceito relativo à provisão de alimentos seguros, nutritivos, de alta qualidade e economicamente acessíveis. Reflete o objetivo central da política interna da UE, fornecer alimentos com estas características aos consumidores europeus e também em termos de política externa. Esta política cobre todas as etapas da cadeia alimentar e introduziu o paradigma da segurança alimentar do “prado ao prato”. Os seus padrões e requisitos têm como objetivo assegurar um nível muito elevado de segurança alimentar e nutrição num mercado global inovador, eficiente, muito competitivo e sustentável.

Portugal não só segue estes padrões exigentes da UE como se encontra absolutamente enquadrado como parceiro ativo nas comissões técnicas e científicas a nível da Comissão e do Parlamento Europeu e através da Autoridade Nacional de Segurança Alimentar, na sua qualidade de autoridade nacional responsável pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar, é o membro português do Advisory Forum (Fórum Consultivo) da EFSA. Este fórum faz ligação entre a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e as autoridades de segurança alimentar dos 27 Estados-Membros da União Europeia, participando como observadores a

Comissão Europeia e alguns países associados como a Noruega, a Islândia e a Suíça. Os membros deste Fórum, que é presidido pelo Diretor Executivo da EFSA, representam os organismos nacionais responsáveis pela avaliação e comunicação dos riscos na cadeia alimentar.

[RSC]: Como caracteriza o papel do consumidor português nesta matéria?

[PPG]: O consumidor português tende a seguir o padrão de desenvolvimento dos consumidores

dos restantes EM, ou seja, é um consumidor cada vez mais instruído e conhecedor e também mais exigente, mostrando-se paradigmaticamente um aliado valioso na evolução destas matérias em termos de mercado e também de responsabilidade social.

[RSC]: O que fazer para melhorar?

[PPG]: O trabalho desenvolvido nos últimos três anos tem sido muito intenso e polarizado principalmente em três segmentos distintos a evolução técnico-científica a nível de investigação, universidade e Autoridades competentes internas e externas, orientação da fiscalização de mercado e dos resultados operacionais e envolvimento social e da sociedade civil. Os resultados alcançados são muito positivos e superaram as expectativas pelo que nos próximos anos se continuará a aprofundar este modelo de sucesso adotado e estendendo num âmbito mais alargado.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança alimentar?

[PPG]: O Estado, nomeadamente através da ASAE, tem tido um papel preponderante e a vários níveis. A nível de fiscalização no âmbito da segurança alimentar e de forma continuada, tem sido desenvolvido ao longo destes últimos três anos uma operacionalização com grande enfoque na análise de risco, acompanhando as tendências de mercado e preferências do consumidor sem perder de vista a prossecução dos elevados níveis de segurança e a proteção do consumidor.

A nível de *food security*, no campo do desperdício alimentar, problema mundial que se tornou uma prioridade pública e política nos últimos anos, desde 2014 que ASAE implementou um projeto que visa facilitar e incentivar a doação de géneros alimentícios apreendidos por motivos que não a sua salubridade, de forma a evitar que alimentos que se encontram próprios para o consumo humano ou animal mas que por algum motivo não cumprem os requisitos para seguirem o circuito comercial não sejam desperdiçados e permaneçam de forma segura na cadeia alimentar.

Em 2016, por força do Despacho n.º 142012-B/2016 de 25 de novembro foi criada a Comissão Nacional de Combate de Combate ao Desperdício Alimentar (CNCDA), que tem como missão elaborar a estratégia nacional de combate ao desperdício alimentar e o respetivo plano de ação envolvendo 18 entidades, 15 organismos da administração pública, 2 associações (ANAFRE e ANMF) e uma federação (FPBA). A ASAE integra também este projeto em três dimensões distintas, cria e difunde linhas orientadoras de segurança alimentar com vista ao combate do desperdício alimentar, desenvolve ações de formação específicas para diferentes segmentos da cadeia alimentar e facilita e incentiva o regime de doação de géneros alimentícios apreendidos através de conceitos e práticas harmonizadas. No âmbito deste projeto a ASAE em parceria com o Comissariado Municipal de Lisboa de Combate ao Desperdício Alimentar tem desenvolvido ações e projetos de responsabilidade social com diversas instituições, entidades civis e de voluntariado no sentido de promover o combate ao desperdício alimentar e promover o *food security* com *food safety*.

No âmbito das políticas de doações, desde 2014 até ao fim do primeiro semestre do corrente ano, a ASAE doou cerca de 33 toneladas de géneros alimentícios.

Como referido anteriormente estão vários projetos e medidas implementadas que se têm revelado muito interessantes em diversos aspetos e com resultados muito positivos, outro exemplo são os projetos desenvolvidos no âmbito da educação/formação da segurança alimentar levadas a cabo pela ASAE a nível das escolas oficiais e no âmbito do *food security* a ação de cooperação da ASAE com Câmara Municipal de Lisboa - Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício.

“O consumidor português tende a seguir o padrão de desenvolvimento dos consumidores dos restantes EM, ou seja, é um consumidor cada mais instruído e conhecedor e também mais exigente, mostrando-se paradigmaticamente um aliado valioso na evolução destas matérias em termos de mercado e também de responsabilidade social.”

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança alimentar?

[PPG]: O Estado Português através dos seus organismos da administração central e local tem vindo a desenvolver e promover uma grande atuação nestas matérias, surgindo sempre novos projetos, sendo também importante dar continuidade aos já existentes e aprofundando-os. Neste sentido, continuará a apostar na educação/formação das crianças, jovens e população no geral nestas matérias, sensibilizando para as questões da cadeia alimentar e para as questões ambientais que tanto a afetam. A sensibilização para o não desperdício de recursos e de alimentos.

A nível técnico e científico, portanto, incidindo já a nível de investigação, pode também aumentar os incentivos nestas áreas, continuar a promover e apoiar as parcerias entre os organismos motores de ciência e investigação e os organismos estatais que trabalham no dia-a-dia com os factos destas problemáticas, como é o caso da ASAE e da DGAV. Continuará a ser o principal motor de apoio e

desenvolvimento em matéria de responsabilidade social. Não esquecendo outras entidades que apesar de à primeira vista não parecerem ter um envolvimento direto nestas matérias, desempenham, no entanto, um papel crucial como a nível económico, do ambiente, das infraestruturas, da educação e desenvolvimento urbano e social, que necessariamente tem de atuar de forma articulada e concertada na persecução do objetivo primordial quer a nível nacional quer comunitário da construção de uma sociedade sustentável na atualidade e para as gerações vindouras.

“A nível de *food security*, no campo do desperdício alimentar, problema mundial que se tornou uma prioridade pública e política nos últimos anos, desde 2014 que ASAE implementou um projeto que visa facilitar e incentivar a doação de géneros alimentícios apreendidos por motivos que não a sua salubridade, de forma a evitar que alimentos que se encontram próprios para o consumo humano ou animal mas que por algum motivo não cumprem os requisitos para seguirem o circuito comercial não sejam desperdiçados e permaneçam de forma segura na cadeia alimentar.”

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança alimentar, qual a visão dos empresários portugueses?

[PPG]: Os empresários portugueses atualmente encontram-se absolutamente alinhados com as políticas europeias e como referi anteriormente são um exemplo de sucesso quer a nível interno quer a nível da UE e países terceiros e gozam do reconhecimento a esse nível e das vantagens comerciais e económicas que daí advêm e do poder que lhes confere em termos de desenvolvimento tecnológico (“improvement”) e de produtos.

[RSC]: Qual a importância da segurança alimentar para as empresas?

[PPG]: De uma maneira simplificada, poder-se-á dizer que a segurança alimentar, ou melhor, os sistemas de segurança alimentar, favorecem a atividade do operador em duas vertentes. Por um lado, no cumprimento dos requisitos legais e por outro na garantia de produção de um produto conforme e seguro que promove a própria marca. Acaba por ser uma ferramenta facilitadora e promotora de imagem de marca.

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar os níveis de segurança alimentar?

[PPG]: Os operadores económicos podem contribuir essencialmente de duas formas para melhorar os níveis de segurança alimentar. Por um lado, cumprindo os preceitos legais e, por conseguinte, as boas práticas relativas à sua atividade, o que servirá de fator minimizador do risco, permitindo identificar perigos, eliminar determinados riscos logo na origem e no produto final através do controlo de qualidade e por outro lado através da implementação de um programa de formação desenhado especificamente para a sua laboração, tipo de produto e colaboradores.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência da importância da segurança alimentar? Porquê?

[PPG]: Sim, atualmente os trabalhadores da indústria alimentar têm perfeita consciência da importância da segurança alimentar, quer pela obrigatoriedade imposta pela legislação que todos os trabalhadores/ manipuladores de alimentos tenham formação em higiene e segurança alimentar quer pela consciência e posicionamento dos operadores da indústria alimentar na cadeia, que faz com que seja do seu maior interesse em ter os colaboradores sensibilizados e com formação adequada à sua realidade e atualizada.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo dos trabalhadores para a segurança alimentar?

[PPG]: Ao cumprirem com as regras estarão a contribuir para um produto mais seguro e para uma mais-valia para a marca e empresa que representam. O que obviamente também se repercutirá nas suas oportunidades de carreira e vencimentos, na sua felicidade, na sociedade e na economia do país.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção de segurança alimentar através do fator humano é a solução mais economicamente vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[PPG]: Bom, os princípios e a engenharia sistemas de segurança alimentar são desenvolvidos por cientistas e investigadores, são validados por autoridades competentes a nível global, da UE e a nível de cada EM. Nesse sentido poder-se-á dizer que, em último reduto, é sempre dependente do fator humano, mas em boa verdade são as políticas e as orientações dos países mais desenvolvidos e com uma posição económica mais forte que determinam os desígnios da segurança alimentar e igualmente das políticas de *food security*. Os países da UE e países associados, EUA e Canadá têm trabalhado arduamente e com muito bons resultados tanto a nível de *food safety* como de *food security* ao longo das últimas décadas. Em termos deste último, têm assumido a responsabilidade política e social a nível interno e externo como é muito evidente com a atual crise dos refugiados e com as estratégias de combate à pobreza e à fome nos países em via de desenvolvimento.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para a segurança alimentar em Portugal?

[PPG]: Em termos de *food security* em Portugal, a maior ameaça será o envelhecimento da população e as questões ambientais, que levem à destruição direta das culturas e dos solos, a poluição das reservas hídricas e solos e o abandono da agricultura e da criação de gado por parte das

populações. Em termos de oportunidades ao combate do desperdício alimentar o maior desafio será a educação para a responsabilidade social do produtor ao consumidor, não demitindo, claro está, as Autoridades do papel que têm vindo a desempenhar.

Em termos de *food safety* e tendo em conta o elevado padrão de segurança atingido no seio da UE, o maior desafio será em termos de combate à fraude alimentar, *food fraud*, em que a ASAE tem igualmente tido um papel preponderante na defesa do consumidor e dos produtos de origem protegida e de denominação protegida, atuando a nível da investigação e fiscalização da sua originalidade e segurança. Alguns casos recentes e bem conhecidos do público, que se relacionaram com fraude de queijos, vinhos e azeite, são uma pequena amostra da atividade desenvolvida pela ASAE a este nível, da proteção do consumidor e dos operadores económicos de práticas comerciais desleais, e da proteção de produtos portugueses diferenciados de fraude ou de práticas fraudulentas. Ainda no capítulo de *food safety* a ASAE dá atualmente resposta num campo bastante sensível, mas muito na ordem do dia no palco internacional, o de *food defense*, através da sua participação no Plano Nacional de Gestão de Crises Alimentares e articulação com outros Órgãos de Polícia Criminal a nível nacional e internacional e na sua articulação com a EFSA e a EUROPOL.

[RSC]: Como considera o desempenho das escolas/universidades em matéria de segurança alimentar?

[PPG]: As escolas e universidades têm no âmbito da sua missão promover a investigação e os estudos técnicos, nomeadamente estudos de acompanhamento e avaliação, no sentido do desenvolvimento e enriquecimento curricular. As Autoridades têm um papel estratégico fundamental ao estabelecerem parcerias de estágios, investigação, fóruns informativos, assessoria e parcerias nos conselhos científicos das Autoridades e partilha de experiência e informação entre entidades.

No caso muito em concreto da ASAE, além de promover variadíssimas ações de formação e receber e acompanhar estagiários em diferentes

programas tem uma ligação íntima com o universo técnico e científico universitário através do seu Conselho Científico, constituído exclusivamente por professores universitários especialistas em diferentes matérias.

[RSC]: Como é que as escolas/universidades podem ajudar a elevar os níveis de segurança alimentar?

[PPG]: As universidades são por excelência um motor de modernização e evolução e na área da segurança alimentar não é exceção. Ao promoverem o debate técnico-científico, através da investigação e dos projetos de inovação estão a contribuir para o

“A mensagem que deixo é uma mensagem de confiança na realidade atual e de confiança na estratégia traçada na prossecução de um futuro sustentável nas três dimensões fulcrais de *food safety*, de *food security* e de *food defense*.”

modo como se discutem e abordam estas matérias num conceito multidisciplinar e essencialmente dinâmico.

[RSC]: Sobre esta matéria, existem áreas das quais há défice de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?

[PPG]: Não, não estão identificadas áreas onde exista qualquer tipo de défice. O processo é dinâmico e contínuo, processando-se simultaneamente a nível de organismos na dimensão nacional, na da UE, na da cooperação internacional e também a nível das universidades e institutos de investigação.

[RSC]: Quais as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[PPG]: Essa questão já é uma realidade em que ambas as partes tiram grande vantagem e em termos de vontade política tem-se notado também uma mudança de estratégia, tendo os sucessivos Governos apostado na formação profissional e nos estágios em contexto de trabalho. A ASAE é um dos

organismos que participa contínua e ativamente nesta estratégia fazendo a ponte entre escolas e universidades e o mundo do trabalho, investigação como ferramenta integrante ao serviço das necessidades operacionais e de oportunidade de desenvolvimento.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade (consumidores) em geral.

[PPG]: A mensagem que deixo é uma mensagem de confiança na realidade atual e de confiança na estratégia traçada na prossecução de um futuro sustentável nas três dimensões fulcrais de *food safety*, de *food security* e de *food defense*.

É necessário que as pessoas se consciencializem que todos somos intervenientes e temos um papel importante na cadeia alimentar, quer de forma direta ou indireta, mas um papel importante e que sem essa consciência colocamos em risco as gerações vindouras. Esse papel tornar-se-á eventualmente mais palpável e mais fácil de compreender se

pensarmos em termos da previsão para os próximos 50 anos de disponibilidade e acesso à água potável para a população mundial, que indica que mais de metade da população mundial estará sob sério risco de não ter acesso a esse bem essencial e vital à continuidade do ser humano. Deixando o desafio à sociedade quer na vertente de regulação a nível do Estado (que somos todos nós), quer do operador económico quer do consumidor, no sentido de todos se sentirem envolvidos e responsáveis pelas estratégias desenvolvidas e pelas políticas integradoras de direitos humanos e sociais. **Ó**



Ana Cristina Tapadinhas

Ana Cristina Tapadinhas é licenciada em Direito. Em 2003, assumiu as funções de Coordenadora do Departamento de Estudos e Apoio ao Consumidor da DECO.

Atualmente é Diretora-Geral da DECO e representante dos consumidores em diversos organismos. Diz-nos que os desafios à segurança alimentar são vários, desde a exposição das populações a desastres naturais, as alterações climáticas, a conflitos violentos ou a instabilidade política até à população mundial em crescimento. Temos um consumidor, como verdadeiro stakeholder, mais ativo e participativo. A importância dada pelo Estado ao setor da segurança alimentar tem vindo a aumentar, ajudada pelo facto de estarmos inseridos num mercado global.

Os trabalhadores são determinantes para a promoção da segurança alimentar.

Ainda há muito a fazer nas empresas com fracos recursos financeiros e as que têm uma rotatividade dos trabalhadores elevada. As ameaças pretendem-se com a evolução tecnológica acelerada e a dificuldade na respetiva fiscalização, assim como, marketing de produtos com a chancela de “saudáveis”, sem que o sejam.

[Revista Segurança Comportamental]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu?

[Ana Cristina Tapadinhas]: Do ponto de vista da DECO consideramos que a nível europeu nos dias de hoje se tem assistido a uma melhoria, no que ao estado da segurança alimentar diz respeito e que os consumidores beneficiam de uma elevada proteção da sua saúde e segurança. Efetivamente, na Europa, no âmbito de fóruns em que temos participado, consideramos que as preocupações têm vindo a mudar. Se é certo que há uns anos se assistia a problemas sobretudo a nível de higiene dos alimentos, a verdade é que atualmente estes já estão mais controlados e os problemas já se situam a outro nível nomeadamente no que concerne a contaminantes químicos provenientes dos novos materiais usados (como por exemplo, a migração dos materiais de contacto), problemas ligados a clonagem, nanomateriais, entre outros. Na realidade, considera a DECO que muitas das questões respeitam a inexistência de métodos analíticos certificados. Atualmente, a grande preocupação que, efetivamente, tem vindo a crescer prende-se com o nível da fraude de alguns alimentos e que pode colocar em risco a saúde e bem-estar dos consumidores.

Na Europa também tem vindo a aumentar a preocupação com a composição nutricional dos alimentos, tendo em conta os elevados teores de gordura, açúcar e sal presentes nos produtos pré-embalados e responsáveis pelas principais doenças que afetam hoje a população, como sejam as doenças cardiovasculares e a diabetes.

A nível mundial, e em especial em determinadas regiões do globo as questões anteriormente referidas ainda não são tão debatidas, na medida em que, infelizmente, nalguns países, o principal problema que as populações enfrentam coloca-se ao nível da obtenção dos próprios alimentos (insegurança alimentar). O acesso a alimentos a preços acessíveis, que promovam a saúde e a boa nutrição, para uma população mundial em crescimento, permanece um grande desafio

internacional. A nível global vivemos a contradição em que 1 em cada 8 pessoas passa fome, mas onde cerca de 1/3 dos alimentos são desperdiçados.

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[ACT]: A DECO considera que existe ainda uma diferenciação entre países, porquanto, a título exemplificativo, nos países de leste, existe ainda uma maior inclusão de aditivos. Acresce que a realidade no que respeita à rotulagem, também, é bastante diferente. Na verdade, em termos europeus, a grande evolução ocorrida relativamente à inclusão da declaração nutricional, alergénios, entre outros, não é transversal a todos os países que, a título exemplificativo, estão, ainda, numa fase de reivindicação por uma lista de ingredientes conveniente e adequada.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[ACT]: Desde logo, e mais na perspetiva dos países desenvolvidos como a Europa, a falta de apoio financeiro tendo em vista o desenvolvimento de métodos analíticos por forma a acompanhar a entrada de novos produtos no mercado. Regra geral, a indústria, sempre, anda "à frente da de um controlo devido".

A nível global, infelizmente, assiste-se ainda a um desinvestimento nos meios necessários e adequados para uma fiscalização eficaz. Nesse sentido, consideramos que os Governos deverão apostar em incentivos à investigação e, naturalmente, adequar as entidades fiscalizadoras, de recursos técnicos e financeiros para que possam atuar de forma eficaz e aplicar coimas, manifestamente, dissuasoras das práticas infratoras.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[ACT]: São inúmeros e diversificados, mas de um modo geral, por um lado, a exposição das populações a desastres naturais, as alterações climáticas, a conflitos violentos ou a instabilidade

política vivida em determinadas regiões é uma das principais causas da insegurança alimentar.

Por outro lado, o comércio internacional e as políticas de importação e exportação afetam profundamente a disponibilidade e o preço dos produtos alimentares, e desta forma condicionam o acesso dos mais pobres aos alimentos.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[ACT]: A realidade em Portugal segue a tendência Europeia tendo em conta que, no mercado interno, os problemas são efetivamente transfronteiriços. Tal como explicado anteriormente, se no passado a segurança alimentar em Portugal quando comparada com alguns países europeus se situava a um nível mais baixo, atualmente essa questão já não se verifica, na medida em que existe, não só, uma maior harmonização da legislação e normas que protegem o consumidor, mas também uma maior comunicação de riscos entre os países que garantem uma maior segurança alimentar no mercado, no que diz respeito, por exemplo aos riscos alimentares.

[RSC]: Como caracteriza a segurança alimentar em Portugal?

[ACT]: Conforme referido tem-se assistido a uma evolução positiva neste campo. A atuação das entidades fiscalizadoras como tem sido a ASAE também responsável pela prevenção do cumprimento da legislação reguladora, tem permitido que o consumidor beneficie de uma maior proteção e segurança alimentar, na medida em que os operadores do mercado e ao longo de toda a cadeia de abastecimento alimentar tem um maior controle e vigilância. Mas também o papel da DECO, ao longo dos anos tem sido fundamental. Todos os

meses, publicamos estudos na área alimentar que permitem identificar problemas e que “obrigam” por um lado à atuação da fiscalização e por outro a uma ação de vigilância do mercado. A nossa comunicação e informação ao consumidor é rápida e imediata. Mais de 400 mil consumidores que acedem à nossa informação e aos testes publicados são uma força crítica e atuante sobre o comportamento dos operadores.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança (safety) alimentar em Portugal?

[ACT]: A DECO considera que atualmente, a cultura e a promoção da segurança tem vindo a alterar-se. Se tomarmos principais *stakeholders*, o Estado, a Indústria e os consumidores, de facto, a ligação entre estes tem vindo a estreitar-se, o que, naturalmente contribui para resultados mais eficazes. A título exemplificativo, sempre que existe um problema de segurança alimentar respeitante a um produto, nos dias de hoje, a sua rastreabilidade revela-se mais fácil, o que tem como consequência o facto de o consumidor ser informado de tal problema, de forma mais eficaz comparativamente ao que ocorria no passado. Sem prejuízo desta situação, por vezes, ainda continuamos a assistir-se a um desfasamento entre a identificação do problema e a comunicação ao consumidor, situação que tem que ser melhorada tendo em vista os objetivos que se pretendem atingir.

“Do ponto de vista da DECO consideramos que a nível europeu nos dias de hoje se tem assistido a uma melhoria, no que ao estado da segurança alimentar diz respeito e que os consumidores beneficiam de uma elevada proteção da sua saúde e segurança.”

[RSC]: Como caracteriza o papel do consumidor português nesta matéria?

[ACT]: Contrariamente ao passado, neste

momento, temos um consumidor, como verdadeiro *stakeholder*, mais ativo e participativo nesta matéria, tendo passado de um consumidor passivo para um consumidor ativo que coloca mais questões, que reclama mais, ou seja, em resumo está mais reivindicativo e, cada vez mais “sensível e educado para matérias ligadas à saúde e alimentação”.

[RSC]: O que fazer para melhorar?

[ACT]: No entendimento da DECO, deve continuar a apostar-se na literacia do consumidor de forma que esteja munido de todas as ferramentas que lhe permitam continuar a ser cada vez mais interventivo e fazer as melhores escolhas. Na verdade, nunca deve ser olvidado que a alimentação e as escolhas dos consumidores, no ato da compra, é a base e o ponto de partida para uma vida mais saudável.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança alimentar?

[ACT]: A importância dada pelo Estado ao setor

“Consideramos que, não existindo uma política e cultura de promoção da segurança alimentar, por parte das empresas, naturalmente, que estas não vingarão no mercado, nos dias de hoje, o que poderá levar à sua extinção no mercado.”

da segurança alimentar tem vindo a aumentar e o facto de estarmos inseridos num mercado europeu e global, no qual as importações e exportações tem vindo a crescer faz com que os padrões de qualidade tenham aumentado e se tenham tornado mais uniformes.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança alimentar?

[ACT]: A DECO considera que as medidas deverão passar pela melhor gestão dos meios existentes e conseqüentemente uma maior coordenação entre todas as entidades envolvidas na questão da segurança alimentar.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança alimentar, qual a visão dos empresários portugueses?

[ACT]: Sendo nós uma associação de consumidores, defendemos principalmente os interesses dos consumidores e não estamos na posse da melhor informação para responder em representação do setor alimentar, mas também é verdade que temos a perceção que a preocupação destes com a garantia da qualidade e segurança alimentar dos produtos alimentares que colocam no mercado é cada vez maior.

[RSC]: Qual a importância da segurança alimentar para as empresas?

[ACT]: Consideramos que, não existindo uma política e cultura de promoção da segurança alimentar, por parte das empresas, naturalmente, que estas não vingarão no mercado, nos dias de hoje, o que poderá levar à sua extinção no mercado. Nessa conformidade, consideramos as empresas tenham grande interesse nesta matéria.

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar os níveis de segurança alimentar?

[ACT]: Em primeiro lugar, muitas vezes, assiste-se ao facto dos fabricantes colocarem produtos no mercado que, na realidade, não traduzem uma necessidade para o consumidor, sendo certo que são as empresas e a sua atuação no mercado que induzem a certos hábitos de consumo. A título de exemplo, podemos referir a colocação no mercado de produtos com elevados teores de sal,

açúcar e gordura na composição dos alimentos e que poderia ser reformulada, em especial porque está demonstrada também que é desejo dos consumidores terem acesso a alimentos mais saudáveis. No entendimento da DECO, espera-se que haja uma maior fundamentação para os produtos que são colocados no mercado. Por outro lado, revela-se essencial que as empresas preconizem e adotem medidas para uma cultura de segurança alimentar interna, conhecida por todos os trabalhadores envolvidos na cadeia de produção.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança alimentar? Porquê?

[ACT]: No nosso entendimento, houve também melhoria no que à consciencialização dos trabalhadores diz respeito, contudo, considera a DECO que muito há a fazer no que concerne às empresas mais pequenas, com menos recursos financeiros e em que a rotatividade dos trabalhadores é maior. Depois também existem setores onde esta consciência e, aliás, a competência profissional é determinante, como seja na restauração ou na distribuição, onde o correto manuseamento e confeção de alimentos a disponibilizar aos consumidores é o fator decisivo da qualidade e segurança dos alimentos.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo dos trabalhadores para a segurança alimentar?

[ACT]: A DECO considera que têm um papel fundamental na sequência do que foi referido anteriormente e nesse sentido temos reivindicado pela necessidade constante de formação dos trabalhadores. Com efeito, só conhecendo as implicações dos “seus atos” é que os trabalhadores

podem mudar, de forma consciente, a forma de atuação. Cada um tem de ter consciência da sua importância na grande “engrenagem” que é atingir o que se pretende, uma segurança alimentar conveniente e adequada.

Sem dúvida que a melhoria da formação, qualificação e modo de atuação de diferentes profissionais são determinantes para a promoção da segurança alimentar, porque estes são agentes direta ou indiretamente envolvidos.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para segurança alimentar, em Portugal?

[ACT]: Em termos de oportunidades, consideramos uma mais valia ser trabalhada a segurança alimentar, como um todo na Europa. No que respeita às ameaças, estas situam-se ao nível da grande evolução tecnológica a que temos assistido que, a posteriori, não é acompanhada pela devida fiscalização, como anteriormente referido.

“(...) Só conhecendo as implicações dos “seus atos” é que os trabalhadores podem mudar, de forma consciente, a forma de atuação. Cada um tem de ter consciência da sua importância na grande “engrenagem” que é atingir o que se pretende, uma segurança alimentar conveniente e adequada.”

Outra das ameaças, por nós, identificada, prende-se com a necessidade da correta informação do consumidor. De facto, os consumidores são, cada vez mais “bombardeados” com ações de marketing de produtos com a chancela de “saudáveis” e que, na realidade, poderão não o ser. A título exemplificativo, basta reparar nalguns exemplos a nível meramente nutricional em que os produtos com muito açúcar, sal ou gordura são vendidos aos consumidores como saudáveis. Para alguns grupos

“(…) As faculdades deveriam estabelecer parcerias com as empresas para que, pelo menos, nos últimos anos dos cursos fossem já administrados esta temática, na medida em que continuamos a assistir a uma realidade de alunos teoricamente bem formados mas com pouca prática nesta matéria.”

populacionais com necessidades específicas e com uma grande lacuna em termos de literacia, esta questão torna-se ainda mais relevante e mais premente. Por outro lado, as práticas referentes aos produtos que têm mais aditivos e suplementação (proteína por exemplo) é disso, também um exemplo.

[RSC]: Como considera o desempenho das Escolas/Universidades em matéria de segurança alimentar?

[ACT]: A DECO considera que existe ainda um longo percurso a fazer e por conseguinte, necessita ser objeto de francas melhorias, exceto alguns casos pontuais e muito específicos de cursos nesta matéria. A segurança e a inovação alimentar são exemplos da necessidade de colocar a investigação feita pela academia ao serviço daquilo que na verdade a indústria e o consumidor necessitam.

[RSC]: Como é que as Escolas/Universidades podem ajudar a elevar os níveis de segurança alimentar?

[ACT]: No entendimento da DECO, dever-se-ia promover uma revisão curricular por forma a integrar esta temática de relevante importância nos programas letivos.

[RSC]: Sobre esta matéria, existem áreas das quais há *deficit* de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?

[ACT]: Não temos informação para responder


cabalmente a esta questão.

[RSC]: Qual as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[ACT]: No entendimento da DECO, as faculdades deveriam estabelecer parcerias com as empresas para que, pelo menos, nos últimos anos dos cursos fossem já administrados

esta temática, na medida em que continuamos a assistir a uma realidade de alunos teoricamente bem formados mas com pouca prática nesta matéria.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade (consumidores) em geral.

[ACT]: O trabalho conjunto das entidades referidas é importante para a obtenção de um objetivo global que, neste caso é a Segurança Alimentar. Cada um tem um papel importante a desempenhar em benefício dos consumidores, que somos todos nós! 



Mestre em Engenharia Bioquímica e licenciado em Engenharia Biotecnológica. É Diretor-Geral da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares e docente do ensino superior, lecionando nas áreas da legislação alimentar, da qualidade e segurança alimentar e da gestão de crises. Considera a Europa como um dos locais mais seguros para consumir alimentos, nomeadamente Portugal, que considera estar inserido no grupo de países mais desenvolvidos.

Os operadores económicos portugueses adaptaram-se bem, tanto a nível de quadro legal como sistemas de gestão da qualidade. Por outro lado, as ações de fiscalização têm revelado elevados níveis de cumprimento, as universidades têm formado profissionais muito qualificados e os próprios consumidores estão mais conscientes das regras. O Estado tem tido um papel fundamental em três vertentes específicas e interligadas: avaliação, gestão e comunicação de riscos. O nível de consciência dos trabalhadores foi uma das vertentes que mais se evoluiu. A melhor forma de promover a segurança é criar uma cultura interna. O fator humano é claramente uma das grandes apostas das nossas empresas. As principais ameaças prendem-se com a globalização das cadeias de abastecimento, com as sabotagens e, infelizmente hoje em dia, com os riscos de terrorismo.

[Revista Segurança Comportamental]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu?

[Pedro Queiroz]: A segurança alimentar é um aspeto fundamental para a promoção da saúde pública a nível global, pois as doenças de origem alimentar são uma importante causa de morbilidade e mortalidade. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), morrem anualmente 420.000 pessoas devido ao consumo de géneros alimentícios contaminados, sendo 1/3 crianças com idade inferior a 5 anos. Na Europa, a segurança alimentar tornou-se num dos pilares da política comunitária no início do século, envolvendo hoje em muitos aspetos os Estados não membros, o que permitiu consolidar o processo de análise dos riscos, nas suas três componentes interligadas: avaliação, gestão e comunicação, a par da construção da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e da sua articulação com as Autoridades nacionais. Embora continue a ter de lidar diariamente com questões relacionadas com a segurança alimentar e registe anualmente (segundo a OMS) cerca de 5.000 mortes (1,2% do total mundial), pode dizer-se que a Europa é dos locais mais seguros para consumir alimentos.

“A segurança alimentar é um aspeto fundamental para a promoção da saúde pública a nível global, pois as doenças de origem alimentar são uma importante causa de morbilidade e mortalidade. “

Acredita-se, no entanto, que estas doenças estão subnotificadas e que a sua verdadeira dimensão está longe de ser conhecida.

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[PQ]: As diferenças são notórias e fazem-se sentir ao nível de regiões, países e comunidades. Pela

negativa destaca-se a região africana, responsável por 1/3 das mortes mundiais. No caso particular da Europa, embora persistam diferenças entre países, não se justifica fazer destaques pois a harmonização das exigências legais e das regras de controlo oficial têm conduzido a um padrão transversal. Será, no entanto, justo referir o facto de Portugal estar hoje em pé de igualdade com o que de melhor se faz ao nível da segurança alimentar.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[PQ]: O principal obstáculo reside nas condições de higiene em que muitas populações ainda hoje vivem e trabalham. Em muitas zonas do globo, a principal preocupação das populações ainda é ter acesso a alimentos, em particular a água potável, pelo que a segurança alimentar é algo que fica em segundo plano. Este cenário é agravado pela escassa assistência médica em muitos países. Numa perspetiva local, as soluções têm de se adequar à realidade de cada região, começando por questões básicas como a higiene na manipulação, as boas condições de armazenamento e a correta preparação e confeção. Numa perspetiva global, o caminho passa pela implementação

eficaz dos standards internacionais existentes, em particular os do Codex Alimentarius, pela troca de informação e experiência entre governos e pelo diálogo entre operadores económicos.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que

se apresentam a nível global nesta matéria?

[PQ]: O principal desafio a nível global passa pelo estabelecimento de um sistema que permita medir a verdadeira dimensão do problema, pois ainda hoje apenas uma parte dos casos serão reconhecidos, tratados, notificados e registados

como doenças de origem alimentar.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[PQ]: Portugal encontra-se hoje entre o grupo de países mais desenvolvidos ao nível da segurança alimentar.

Não está naturalmente isento de riscos, mas podemos afirmar que, no panorama global, o nosso país cumpre com elevados padrões.

[RSC]: Como caracteriza a segurança alimentar em Portugal?

[PQ]: Portugal tem feito um trabalho notável a este nível e evoluiu muito nas últimas décadas. Os operadores económicos adaptaram-se a um quadro legal comunitário cada vez mais horizontal e adotaram vários referenciais normativos reconhecidos a nível mundial, com particular incidência ao nível dos sistemas de gestão da qualidade e da segurança alimentar. Por outro lado, as ações de fiscalização têm revelado elevados níveis de cumprimento, as universidades têm formado profissionais muito qualificados e os próprios consumidores estão hoje mais conscientes das regras básicas de higiene e segurança alimentar. Portugal é assim hoje um país que pode dar garantias muito acima do panorama médio global.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança (safety & security) alimentar em Portugal?

[PQ]: Embora os desenvolvimentos que se têm registado, ao nível das tecnologias de produção e do controlo da qualidade, garantam produtos cada vez mais seguros, a segurança alimentar (*safety*) continua a assentar num paradoxo entre a perceção e os factos reais. No que respeita ao

abastecimento de alimentos e o acesso individual aos mesmos (*security*), curiosamente a última década mostrou que algo que estaria assumido não é assim tão certo, em particular em cenários

“Portugal tem feito um trabalho notável a este nível e evoluiu muito nas últimas décadas. Os operadores económicos adaptaram-se a um quadro legal comunitário cada vez mais horizontal e adotaram vários referenciais normativos reconhecidos a nível mundial, com particular incidência ao nível dos sistemas de gestão da qualidade e da segurança alimentar.”

como paralisações do transporte rodoviário ou do abastecimento marítimo que mostraram a nossa forte dependência de algumas matérias-primas.

[RSC]: Como caracteriza o papel do consumidor português nesta matéria?

[PQ]: Os consumidores estão hoje envolvidos por uma relação desequilibrada entre o conhecimento e a incerteza. Por um lado, estão mais exigentes com a informação que lhes é disponibilizada sobre a composição dos produtos, os métodos de fabrico e o impacte ambiental. No entanto, qualquer informação mais alarmista, muitas vezes de fontes pouco credíveis, em particular nas redes sociais, leva a uma imediata perda de confiança.

[RSC]: O que fazer para melhorar?

[PQ]: O tema da segurança alimentar deve assentar cada vez mais numa abordagem integrada e holística que permita uma intervenção articulada das suas três maiores forças condutoras: os consumidores, os operadores económicos e as autoridades competentes.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança alimentar?

[PQ]: O Estado tem um papel fundamental em três vertentes específicas e interligadas: avaliação, gestão e comunicação de riscos. No que toca à avaliação de riscos assistiu-se nos últimos anos a um esforço de consolidação das metodologias e do conhecimento, com destaque para a atividade da ASAE, numa das suas vertentes, do Instituto Nacional de Saúde e de várias universidades. No que respeita à gestão de riscos, Portugal tem vindo essencialmente a implementar a legislação comunitária em boa articulação com os operadores económicos. No que toca à comunicação, merece destaque o facto de ter sido criada a Comissão de

tecnológico.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança alimentar, qual a visão dos empresários portugueses?

[PQ]: O último estudo efetuado a este nível (FIPA-Deloitte) revela que os empresários consideram a segurança alimentar como um dos fatores de produção mais importantes para o desenvolvimento das empresas e mostram disponibilidade para o investimento nesta área.

[RSC]: Qual a importância da segurança alimentar para as empresas?

[PQ]: A segurança alimentar é o principal fator de reputação das empresas do setor.

“Os trabalhadores do setor alimentar têm hoje formação que lhe permite conhecer quer os principais riscos associados à manipulação de géneros alimentícios quer as medidas que devem adotar com vista à salvaguarda da segurança dos consumidores, desde a higiene pessoal às condições aplicáveis aos géneros alimentícios.”

Segurança Alimentar, em grande medida com o objetivo de articular melhor a comunicação de crise. Houve assim uma evolução positiva nos últimos anos.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança alimentar?

[PQ]: A principal medida passa por dinamizar a boa articulação interministerial e o diálogo permanente com as associações que representam os operadores económicos e os consumidores e com as instituições do sistema científico e

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar os níveis de segurança alimentar?

[PQ]: As prioridades devem centrar-se na compreensão, desenvolvimento, aplicação e implementação de novas soluções, derivadas dos processos de inovação e desenvolvimento, assentes em três linhas: a) reforço do conhecimento dos perigos, atuais e emergentes, e riscos associados aos diferentes passos da cadeia alimentar; b) desenvolvimento de novas ferramentas que permitam uma melhoria contínua da produção e distribuição de géneros alimentícios; e c) conhecimento

do fator humano, nomeadamente a perceção do consumidor face ao risco e as novas necessidades de comunicação.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança alimentar? Porquê?

[PQ]: Foi das vertentes em que mais se evoluiu. Os trabalhadores do setor alimentar têm hoje formação que lhe permite conhecer quer os principais riscos associados à manipulação de géneros alimentícios quer as medidas que devem adotar com vista à salvaguarda da segurança dos consumidores,

desde a higiene pessoal às condições aplicáveis aos géneros alimentícios. Há hoje uma boa consciência nessa área na maioria dos casos.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo dos trabalhadores para a segurança alimentar?

[PQ]: Têm um papel fundamental. Apesar da notória evolução tecnológica, o setor alimentar continua a contar com uma significativa intervenção humana nos vários elos da cadeia e nas várias fases dos processos. Os trabalhadores são assim peça-chave na garantia da segurança alimentar, assegurando o bom funcionamento das medidas e sistemas preventivos.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção da segurança alimentar através do fator humano é a solução mais economicamente vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[PQ]: A melhor forma de promover a segurança é criar uma cultura interna focada na boa articulação com os parceiros a montante e a jusante e naturalmente no estabelecimento, revisão e atualização dos processos internos. O fator humano é claramente uma das grandes apostas das nossas empresas, muito particularmente ao nível da formação.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para segurança alimentar, em Portugal?

[PQ]: As principais oportunidades estão diretamente ligadas à capacidade de diferenciação dos nossos produtos e à conquista de novos mercados, por via

da inovação, qualidade e segurança. As principais ameaças prendem-se com a globalização das cadeias de abastecimento, com as sabotagens e, infelizmente hoje em dia, com os riscos de terrorismo.

“A melhor forma de promover a segurança é criar uma cultura interna focada na boa articulação com os parceiros a montante e a jusante e naturalmente no estabelecimento, revisão e atualização dos processos internos. O fator humano é claramente uma das grandes apostas das nossas empresas, muito particularmente ao nível da formação.”

[RSC]: Como considera o desempenho das Escolas/Universidades em matéria de segurança alimentar?

[PQ]: Quer as Universidades quer os Politécnicos têm vindo a produzir trabalho relevante em áreas como a avaliação de riscos, métodos de conservação ou modelos preditivos, em alguns casos desenvolvidos no âmbito de projetos comunitários. Existe, no entanto, uma notória escassez de recursos para trabalho mais prolongado no tempo o que leva a que o conhecimento gerado tenha pouca integração. Continua assim a ser uma área onde é necessário aumentar o investimento.

[RSC]: Como é que as Escolas/Universidades podem ajudar a elevar os níveis de segurança alimentar?

[PQ]: Podem ter um papel relevante ao nível dos métodos analíticos, da melhoria da matriz dos produtos, dos materiais de embalagem e dos

processos de produção e conservação. O potencial existente ganha particular relevância nas dinâmicas regionais e no apoio às PME.

[RSC]: Sobre esta matéria, existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?

[PQ]: No que respeita à segurança alimentar é importante promover e apoiar um aumento da compilação de informação técnica e da realização de estudos epidemiológicos e de prevalência, com o objetivo de se ter um melhor mapeamento da

aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade (consumidores) em geral.

[PQ]: O setor alimentar e das bebidas representa atualmente o maior volume de negócios e apresenta-se como o maior empregador no contexto da indústria nacional. Tem um posicionamento único devido à sua diversidade regional e ao papel na preservação da identidade gastronómica, suportado por um tecido empresarial muito atomizado e de natureza familiar. Conta hoje com um vasto leque de profissionais qualificados e tem desafiado o futuro através das


dinâmicas da diferenciação, inovação e sustentabilidade. Nos últimos anos, tem-se assistido a um crescimento sustentado das exportações o que reflete certamente a qualidade dos produtos produzidos em Portugal e a dinâmica dos seus empresários. A principal aposta desta indústria é fornecer produtos que conjuguem o prazer sensorial com a comodidade, a qualidade nutricional e os elevados níveis de segurança. É a atividade empresarial mais próxima da sociedade pela penetração diária que tem

“As principais oportunidades estão diretamente ligadas à capacidade de diferenciação dos nossos produtos e à conquista de novos mercados, por via da inovação, qualidade e segurança. As principais ameaças prendem-se com a globalização das cadeias de abastecimento, com as sabotagens e, infelizmente hoje em dia, com os riscos de terrorismo.”

realidade nacional e poder assim direcionar melhor o trabalho técnico-científico.

[RSC]: Qual as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[PQ]: É uma relação que tem vindo a melhorar mas que encontra ainda hoje várias barreiras, em particular devido a modelos de gestão ainda muito fechados. Para além das necessárias mudanças na cultura das organizações, existe um enorme potencial ao nível da integração de *startups* como eixos entre o conhecimento técnico-científico e as dinâmicas empresariais.

nas nossas vidas. É assim fundamental que seja criada uma dinâmica em torno desta indústria que lhe permita continuar a crescer e a servir cada vez melhor os consumidores. 

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem



Jorge Saraiva, licenciado em Bioquímica, doutorado em Biotecnologia, é atualmente investigador auxiliar do departamento de química da Universidade de Aveiro. É diretor da licenciatura em Biotecnologia. Diz à Revista *Segurança Comportamental* que a nível global existe o desafio de se proceder a uma maior harmonização. Ao nível de “safety” considera que Portugal está entre os melhores a nível internacional. Quanto a “security”, as soluções são a nível global e de forma partilhada. No entanto, penso que a necessidade da “security” a nível alimentar é menos perceptível para os consumidores. Para melhorar ainda mais a cultura de segurança alimentar em Portugal é necessário criar mais confiança entre os vários atores que estão envolvidos em garantir a segurança alimentar, desde o consumidor, entidades de segurança alimentar, empresas, entidades de defesa do consumidor. O Estado pode apostar na melhoria de mais comunicação, flexibilidade e formação. Sem a vital participação dos trabalhadores, todo o trabalho feito a “montante” nas empresas, nas instalações, será basicamente em vão. O fator humano é imprescindível!

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu?

Jorge Saraiva [JS]: O estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu melhorou imenso nos últimos anos, principalmente nos países mais desenvolvidos. A comunicação, hoje muito facilitada pelas novas tecnologias, entre as várias entidades que têm como função garantir a segurança alimentar, é muito mais rápida e intensa. Entre os países mais desenvolvidos e com sistemas de garantia da segurança alimentar mais avançados, a comunicação é basicamente em tempo real. Nos países menos desenvolvidos existe ainda muito para fazer e melhorar. A globalização está a ter um efeito acelerador neste aspeto, pois tem levado a uma maior harmonização, com implementação de sistemas de garantia da segurança alimentar de países mais desenvolvidos em países menos desenvolvidos.

[RSC]: Então, considera que há diferenças entre países?

[JS]: Claramente que sim. Os países menos desenvolvidos precisam ainda de progredir muito para melhorar os seus sistemas de garantia da qualidade alimentar. E para esse trabalho será muito importante a experiência dos países mais desenvolvidos nesta área.

Mesmo entre os países mais desenvolvidos existem diferenças, que refletem as particularidades alimentares e hábitos culturais, diferenças de clima, tipos e formas de alimentos mais consumidos, etc., mas tendo sempre por objetivo garantir o melhor nível de segurança alimentar. E como já disse a globalização está a ter um efeito catalisador neste aspeto, promovendo uma maior e acelerada harmonização para padrões de segurança alimentar mais elevada.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[JS]: Como já referi as diferenças entre países, desde hábitos alimentares e culturais a tipos e formas de alimentos mais consumidos, mas obviamente também em alguns casos questões comerciais e de proteção de mercado. Mas penso que a crescente globalização, a digitalização e comunicação

facilitada, levarão a soluções hoje inimagináveis. Um exemplo, é a recente iniciativa IBM Blockchain para a área da segurança alimentar, visando precisamente a melhoria da segurança alimentar e simultaneamente redução de custos, envolvendo já muitas das principais empresas multinacionais produtoras de alimentos e retalhistas. Soluções como esta serão crescentemente importantes, em conjunto com uma cada vez maior intervenção também da inteligência artificial nesta área.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[JS]: O mais importante, penso eu, é conseguir colocar os vários atores a falarem a “mesma linguagem”, isto é, proceder a uma maior harmonização. Hoje existem muitas vezes sistemas diferentes, com procedimentos diferentes, e até mesmo com níveis e tipos de exigência diferentes, para países que deviam ter padrões semelhantes. Mas sobretudo que falam linguagens diferentes, para atingir basicamente o mesmo objetivo, assegurar do modo mais eficiente possível elevados níveis de segurança alimentar. As empresas portuguesas que exportam conhecem bem estas dificuldades. Iniciativas como a IBM Blockchain permitem exatamente colmatar muitas destas diferenças e melhorar de modo muito substancial os sistemas de garantia da segurança alimentar com custos menores.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[JS]: Penso ser semelhante. Portugal evolui imenso a nível da segurança alimentar. Penso que estamos mesmo na linha da frente a nível internacional nesta área. Mas existem situações a melhorar, como acontece sempre e muitas vezes a adaptar, em função da experiência que se vai obtendo. Um exemplo menor que vi recentemente em Espanha: os consumidores usam uma pequena luva de plástico quando estão a escolher a fruta, por questões higiénicas já em muitos supermercados. Em Portugal ainda é pouco comum.

[RSC]: Como caracteriza a segurança alimentar em Portugal?

[JS]: Ao nível dos padrões mais elevados a nível

internacional. Basta hoje irmos a restaurantes, cantinas universitárias ou de empresas, a empresas que processam e produzem alimentos, e mesmo ver a atitude mais informada e exigente dos consumidores.

Mas temos que estar sempre atentos, pois vão ocorrer sempre problemas, infelizmente. A ideia (errada) de muitos consumidores (do público em geral) é que os sistemas de garantia da qualidade são infalíveis, isto é, garantem a 100% a segurança alimentar. Não é assim.

Ainda recentemente ocorreu um caso com ovos contaminados com o inseticida fipronil (caso de segurança química) e casos de botulismo em presunto de produção não industrial (caso de segurança biológica/microbiológica).

Os sistemas de garantia da qualidade visam garantir a segurança alimentar, de modo a que a ocorrência de problemas tenha uma probabilidade muito baixa, em função da avaliação dos riscos (probabilidade de ocorrência e grau de gravidade), por implementação de soluções que sejam também economicamente viáveis. Assim, não existem nem soluções perfeitas nem definitivas.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança (safety & security) alimentar em Portugal?

[JS]: Ao nível de “safety” como já referi, considero da melhor a nível internacional. Hoje existe uma cultura em Portugal de grande exigência de segurança alimentar e de grande reconhecimento da sua importância para a saúde pública, ou seja para a saúde de todos nós. Considero este aspeto da maior importância, pois a cultura e a mentalidade relativas a qualquer aspeto a nível da sociedade são determinantes e dos aspetos mais difíceis de mudar. Este nível elevado de cultura e mentalidade da importância da segurança

alimentar em Portugal é também uma vantagem competitiva nas relações com outros operadores a nível internacional e por exemplo, também para o turismo, para as pessoas que nos visitam e que hoje reconhecem que Portugal está de fato muito bem. Quanto a “security”, hoje temos que encarar este aspeto de modo diferente. Antes cada país tinha que ter a preocupação de garantir reservas de alimentos e o acesso aos mesmos pelos consumidores. Hoje, começam a existir soluções

“O estado da segurança alimentar a nível mundial e europeu melhorou imenso nos últimos anos, principalmente nos países mais desenvolvidos. (...) Nos países menos desenvolvidos existe ainda muito para fazer e melhorar. A globalização está a ter um efeito acelerador neste aspeto, pois tem levado a uma maior harmonização, com implementação de sistemas de garantia da segurança alimentar de países mais desenvolvidos em países menos desenvolvidos.”

mais globais e partilhadas, como por exemplo entre os blocos de países como a União Europeia, o que permite soluções mais eficientes e menos onerosas. No entanto, penso que a necessidade da “security” a nível alimentar é menos perceptível para os consumidores, habituados que estão à oferta variada e constante de alimentos.

[RSC]: Como caracteriza o papel do consumidor português nesta matéria?

[JS]: Absolutamente determinante. Se o consumidor não for exigente e vigilante, o sistema de garantia da qualidade será sempre menos eficiente. É o consumidor que estando diariamente no terreno pode alertar para situações que não estejam conformes ou que possam ser melhoradas. O papel do consumidor é, absolutamente, essencial. No fundo, é a ele (para todos nós como consumidores)

que a segurança alimentar se destina.

[RSC]: O que fazer para melhorar?

[JS]: Tanta coisa. Mas principalmente, em minha opinião, criar mais confiança entre os vários atores que estão envolvidos em garantir a segurança alimentar, desde o consumidor, entidades de segurança alimentar, empresas, entidades de defesa do consumidor, para melhorar ainda mais a cultura de segurança alimentar em Portugal. Por exemplo, fazendo perceber cada vez mais que as fiscalizações e inspeções não são contra ninguém, mas para o bem de todos. E aqui, penso eu, falta muita psicologia e comunicação para o chamado grande público. Veja-se por exemplo a televisão. É relativamente frequentemente ver notícias do tipo “foram apreendidos “x” quilos de alimentos impróprios para o consumo”. Para o consumidor isto gera uma atitude de desconfiança

“Ao nível da flexibilidade, penso que devemos trabalhar mais em rede e com mais espírito colaborativo e pensar que todos temos a ganhar com mais flexibilidade, na abordagem em questões de segurança alimentar, não diminuindo a exigência e cumprimento das regras.”

porque pensa que são feitas poucas inspeções e que normalmente o resultado é este. É preciso mudar estas situações relatando que o nível de incumprimento é baixo e que na maioria dos casos inspecionados não são encontrados problemas. Considero este aspeto comunicacional para o grande público absolutamente importante.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança alimentar?

[JS]: Bom, mas obviamente com situações para melhorar. É necessário aumentar a capacidade de atuação das autoridades, promover mais formação de quem está no terreno e apostar mais em estratégias de longo prazo e não só de curto prazo,

como as inspeções. E para isto tudo é necessária mais dotação orçamental.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança alimentar?

[JS]: Mais comunicação, flexibilidade e formação. Um exemplo de comunicação: há alguns anos apareceu na comunicação social que tinha sido proibida a venda de bolas de Berlim nas praias por questões de segurança alimentar, notícia que teve bastante impacto nos consumidores. Parece que de fato a realidade não era bem assim, mas não se viu nenhuma notícia a desmentir ou a explicar a situação, ou pelo menos teve menos impacto... E para o consumidor a ideia que ficou, foi mesmo essa.... Existia mesmo algum problema com a venda na praia das bolas de Berlim? Estas situações devem ser evitadas/minimizadas, através de mais e

melhor comunicação. E hoje, felizmente, continuamos a ter nas praias as bolas de Berlim.

Ao nível da flexibilidade, penso que devemos trabalhar mais em rede e com mais espírito colaborativo e pensar que todos temos a ganhar com mais flexibilidade, na abordagem em questões de segurança alimentar, não diminuindo a exigência e cumprimento das regras. Penso por exemplo que se deveria ter uma abordagem mais pedagógica,

promovendo mais esclarecimentos e indicando como proceder corretamente, num primeiro momento, particularmente em situações dúbias ou de menor importância. Isto porque falta também muita formação e informação, particularmente em casos de atores de pequenas dimensões (pequenas empresas e pequenos estabelecimentos comerciais). E Portugal no setor alimentar tem muitas muito pequenas e microempresas. Considero a vertente pedagógica do Estado como da maior importância e não só a fiscalizadora.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança alimentar, qual a visão dos empresários

portugueses?

[JS]: Penso que é de muita responsabilidade e de muita colaboração com os outros autores do sistema de segurança alimentar, porque a evolução das trocas comerciais nos últimos anos e a globalização, assim como consumidores mais informados e exigentes, tiveram um efeito muito positivo para mostrar que a segurança alimentar é fundamental. Os empresários estão claramente conscientes da grande importância da segurança alimentar. Procuram, como é evidente, soluções mais eficientes e menos onerosas e também mais flexibilidade em algumas situações.

[RSC]: Qual a importância da segurança alimentar para as empresas?

[JS]: De enorme importância, na sua relação comercial com o consumidor (*business to consumer*, B2C) e com outras empresas (*business to business*, B2B). Garantir níveis elevados de segurança alimentar contribui decisivamente para a criação de uma imagem de responsabilidade, disciplina e qualidade. E no caso de surgir algum problema, permite uma rápida e eficiente ação, minimizando possíveis efeitos nefastos.

Para a exportação é fundamental, pois alguns mercados têm exigências diferentes das de Portugal, que é preciso cumprir e também comprovar que se cumprem. Apostar forte na segurança alimentar fomenta a confiança entre as empresas e os seus parceiros de negócios, quer sejam outras empresas ou os consumidores, contribuindo para criar uma imagem de grande responsabilidade e seriedade.

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar os níveis de segurança alimentar?

[JS]: Pela implementação de soluções mais modernas e adaptadas a cada caso em concreto e adotando uma política de constante melhoria. Também pela melhoria da interação e comunicação com os seus parceiros de negócio, a montante e a jusante da empresa. A iniciativa IBM Blockchain, que

já referi, tem como umas das principais vantagens, exatamente esta da comunicação entre os vários operadores numa cadeia de operação.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança alimentar?

[JS]: Os trabalhadores com (mais) formação sim. Os trabalhadores com menor formação muito menos. A formação para todos, mas principalmente para estes últimos é de enorme e fundamental importância.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo dos trabalhadores para a segurança alimentar?

[JS]: Imprescindível. São os trabalhadores que estão com a “mão na massa”... ou seja nas linhas de processamento, manipulação, produção e fornecimento de alimentos. Se eles não tiverem formação, atitudes e procedimentos conforme as melhores práticas para garantir a segurança

“(...) Os trabalhadores são de enorme importância e as empresas perceberam isso há muito tempo, apostando cada vez mais na sua formação e envolvendo-os mais na sua política e procedimentos de garantia da segurança alimentar.”

alimentar, esta ficará seriamente comprometida. E são eles que podem ver mais rapidamente e in loco os problemas e sugerir melhorias e novos procedimentos. Sem a vital participação dos trabalhadores, todo o trabalho feito a “montante” (nas empresas, nas instalações, etc.), será basicamente em vão.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção da segurança alimentar através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[JS]: Como disse antes o fator humano é imprescindível, como por exemplo os trabalhadores nas linhas de processamento, mas também a administração e todos numa empresa/ organização que lida com alimentos, pela atitude de responsabilidade que adota e transmite nas empresas. Como já disse os trabalhadores são de enorme importância e as empresas perceberam isso há muito tempo, apostando cada vez mais na sua formação e envolvendo-os mais na sua política e procedimentos de garantia da segurança alimentar.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para segurança alimentar, em Portugal?

[JS]: Penso que as ameaças e as oportunidades são basicamente semelhantes às dos países mais avançados nesta área.

Ameaças: não deixar baixar, mas sim aumentar o nível de segurança alimentar e não nos deixarmos “entorpecer” pelos resultados atingidos, mas estar sempre alerta para novas situações que possam ocorrer.

Oportunidades: a melhoria contínua dos sistemas de garantia da segurança alimentar, particularmente a sua eficiência; reduzir custos, mantendo e mesmo melhorando o nível de segurança alimentar, aplicando novas soluções.

[RSC]: Como considera o desempenho das Escolas/Universidades em matéria de segurança alimentar?

[JS]: Bom, mas sempre com possibilidades de melhoria. Algumas Escolas/Universidades próprias dão formação nos seus cursos ao nível de segurança alimentar, pelo que têm conhecimento na área, o que lhes permite estar a um nível muito bom.

[RSC]: Como é que as Escolas/Universidades podem ajudar a elevar os níveis de segurança alimentar?

[JS]: Pela formação por exemplo. Contribuindo para a disseminação de novas soluções ao nível da segurança alimentar e trabalhando em conjunto com as empresas e entidades de defesa do consumidor para a melhoria global do sistema de segurança alimentar.

[RSC]: Sobre esta matéria, existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?


[JS]: Em termos globais, penso que não. Mas tem que existir uma atitude de constante atenção à evolução em termos técnico-científico nesta área, para uma atualização constante. Penso que poderá existir algum défice de formação, porque como disse antes, é necessária adaptação contínua e formação contínua, pelo que existirá sempre necessidade de formação.

[RSC]: Qual as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[JS]: Comunicar, com paciência, porque falamos muitas vezes linguagens que parecem diferentes e com horizontes temporais também diferentes. As empresas devem ser mais pacientes em muitos casos, percebendo que muitas coisas não se fazem de um momento para o outro, mas as faculdades também têm que perceber mais e melhor a dinâmica das empresas. E para comunicar é preciso tempo. Ações de formação, palestras, projetos em conjunto, etc.. Para se criar uma relação de confiança mútua e profícua. E tempo é o que todos temos pouco. Logo não é fácil.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade (consumidores) em geral

[JS]: A minha mensagem para a sociedade (consumidores) em geral: tenham confiança nos sistemas de garantia da segurança alimentar; nunca como hoje tivemos tanto conhecimento, preocupação e ação para garantir a segurança dos alimentos que consumimos. Mas não existem soluções perfeitas e ocorrerão sempre problemas. Os sistemas de garantia da segurança alimentar visam reduzir a um nível muito baixo a probabilidade de ocorrência de situações problemáticas e caso ocorram, visam minimizar os problemas causados por essas situações.

Para os trabalhadores, empresas e Estado: precisamos trabalhar (ainda) mais em rede e interagindo mais para conseguirmos soluções mais eficientes de garantia da segurança alimentar. 

Acidentes de Trabalho

Gestão Legal, Normativa e de Excelência

Ação Formativa - 3.ª edição

Holiday Inn Lisbon-Continental | Lisboa

23, 24, 25 e 26 de outubro de 2018 | 9H30 às 17H30

ENQUADRAMENTO

A sinistralidade laboral é uma das principais preocupações em segurança e saúde no trabalho. As lesões por acidentes de trabalho causam um impacto negativo tanto nos trabalhadores como também nas empresas, repercutindo-se tanto em custos diretos como indiretos, embora, assumam também um aspeto positivo: aprendizagem organizacional. A ausência de gestão eficaz dos factores humanos foi um factor contributivo para as causas de vários acidentes muito graves, como exemplo: PiperAlpha, Chernobyl, etc. Fazer uma boa gestão dos quase-acidentes é também um desafio para as entidades gestoras, mas bastante potencializadora para elevar a eficiência do sistema de gestão de segurança.

Este curso foca-se na gestão de acidentes de trabalho, numa perspetiva legal, normativa e de excelência com a integração do fator humano.

OBJECTIVOS

- ✓ Conhecer o quadro legal sobre acidentes de trabalho;
- ✓ Identificar as responsabilidades de empregadores, trabalhadores e outros sujeitos;
- ✓ Conhecer as questões conexas com a responsabilidade criminal pelo incumprimento de regras de segurança;
- ✓ Conhecer a terminologia mais importante na gestão dos acidentes de trabalho;
- ✓ Reconhecer a importância dos factores humanos na gestão dos acidentes de trabalho;
- ✓ Identificar o método de integração da gestão de acidentes de trabalho no referencial normativo ISO 45001:2018;
- ✓ Enunciar metodologias e técnicas de análise e investigação de acidentes de trabalho, nomeadamente as que chegam às causas raíz;
- ✓ Integrar os modelos de investigação e análise de falhas humanas;
- ✓ Identificar barreiras preventivas e correctivas, do tipo organizacionais e comportamentais.

DESTINATÁRIOS

Responsáveis pela área da segurança no trabalho, designadamente técnicos de segurança, coordenadores de segurança, responsáveis pelos recursos humanos, representantes dos trabalhadores, trabalhadores com responsabilidades de segurança e ainda, advogados, auditores, formadores e consultores. Todos os interessados em aprofundar o seu conhecimento neste tema.

MÉTODOS DE EXPOSIÇÃO

Utilizar-se-á de uma forma muito breve o método expositivo – interrogativo. Recorrer-se-á sobretudo aos métodos Ativos – Participativos através de casos reais.

FACILITADORES/FORMADORES

João Milhano: licenciado e mestre em Direito. Desempenhou funções docentes na Universidade Lusófona e no Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz, na licenciatura de Ciências Forenses e Criminais. Entre 2008 e 2012, em regime de cedência especial, desempenhou funções de auditor/inspector de segurança da aviação civil no Instituto Nacional de Aviação Civil. Atualmente desempenha funções de jurista na Administração Pública.

João Areosa: Licenciado em sociologia. Pós-graduado em Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. Mestre e doutor em sociologia do trabalho pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). Docente no ISLA. Investigador no Centro de Interdisciplinar em Ciências Sociais (CICS.NOVA) da Universidade Nova de Lisboa. Membro do conselho editorial da revista Segurança Comportamental. Membro da estrutura organizativa da Rede de Investigação sobre Condições de Trabalho - RICOT. Membro do conselho de edição do *International journal on Working Conditions*. Título de especialista na área científica de Segurança e Higiene no Trabalho.

Natividade Gomes Augusto. Socióloga. Pós-graduada em gestão de segurança, higiene e saúde no trabalho. Pós-graduada em sistemas integrados de gestão. Vogal efetiva da Comissão Técnica 42/SC4, focada na Norma ISO 45001. Técnica superior de segurança. Auditora de Segurança e Higiene no trabalho. Formadora há 25 anos, em várias instituições. Diretora da Revista Segurança Comportamental. Especialista em comportamentos de segurança e saúde. Especialista em falha humana, sua análise e intervenção em segurança no trabalho. Experiência em investigação e análise de acidentes de trabalho.

Celestino Martins, licenciado em Ciência Sociais, área vocacional de Psicologia Social pela UAb. Mestre em Segurança e Higiene no Trabalho na ESCE/IPS. Desempenhou a função de coordenador de saúde ocupacional e segurança nas empresas portuguesas de betão pronto do Grupo CIMPOR, onde aplicou um programa de segurança comportamental. Perito em técnicas de investigação e análise de acidentes de trabalho.



Ajuste o curso às suas necessidades.

Inscreva-se nos 4 módulos ou apenas em 1 módulo.

geral@segurancacomportamental.com

Rua Fernando Maurício | nº 21 | 4C | 1950 - 447 | Lisboa | TI: 216022572

+ inf. INSCRIÇÃO

AQUI

Todos os nossos cursos estão alinhados com:
 - Agenda para o desenvolvimento sustentável das Nações Unidas; | - Orientações da Organização Internacional do Trabalho;
 - Estratégias Europeia e Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho; | - Campanhas da EU-OSHA.

PROGRAMA	
MÓDULO 1 – Responsabilidade Civil e Criminal (23.10.2018)	Formador
Capítulo I - Quadro legal da promoção da SST . Código do trabalho; . Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho; . Regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais.	João Milhano
Capítulo II - As responsabilidades de empregadores, trabalhadores e outros sujeitos . Responsabilidade civil resultante do incumprimento de regras de segurança . A responsabilidade por facto ilícito e a responsabilidade pelo risco; . A obrigação de indemnização.	
Capítulo III - Principais questões conexas com a responsabilidade criminal pelo incumprimento de regras de segurança . Características gerais; . Culpa: dolo e negligência; . Crimes por ação e por omissão; . Crimes em especial: o crime de violação de regras de segurança e o crime de violação de regras de construção.	
Capítulo IV - Exercícios práticos . Jurisprudência - acórdãos de tribunais.	
MÓDULO 2 – Modelos de análise e fatores humanos na gestão de acidentes de trabalho (24.10.2018)	
Capítulo I – Definições e modelos de análise de acidentes . Conceitos: incidente, acidente e quase-acidente . Modelos de análise: Teoria da propensão individual para os acidentes Modelo sequencialista (teoria dominó) Modelo epidemiológico dos acidentes Perspetiva da transferência de energia e das barreiras protetoras Teoria sociológica dos acidentes de trabalho . Prevenção de acidentes	João Areosa
Capítulo II – Fatores humanos na gestão dos incidentes de trabalho . Erro humano . Como funciona a nossa mente em contexto organizacional . Algumas armadilhas cognitivas	
MÓDULO 3 – Fiabilidade humana na gestão dos incidentes segundo referencial normativo ISO 45001:2018 (25.10.2018)	
Capítulo I – Enquadramento normativo: a gestão de incidentes de trabalho de acordo com o referencial normativo ISO 45001 . Processo de gestão de incidentes de trabalho . Procedimento de gestão de incidente de trabalho . Documentos da organização: Kit de análise e investigação; Guião de entrevista e Lista de verificação	Natividade Augusto
Capítulo II – Falhas Humanas . Modelo de AFH (Avaliação da Fiabilidade humana) . Método de Gestão de Falhas Humanas . Plano de Recuperação de Falhas Humanas	
Capítulo III – Entrevistas . Procedimento de entrevistas . Comunicação não verbal . Técnicas de escuta ativa . Técnicas de diálogos preventivos de segurança	
MÓDULO 4 – Investigação e Análise de Acidentes de Trabalho (26.10.2018)	
Capítulo I – Investigação e recolha de dados . Ações iniciais . Equipa de investigação e realização do plano . Descrição detalhada segundo o método 5Ws e 1H . Fazer uma simulação ou reconstrução da ocorrência . Elaborar a Time Line; . Desenho/ esquematização da operação	Celestino Martins
Capítulo II – Análise de incidentes de trabalho . Causas / Factores contribuintes . Diagrama de Ishikawa – 6M . Arvore dos 5 porquês estendido para why why because logical analysis . FTA – Failure Tree Analysis	
Capítulo III – Barreiras preventivas e correctivas . Barreiras de engenharia e organizacionais . Comunicação: Key Learnings . Acompanhamento da implementação das medidas no sistema de gestão	

+ inf. INSCRIÇÃO

AQUI

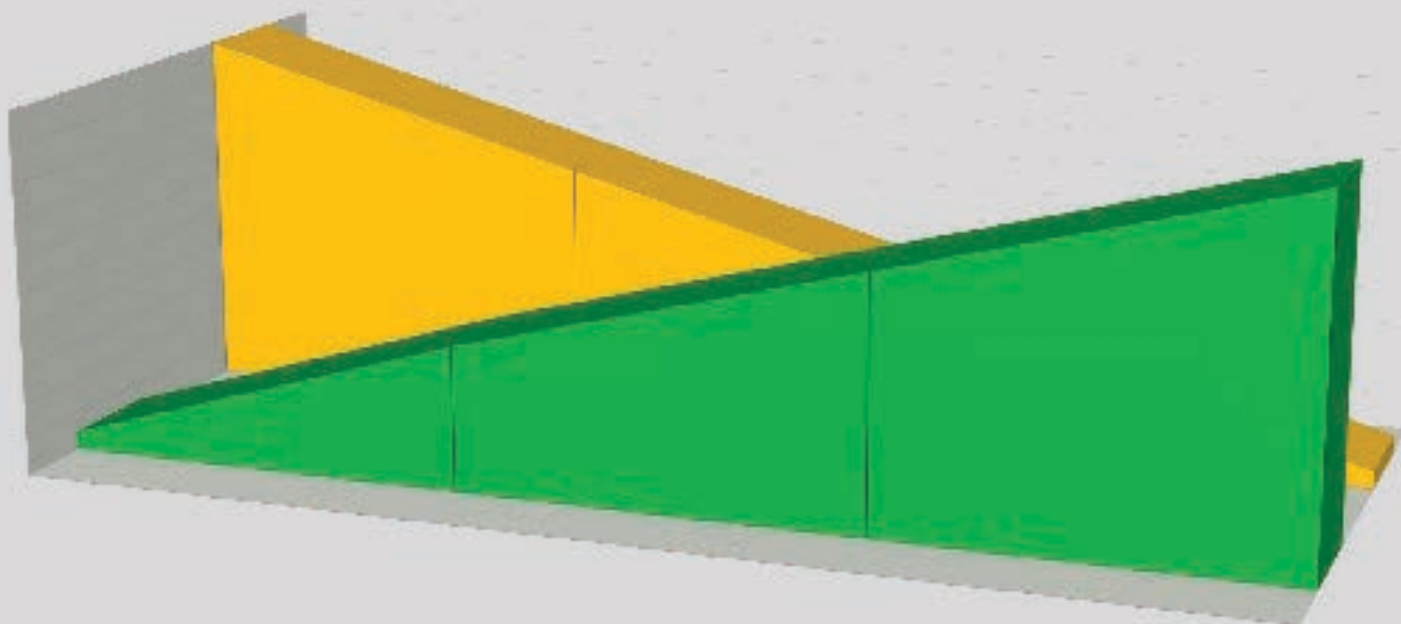
ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS



CULTURA DE SEGURANÇA



MAIS: Segurança; Atos Seguros; Envolvimento; Responsabilidade; Comunicação; Motivação; Confiança; Credibilidade; Interdependência; Liderança; Eficácia; Eficiência; Qualidade; Conformidade; Competitividade; Produção; Ética; Melhoria.

MENOS: Risco; Acidentes; Doenças; Incidentes; Absentismo; Coimas; Reclamações; Devoluções; Desperdícios; Reparações.

Peça o seu Diagnóstico!

geral@pro-ativo.com

ProAtivo,
Instituto Português

CAPÍTULO III

Segurança na Escola

ACADEMIA
Margarida Gaspar de Matos
Universidade de Lisboa
Faculdade de Motricidade Humana



Diana Santiago Carreira

RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Doutorada em Geografia Humana.

Experiência em Docência no Reino Unido e Coreia do Sul.


Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental*

Nas últimas décadas, a temática da “Segurança na Escola” tem merecido crescente atenção, não só da parte das estruturas formais – organizativas e estatais – mas também da parte da sociedade em geral, muito se devendo à exposição mediática de fenómenos de extrema violência associados ao contexto escolar, como são os casos de episódios de “*mass shootings*” como os ocorridos por exemplo nos EUA, e múltiplas situações de cibercriminalidade e “*bullying*” que culminam da forma mais trágica. Tem sido precisamente este crescendo de atenção, que contribuiu para a sensibilização geral de que a insegurança na escola, é algo transversal em termos de espaço e atores, bem como um fenómeno que pode tomar várias formas. Nem toda a insegurança no contexto escolar é vivida dentro do recinto físico em questão, nem as vítimas ou os agressores serão obrigatoriamente e invariavelmente os mesmos atores, nem toda a falta de segurança corresponde a atos de violência física, nem tão pouco a falta de segurança afeta de igual modo todos os indivíduos. Será então esta tomada de consciência, que contribuiu também, para a valorização de uma abordagem compreensiva à temática da Segurança na Escola, abordagem essa que considera que um conjunto de atores, dentro e fora do espaço escolar, estatais e não estatais, devam estar ativamente envolvidos na promoção de um ambiente escolar seguro. Em Portugal, o registo das ocorrências relacionadas com a segurança escolar, incluem não somente as verificadas no recinto escolar, através da Plataforma de Registo Eletrónico de Ocorrências – criada no ano letivo de 2006-2007 e sob a responsabilidade do Ministério da Educação e Ciência – mas também aquelas ocorridas fora do perímetro escolar, pelas forças de segurança no âmbito do Programa Escola Segura, um programa com iniciativa conjunta das áreas governativas da Educação e da Administração Interna. De acordo com um relatório sobre a Segurança na escola referente aos anos letivos de 2011-2012 e 2012- 2013, produzido em conjunto pela DGE - Direção

“(…) A insegurança na escola, é algo transversal em termos de espaço e atores, bem como um fenómeno que pode tomar várias formas.”

Geral da Educação DGEstE, pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e pela DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, é possível constatar através de uma análise global aos dados recolhidos, “(…) um progresso das escolas no controlo de situações que afetam a segurança das suas comunidades escolares” (DGE *et al.*, 2014).¹

Margarida Gaspar de Matos, que coordena em Portugal o estudo *Health Behaviour in School-aged Children*, reconhece que apesar do país ter vivido uma situação muito negativa em termos da perceção de vitimização na escola em 2002, os esforços conduzidos no sentido de contrariar tal tendência resultaram numa melhoria significativa da situação, que se mantém estável e que nos coloca na média da Europa. Frisa que para tal, muito contribuiu o envolvimento conjunto da comunidade escolar, das famílias e de programas estatais como é o caso do “Escola Segura”. Chama a atenção para o facto de a situação de insegurança nas escolas estar relacionada tanto com os acidentes como com a violência interpessoal, reconhecendo que são as medidas preventivas universais, sistemáticas e continuadas aplicadas em primeira instância, e posteriormente a aplicação das ações residuais de prevenção seletiva, as mais corretas para efetiva e economicamente ultrapassar ambas as situações. Considera que uma mudança de cultura “seria o modo mais continuado e sustentável de mudar para sempre e de aumentar a segurança percebida e efetiva”, chamando ainda a atenção para a importância de uma parceria “família-escola-autarquia-município-país”.

É precisamente com esta ideia que urge notar que a segurança na escola não se promove construindo um muro à sua volta, mas antes, reconhecendo que a mesma não se limita ao perímetro físico dos recintos, e chamando os vários atores a trabalhar para a sua promoção, com um verdadeiro sentimento de parceria. 

¹ DGE - Direção Geral da Educação, DGEstE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (2014) *Segurança na Escola, Anos Letivos 2011-2012 e 2012-2013*. Disponível online em: [<https://www.portugal.gov.pt/media/1320978/20140129%20rel%20seguranca%20escola.pdf>].



Margarida Gaspar de Matos, é psicóloga clínica e da saúde, professora catedrática da FMH da Universidade de Lisboa. Coordenadora do HBSC da OMS.

Coordenadora científica dos projetos da equipa Aventura Social. Diz-nos que uma mudança de cultura seria o modo mais continuado e sustentável de mudar para sempre e de aumentar a segurança percebida e efetiva. Começaríamos pelo apoio à família, pela educação e pelo aumento de oportunidades alternativas. O Estado deve juntar-se e facilitar a ação da sociedade civil, mas também tem de permitir as ações e a sua sustentabilidade. Nas famílias nem sempre há segurança, nomeadamente no que se refere a violência interpessoal, física ou emocional. A Escola não pode ser chamada a resolver tudo. Cerca de 13% das escolas facilitam o processo de convivalidade pacífica, cerca de 16% das escolas prejudicam este processo e as restantes não têm um efeito definido. A situação de insegurança nas escolas tem a ver por um lado com os acidentes e por outro lado com a violência interpessoal. Neste momento há ainda o chamado *ciberbullying* e o uso abusivo e problemático da internet.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança na escola a nível mundial e europeu?

Margarida Gaspar de Matos [MGM]: Tivemos uma situação muito negativa em termos da perceção de vitimização na escola em 2002, mas desde aí muito foi feito e a situação em Portugal está melhor, estável e na média da Europa de acordo com os dados no estudo HBSC - *Health Behaviour in School-aged Children* (ver www.hbsc.org) que coordeno em Portugal desde 1996 e que já tem várias edições, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e em breve 2018, o que nos permite monitorizar esta situação.

A partir de 2002 muito foi feito nesta área, nomeadamente alertando a comunidade escolar e as famílias para esta situação e esta foi monitorizada e ultrapassada. O programa “Escola Segura” contribuiu para monitorizar a situação. Claro que

“Tivemos uma situação muito negativa em termos da perceção de vitimização na escola em 2002, mas desde aí muito foi feito e a situação em Portugal está melhor, estável e na média da Europa de acordo com os dados no estudo *Health Behaviour in School-aged Children* (...) que coordeno em Portugal desde 1996 e que já tem várias edições, 1998, 2002, 2006, 2010, 2014 e em breve 2018, o que nos permite monitorizar esta situação.”

há continuamente casos residuais e de tempos a tempos, picos de aparente recrudescimento da falta de segurança na escola, mas isso tem mais a ver com haver uma notificação imediata e com o facto de ser atualmente considerada uma situação intolerável. A situação de insegurança nas escolas tem a ver por um lado com os acidentes e por outro lado com a violência interpessoal. Ambas as situações são mais corretas, efetiva e

economicamente visadas e ultrapassadas através de medidas preventivas universais, sistemáticas e continuadas e depois ações residuais de prevenção seletiva.

A maior parte dos acidentes na escola ocorrem nos intervalos e nos recintos/espacos/tempo desportivos. Parece-me óbvio e fácil do ponto de vista de procedimento uma medida global de análise da “potencialidade” dos vários recintos para os acidentes, seguidos de medidas imediatas preventivas. No que diz respeito ao desporto e atividade física seria urgente um debate entre profissionais de segurança e de educação física no sentido de diminuir as lesões, que muitas vezes tem a ver com excessos, mau aquecimento, má conjugação ente competência e execução. Os Portugueses já são dos jovens da Europa que menos praticam atividades físicas, nomeadamente as jovens mais velhas (15 anos) e os acidentes

prejudicam a motivação para a prática. Também não ajuda a violência interpessoal associada à prática desportiva, nomeadamente nos campos de jogo e nos balneários. Algo urgente está a ser necessário.

No que diz respeito à violência interpessoal, que também ocorre mais nos recreios e nos espaços de prática de atividades físicas. Já muito tem vindo a ser feito no sentido de não “glorificar” os provocadores, e esta parte foi conseguida. Há em 2014 um número

reduzido de provocadores, mas que continuam a ter, cada um, várias vítimas.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[MGM]: O maior desafio agora tem a ver com três coisas, por um lado ajudar os observadores a ser ativos e interventivos na prevenção e na solução deste problema. Muito mais de metade

dos jovens que assistem a um ato de violência na escola ficam “a ver”. Seria urgente um conjunto de medidas simples e anónimas para os ajudar a reportar sem medo de represálias. Temos depois a monitorização dos espaços de recreio e à volta da escola. O Programa Escola Segura não tem recursos suficientes. Provámos também em estudo anterior que o “ambiente das escolas” é importante, bem como o ambiente da zona de inserção da escola. Também aqui algo pode ser feito com apoio da autarquia. Pela positiva almejamos uma “cultura de convivialidade e não violência” que pode ser iniciada na família desde muito cedo e mudar “hábitos”, com medidas de promoção de competências de resolução (pacífica) de problemas, auto-regulação emocional, existência de modelos sociais (família) “pacíficos” e eficazes.

O apoio às famílias é importante sobretudo numa altura em que há novos desafios com as questões da diversidade cultural, com precariedade económica. E com a incerteza quanto ao futuro.

Aliás a promoção do sucesso escolar, das expectativas positivas para o futuro e a diminuição da incerteza, daria objetivos positivo às vidas dos jovens que seria em si preventivo da violência e de muitos riscos.

Neste momento há ainda a acrescentar o risco da insegurança através das tecnologias de informação e comunicação, não só através do chamado *ciberbullying*, como através da insegurança que o excesso das TIC constitui em si, para a saúde e para o desenvolvimento pessoal e social, nomeadamente o uso abusivo e problemático da *internet*.

[RSC] A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente? Como descreve a cultura de segurança em Portugal?

[MGM]: Os países da Europa têm várias práticas, mais ou menos eficazes e mais ou menos

enraizadas no sistema (caso positivo dos países nórdicos, nomeadamente a Finlândia e a Noruega e caso negativo dos países da Europa de Leste). Os Estados Unidos são também exemplo de caso negativo. Portugal está numa média relativamente confortável, mas que não nos deve deixar “parar” até porque as situações de cuidados não continuados podem sempre levar a piorar situações já dadas como ultrapassadas

Uma mudança de cultura seria o modo mais continuado e sustentável de mudar para sempre e de aumentar a segurança percebida e efetiva. Tal

“Uma mudança de cultura seria o modo mais continuado e sustentável de mudar para sempre e de aumentar a segurança percebida e efetiva. Tal como aconteceu com a mudança das pessoas face à proteção do ambiente e ao consumo de tabaco... Começaríamos pelo apoio à família, pelo exemplo dos adultos, pela educação e pelo aumento de oportunidades alternativas.”

como aconteceu com a mudança das pessoas face à proteção do ambiente e ao consumo de tabaco ... Começaríamos pelo apoio à família, pelo exemplo dos adultos, pela educação e pelo aumento de oportunidades alternativas.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança na escola?

[MGM]: O Estado deve juntar-se e facilitar a ação da sociedade civil, mas também tem de permitir as ações e a sua sustentabilidade: há muito a fazer com as famílias, nas escolas, nas autarquias...

A legislação é importante, mas também é importante a valorização dos profissionais que intervêm no terreno, é importante a emissão de

mensagens claras e inequívocas de apoio, e a desvalorização de uma cultura de riscos pessoais, uma cultura arruaceira e de prémio dos mais descorteses.

Fica confuso por um lado se fizer a valorização da cortesia interpessoal e depois todos os adultos

“A Escola faz parte de uma sequência onde pode ajudar as coisas a andar para a frente, ou pelo contrario pode quebrar um desenvolvimento positivo. Num estudo que fiz e publiquei há uns tempos com dados do estudo HBSC, estimei que cerca de 13% das escolas facilitam o processo de convivialidade pacífica, cerca de 16% das escolas prejudicam este processo e as restantes não têm um efeito definido. O que se passa com estes 16% que não se possa evitar?”

aparecerem nos locais de trabalho e nos meios de comunicação social com atitudes arruaceiras. Um terrível exemplo de falta de cortesia interpessoal são todas as emissões desportivas, com especial foco no futebol... Um terrível exemplo para a população. Outro é por vezes o Parlamento e os seus debates, nomeadamente em época eleitoral.

[RSC]: A família é um agente de socialização. Como considera o papel das famílias na segurança na escola? Acha que o contexto familiar português é só por si um ambiente seguro?

[MGM]: Sim, seria bem mais eficaz, simples e permanente se as coisas começarem nas famílias. Mas a verdade é que as famílias nem sempre têm a maior segurança interna, nomeadamente no que se refere a violência interpessoal, física

ou emocional. As relações entre casal e entre pais e filhos são demasiadas vezes um exemplo penoso de falta de capacidade de expressar, afeto e educar sem recurso a violência. Ao agredir, as famílias estão a expressar e a definir um modelo de educar e regular relações que se perpetua para as gerações seguintes.

As coisas estão a melhorar. Há 4 décadas a violência doméstica era bem tolerada e quando “passava as marcas” tornava-se “tabu”. Era um assunto “privado” onde ninguém se metia.... Neste momento já não é (tanto) assim, e isso é um salto civilizacional. Mas há ainda muito a fazer: violência sobre menores, maus tratos não necessariamente físicos (mas também) sobre os mais vulneráveis, violência sobre as mulheres, violência sobre os idosos, violência sobre grupos minoritários.

Este assunto é transversal a todas as classes sociais e multi-determinado, mas a precaridade económica, o consumo abusivo de álcool e drogas, as perturbações mentais e a presunção da superioridade/autoridade do homem (ou do adulto, ou da “classe média”, ou do “branco” ou

do “ocidental”, ou do “escolarizado”, ou ainda da religião “x”) não ajuda...

[RSC]: Qualquer sistema de segurança comporta vários atores. Qual deve ser o papel da Escola enquanto organização?

[MGM]: A escola é o local onde os jovens mais tempo passam. E passam tempo uns com os outros o que é excelente, mas que torna este cenário foco de riscos: regulação de relações interpessoais, de afetos, de conflitos. A Escola não pode ser chamada a resolver tudo, mas tem a sua parte desta parceria família-escola-autarquia-município-país. A Escola faz parte de uma sequência onde pode ajudar as coisas a andar para a frente, ou pelo contrario pode quebrar um desenvolvimento positivo. Num estudo que fiz e publiquei há uns

tempos com dados do estudo HBSC, estimei que cerca de 13% das escolas facilitam o processo de convivalidade pacífica, cerca de 16% das escolas prejudicam este processo e as restantes não têm um efeito definido. O que se passa com estes 16% que não se possa evitar?

Neste momento a DGE tem um programa anual de incentivo a projetos de Escola que as escolas podem aproveitar para definir políticas locais com algum apoio logístico. A Ordem dos Psicólogos Portugueses criou o “selo de qualidade” (SaudavelMente) onde reconhece as escolas com melhores práticas. Há escolas no país com programas da maior qualidade. É preciso fazer um esforço promover o seu reconhecimento, e a extensão de boas práticas a outras escolas e a continuidade das intervenções. Também muito esta a faltar na parceria escola-família e claro na reflexão curricular para tornar dinâmicos e atuais os currículos obsoletos, longos e fastidiosos que constituem um mau pano de fundo para tudo o resto e são fonte de grande stress associado à escola (segundo os nossos dados do estudo HBSC, somos dos que mais acusam esse stress; somos também dos que se acham menos capazes na escola, dos que cada vez gostam menos da escola e das aulas muito menos (relatório HBSC de 2014 em www.aventurasocial.com), já sem falar da comida da cantina/ refeitório da escola que tem sempre a distinção de “o pior de tudo”.

[RSC]: Quais as principais ameaças para a Escola, no que diz respeito à segurança escolar?

[MGM]: Falarei aqui do pessoal docente e não docente das escolas. Todos se queixam que são poucos (os assistentes operacionais) e que os professores se sentem não valorizados, com carreiras instáveis, não reconhecidos e em geral

desmotivados.

Este aspeto, para além de ser em si próprio pouco seguro para a integridade física e mental destes profissionais, não ajuda a criação de uma situação favorável para os alunos. As ações de formação de docentes e não docentes aparecem sempre “de paraquedas” de modo não estruturado e descontinuado (p.e. associadas a programas específicos de financiamento) em vez de se tornarem uma cultura da escola, previsível e continuada que sirva para aumentar a competência das escolas e robustecer a sua segurança e capacidade de gerar e manter bem-

“As ações de formação de docentes e não docentes aparecem sempre “de paraquedas” de modo não estruturado e descontinuado (p.e. associadas a programas específicos de financiamento) em vez de se tornarem uma cultura da escola, previsível e continuada que sirva para aumentar a competência das escolas e robustecer a sua segurança e capacidade de gerar e manter bem-estar.”

estar. Depois os programas mudam em vagas, raramente sendo alvo de uma avaliação e reflexão sobre pontos positivos e negativos.

[RSC]: Na temática segurança escolar, existem áreas das quais há deficit de conhecimento técnico-científico?

[MGM]: Há vários estudos em curso em várias faculdades com acesso às escolas e às suas problemáticas. O passo seguinte é estas medidas


se tornarem articuladas e parte de um programa planeado, e não ações pontuais associadas

o seu desenvolvimento. Seria um verdadeiro salto civilizacional mudar esta situação e isso daria um folego suplementar aos nossos governantes.

“Há na administração pública em vários setores (e a Educação não é exceção), corredores algo bolorentos, cheios de profissionais desmotivados e chefias perversas e algo obsoletas.

Ousar desburocratizar, flexibilizar e tornar a administração inteligente e não fonte de problemas que paralisam a vida do país e impedem o seu desenvolvimento. Seria um verdadeiro salto civilizacional mudar esta situação e isso daria um folego suplementar aos nossos governantes.”

a financiamentos pontuais ou dissertações académicas. E depois é importante que os resultados se traduzam em praticas a nível das politicas publicas locais, regionais e nacionais, senão é o chamado “dinheiro e esforço pela janela”.

não se extinguir precisamos que (alguns destes) jovens sejam as famílias de amanhã e que ajudem os seus filhos a crescer em paz e segurança e com usufruto da vida com qualidade. 

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem ao Estado, às Escolas e seus trabalhadores, às Famílias e Sociedade em Geral.

[MGM]: Para o Governo sublinharia a questão das parcerias sustentadas com a investigação desde o conhecimento do estado da arte, das dinâmicas de mudança e na avaliação da eficácia das mudanças. Muito tem sido feito, mas temos que saber sempre com o que podemos contar. Há na administração pública em vários setores (e a Educação não é exceção), corredores algo bolorentos, cheios de profissionais desmotivados e chefias perversas e algo obsoletas. Ousar desburocratizar, flexibilizar e tornar a administração inteligente e não fonte de problemas que paralisam a vida do país e impedem

E-REVISTA@ SC



**Mais perto dos seus
leitores!**

VISITE

www.seguranca.comportamental.com

CAPÍTULO IV

Segurança na Estrada

SOCIEDADE
Carlos Barbosa
Automóvel Club
de Portugal (ACP)



CELESTINO MARTINS RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Mestre em Segurança e Higiene no Trabalho.
Experiência de Segurança Rodoviária em Contexto Laboral
Vogal do Conselho Editorial da *Revista Segurança Comportamental*

“**A** dinâmica social do dia a dia obriga a uma enorme mobilidade das pessoas exigindo uma organização eficaz e responsável dos espaços públicos destinados a esse fim, como o respeito pelos outros utilizadores, o bom estado físico e psíquico de quem conduz, a concentração e antecipação dos problemas inerentes à movimentação de veículos e pessoas, o cumprimento do código da estrada, a qualidade do piso, a sinalética, etc.

Nos dados disponibilizados, no relatório de sinistralidade de novembro de 2017¹, pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANRS) constata-se que nos últimos cinco anos 188.519 pessoas foram vítimas de acidentes rodoviários, das quais 9.778 sofreram lesões graves e 2.201 perderam a vida, só em Portugal Continental.


No referido relatório verifica-se ainda que, apesar das ações tomadas na sequência do estudo encomendado, em 2012, pela ANRS ao Centro de Análise Económica de Regulação Social (CARS) da Universidade Autónoma de Lisboa, “primeira fase para uma análise posterior sobre as causas dos acidentes de tráfego, o que permitirá a concretização de políticas que levem à sua minimização a fim de contribuir para a maximização do bem estar social”², a sinistralidade com vítimas tem vindo a aumentar anualmente e a redução na mortalidade em relação a 2012 aparenta não estar consolidada. As estatísticas da sinistralidade rodoviária indicam que as boas vontades políticas, as sucessivas revisões do código da estrada, as campanhas preventivas pontuais e o tipo de fiscalização efetuada, não são suficientes para reduzir significativamente esta calamidade nacional. Não podemos desvalorizar o facto de que, segundo Carlos Barbosa, presidente do Automóvel Clube de Portugal (ACP), “conduzir um carro é como ter uma arma na mão e há que saber utilizá-la de forma segura”.

Urge ter coragem para mudar o paradigma da segurança rodoviária e consequentemente melhorar a cultura preventiva dos portugueses. É premente definir estratégias que permitam encaminhar os jovens, desde tenra idade, para a adoção de comportamentos seguros a todos os níveis e consciencializar efetivamente os atuais utilizadores da via pública para as consequências dos seus comportamentos. Circular na via pública é um risco. Como tal qualquer estratégia terá de ter em consideração esse

As estatísticas da sinistralidade rodoviária indicam que as boas vontades políticas, as sucessivas revisões do código da estrada, as campanhas preventivas pontuais e o tipo de fiscalização efetuada, não são suficientes para reduzir significativamente esta calamidade nacional.

preventiva em detrimento da repressiva, dar visibilidade à prevenção rodoviária na prevenção dos riscos profissionais, divulgar insistentemente nos media as alterações ao código da estrada, desenvolver campanhas contínuas direcionadas à melhoria comportamental, são algumas das ações imprescindíveis para uma mudança cultural focada na segurança rodoviária.

A movimentação na via pública é parte integrante da sociedade. As pessoas conhecem os riscos, mas muitas vezes não os percebem devidamente, conhecem as regras preventivas, mas tendem a facilitar. Qualquer ação para melhoria da cultura rodoviária tem, obrigatoriamente, que envolver todos os interessados e seus representantes. Como parte interessada na redução da sinistralidade rodoviária a *Revista Segurança Comportamental* convidou quatro entidades para participarem neste caderno através de entrevistas, em representação do Estado, da Academia, dos Transeuntes e Automobilistas. Apesar de todos terem expressado a pertinência deste Caderno e confirmado a presença, somente o Automóvel Clube de Portugal (ACP) como representante dos Automobilistas é que efetivamente disponibilizou tempo e recursos para a concretização da entrevista.

Um acidente interrompe a vida total ou parcialmente. Prevenir os acidentes é um direito e um dever de todos! 

facto. Identificar e avaliar o risco, seja para construir algo novo, seja para corrigir o existente, seja para formar os interessados, é imprescindível para a tomada de decisão e aumento da segurança.

Incluir a prevenção dos riscos nos currículos escolares, incluir a temática comportamental na formação dos condutores, formar em prevenção rodoviária quem planeia as vias públicas, implementa passagens de peões, define sinalética, dar prioridade à fiscalização

¹ [http://www.ansr.pt/Estatisticas/RelatoriosDeSinistralidade/Documents/2017/RELAT%C3%93RIOS%20MENSIS%20-%20V%C3%8DTIMAS%20A%2024%20HORAS/ReL_NOV_2017.pdf], consultado em 16.02.2018.

² Donário, Arlindo e al. (2012) Custo Económico e Social dos Acidentes de Viação em Portugal, [<http://www.ansr.pt/SegurancaRodoviaria/Publicacoes/Documents/Custo%20dos%20Acidentes%20de%20Via%C3%A7%C3%A3o%20-%20Miolo%20-%20FINAL12.pdf>], consultado em 16.02.2018.



Carlos Barbosa, presidente do Automóvel Club de Portugal (ACP) desde 2004. Foi CEO e fundador, durante 25 anos, do maior jornal diário em Portugal, o Correio da Manhã. Diz à Revista Segurança Comportamental que a nível mundial há diferenças significativas em termos de segurança rodoviária, já que em países asiáticos é normal conduzir sem cinto ou capacete e na América do Norte existe uma fiscalização muito apertada. Sem dúvida que a adoção de comportamentos seguros é vista, de forma transversal, como antecedentes da segurança rodoviária. A cultura de segurança rodoviária é débil, não existem consequências para os prevaricadores, há falta de fiscalização, nem falta de campanhas de sensibilização. A mudança comportamental não se faz só pela repressão, mas sim pela alteração das mentalidades, só assim se muda o paradigma. Há que rever urgentemente os conteúdos do ensino do código. As empresas ainda percebem a segurança rodoviária como um custo, no entanto, se fizerem as contas, ganham muito mais se atingirem os “zero” acidentes. O Estado não tem sido exemplo para as empresas nesta matéria. Existe sim um défice brutal em conhecimento de segurança rodoviária sobretudo ao nível político, local e nacional.

[Revista Segurança Comportamental]: Como caracteriza o atual estado da designada segurança rodoviária da generalidade dos países?

[Carlos Barbosa]: Apesar dos avanços e de a ONU ter adotado a segurança rodoviária como uma causa mundial em conjunto com a Federação Internacional do Automóvel, a verdade é que a vontade política dos Estados se sobrepõe e os números da sinistralidade continuam absurdamente elevados: 1 milhão e 200 mil mortos por ano!

[RSC]: Existem diferenças significativas entre países/entre regiões? Quais as principais causas?

[CB]: Desde logo, há que pensar que existem culturas diferentes. Em países asiáticos é normal conduzir sem cinto ou capacete, na América existe uma fiscalização muito apertada... E na Europa, pensa-se que estamos avançados em boas práticas rodoviárias, mas os números contrariam essa perceção.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e que soluções se perfilam para os debelar?

[CB]: Desde logo, há que criar políticas transversais de combate à sinistralidade em simultâneo com políticas de educação rodoviária desde a infância. Salvaguardando a identidade e cultura de cada região, é possível desde que exista vontade política, com campanhas regulares nos meios de comunicação social.

[RSC]: Que desafios se apresentam a nível global nesta matéria?

[CB]: Precisamente fazer da segurança uma prioridade mundial. Tal como a emigração ou a economia, a segurança e a mobilidade são hoje questões transversais com implicações profundas em todo o mundo.

[RSC]: Faria sentido falar-se de adoção de comportamentos seguros de uma forma transversal como antecedentes da segurança rodoviária?

[CB]: Sim, sem dúvida.

[RSC]: Como caracteriza de forma geral a perceção no que concerne à segurança rodoviária da

sociedade portuguesa?

[CB]: A par da Europa, tendemos a pensar que estamos a evoluir até sermos confrontados com a dura realidade dos números. Em Portugal temos assistido a um retrocesso incrível no que à sinistralidade diz respeito.

[RSC]: Como caracteriza o estado da cultura de segurança em geral em Portugal?

[CB]: É débil e acentua a ideia de que nada acontece aos prevaricadores, aliada à falta de campanhas e mais fiscalização.

[RSC]: De que forma o Estado influencia a segurança rodoviária?

[CB]: O Estado pouco ou nada faz além de estatísticas. A fiscalização, por falta de maí, é escassa. O Estado utiliza dinheiro que não lhe pertence – vindo do Fundo de Garantia Automóvel – para outros fins que não os de prevenção e tem uma rede de radares ridícula.

[RSC]: O fator humano tem sido apontado como encabeçando a lista de causas da sinistralidade rodoviária. Em que medida alterações de atitudes e comportamentos de condutores, passageiros e peões podem contribuir para aumentar a segurança?

[CB]: Não é só pela repressão que vamos lá, ainda que seja uma boa ajuda. Se houvesse uma penalidade duríssima, todos iriam pensar duas vezes antes de pôr a chave na ignição. Mas é pela alteração das mentalidades que se muda o paradigma. É isso que fazemos no Automóvel Club de Portugal com o ACP Kids, um programa nacional de educação rodoviária destinado a crianças e que mereceu a Excelência da Comissão Europeia, precisamente por ir direto ao ponto: é na infância que se enraízam comportamentos ao mesmo tempo que as crianças influenciam os pais. Nenhum país fica indiferente aos apelos do banco de trás para não falar ao telemóvel, passar no amarelo ou ir em excesso de velocidade. Outro aspeto prende-se com a necessidade de rever urgentemente os conteúdos do ensino do código, desfasados do ambiente rodoviário, bem como a exigência dos exames que são muito permissivos.

[RSC]: Face ao inevitável aprofundamento da União Europeia e do Espaço de Liberdade Segurança e Justiça que alterações se impõem ao nível da segurança rodoviária?

[CB]: Exatamente as que já referi. Leis e políticas transversais com um fim comum.

[RSC]: Portugal não tem sido apontado como um bom exemplo em matéria de segurança rodoviária. Considera que o Estado tem conseguido obter a necessária consciencialização cívica e rigor na formação de todos os utentes da via?

[CB]: Em Portugal já antes da crise se desvalorizava esta matéria e com a crise foi uma desgraça. Veja-se o caso do Fundo de Garantia Automóvel que provém das apólices de seguros automóveis. Todos pagamos 4% nessas apólices para esse fundo que, por sua vez, serve precisamente para ser investido em campanhas de sensibilização. Só que esse dinheiro vai direto para equipar as polícias com pistolas, automóveis e radares.

[RSC]: A sinistralidade rodoviária também é uma questão de saúde pública. Nesta medida faria sentido uma abordagem mais integrada do que a que tem sido seguida?

[CB]: Evidente. A Organização Mundial de Saúde está desde a primeira hora com a FIA e a ONU neste trabalho integrado. Só assim faz sentido. Se os governos olhassem com olhos de ver para o peso dos acidentes rodoviários no PIB. Veja-se o caso de Espanha, que contabiliza os custos desde o momento do sinistro até à reintegração no trabalho de uma vítima de acidente.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança comporta vários atores, numa perspetiva abrangente de segurança rodoviária qual deve ser o papel dos empresários portugueses?

[CB]: Infelizmente ainda são poucas as empresas que percebem a segurança rodoviária como uma causa e não um custo. Mas, lá está, se fizerem as contas, ganham muito mais em ter, por exemplo, zero acidentes na empresa.

[RSC]: De que forma as inovações tecnológicas ao nível dos veículos têm contribuído para a segurança ou a sinistralidade rodoviária?

[CB]: Os carros são hoje muito mais seguros e eficientes do que há 10 anos mas ainda não substituem os condutores. Sem práticas seguras de condução de nada vale ter um carro todo equipado porque ter um acidente será uma questão de tempo.

[RSC]: De que forma ou em que medida as infraestruturas rodoviárias podem contribuir para a segurança ou para a sinistralidade rodoviária?

[CB]: A maioria dos acidentes em Portugal ocorre dentro das localidades e nas estradas nacionais que

“Apesar dos avanços e de a ONU ter adotado a segurança rodoviária como uma causa mundial em conjunto com a Federação Internacional do Automóvel, a verdade é que a vontade política dos Estados se sobrepõe e os números da sinistralidade continuam absurdamente elevados: 1 milhão e 200 mil mortos por ano!”

voltaram a ser muito concorridas com o fim das SCUT. A má sinalização, a má projeção dos planos de mobilidade, enfim, a falta de uma visão comum e integrada resulta no panorama que temos atualmente.

[RSC]: De que forma podem as empresas colaborar com os serviços do Estado para incrementar/aumentar nível de segurança rodoviária?

[CB]: O Estado até agora não tem sido exemplo para as empresas nesta matéria. O Automóvel Club de Portugal não é uma empresa, é uma instituição de utilidade pública sem fins lucrativos mas que vive das quotas dos sócios. Ou seja, os sócios pagam quotas para terem os melhores serviços.

Academia tem que estar no terreno, o Prémio Inovação em Segurança Rodoviária deste ano é também aberto a empresas. O conhecimento precisa de experiência para ter sucesso.

“Não é só pela repressão que vamos lá, ainda que seja uma boa ajuda. Se houvesse uma penalidade duríssima, todos iriam pensar duas vezes antes de pôr a chave na ignição. Mas é pela alteração das mentalidades que se muda o paradigma. “

[RSC]: Numa sociedade em que tudo muda cada vez mais rapidamente, é possível dotar todos os atores da segurança rodoviária do necessário conhecimento técnico científico e das novas tecnologias em tempo oportuno?

[CB]: Esse é o cenário ideal, e já temos muito e bom trabalho nesse campo. O problema surge a montante.

[RSC]: Considera que existe déficit de conhecimento técnico-

No caso da segurança rodoviária, da sua promoção e monitorização, temos programas, campanhas e projetos para todos os segmentos, ainda que o maior investimento seja feito junto das crianças. E em nenhum temos o apoio financeiro do Estado.

científico em segurança rodoviária? Se sim, em que área?

[CB]: Não. Existe sim um défice brutal em conhecimento de segurança rodoviária sobretudo ao nível político, local e nacional.

[RSC]: Qual o grau de envolvimento/responsabilidade da Escola/Universidade em matéria de segurança rodoviária?

[CB]: Começa a surgir um trabalho muito interessante nessa matéria. No ano passado, lançamos o Prémio Inovação em Segurança Rodoviária e a adesão da Academia foi impressionante. Este ano o concurso está novamente aberto, em conjunto com a BP – Portugal, a Agência Nacional de Inovação e o Conselho de Reitores – e começamos a receber trabalhos incríveis. O vencedor do ano passado, já recebeu mais prémios de outras entidades depois do seu trabalho ter sido divulgado por nós, e está a trabalhar no terreno com autarquias e empresas para fazer acontecer um País mais seguro.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao estado e à sociedade em geral.

[CB]: Os portugueses conduzem mal. Vão para as escolas de condução para tirar a carta e não para aprenderem a conduzir. O Estado devia ter um papel mais ativo na fiscalização do ensino. Conduzir um carro é como ter uma arma na mão e há que saber utilizá-la de forma segura. É preciso haver mais respeito pelo próximo e respeitar escrupulosamente a lei. **Ó**

[RSC]: Que medidas podem ser implementadas para que também neste domínio, as faculdades e as empresas operem de forma integrada?

[CB]: Precisamente por entendermos que a

7º WORKSHOP SOBRE SEGURANÇA E SAÚDE COMPORTAMENTAL 2019

29.05.2019 | ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências
Lisboa, Portugal

XI Encontro da Revista Segurança Comportamental

Segurança comportamental no trabalho

- Tema 1: Cultura de Segurança e Saúde
- Tema 2: O Invisível do Comportamento: Fisiológico/Neurológico, Psicológico, Social
- Tema 3: Falhas Humanas em Segurança e Saúde
- Tema 4: Sistema de Gestão de Segurança e Saúde
- Tema 5: Investigação e Análise de Acidentes e Quase-Acidentes de Trabalho
- Tema 6: Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos
- Tema 7: Observações/Auditorias e Diálogos Preventivos de Segurança e Saúde
- Tema 8: Disciplina Operacional em Gestão da Segurança e Saúde
- Tema 9: *Coaching* em Segurança e Saúde
- Tema 10: Melhoria contínua em *Behaviour Based Safety*
- Tema 11: Tendências futuras em SST

CALL FOR PAPERS
Apelo a
Comunicações
[AQUI](#)

Segurança comportamental na sociedade

- Tema 12: Segurança na Família
- Tema 13: Segurança na Escola
- Tema 14: Segurança na Estrada e Rua
- Tema 15: Cibersegurança e a disrupção social
- Tema 16: Prevenção social contra terrorismo

T: 216 022 572
e-mail: geral@segurancacomportamental.com



ORGANIZAÇÃO



PARCEIROS



CAPÍTULO V

Segurança no Trabalho

ESTADO

Pedro Pimenta Braz
Autoridade para as
Condições de Trabalho (ACT)

ACADEMIA

João Areosa
Universidade Nova de
Lisboa - Centro Interdisciplinar
de Ciências Sociais

EMPRESAS

Sérgio Manuel
EDP- Energias de Portugal, SA

EMPRESAS

Luís Fernandes
CIMPOR Intercement

TRABALHADORES

Arménio Carlos
Confederação Geral dos
Trabalhadores Portugueses
- Intersindical
Nacional (CGTP-IN)



Natividade Gomes Augusto

RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Socióloga. Pós-Graduada em Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho.

Pós-Graduada em Sistemas Integrados de Gestão.

Vogal do Conselho Editorial da Revista *Segurança Comportamental* na vertente de BBS (Behavior Based Safety)

As políticas de prevenção de riscos profissionais e de promoção do bem-estar no trabalho devem ser focadas no trabalho seguro, saudável e produtivo, através do empenho de todos os *stakeholders* do sistema de segurança e saúde no trabalho. Não há dúvidas que a nível nacional todas as partes interessadas se deparam com o grande desafio, no que diz respeito aos elevados índices de sinistralidade laboral e de absentismo e aos elevados custos sociais e económicos associados aos acidentes e às doenças profissionais.

Se analisarmos os índices de acidentes de trabalho dos países europeus, verificamos que Portugal apresenta o valor mais elevado no que respeita aos acidentes de trabalho não mortais e o segundo no que se refere aos acidentes de trabalho mortais, o que veio a confluír numa Estratégia Nacional para a Segurança e Saúde no Trabalho 2015-2020.

Porque sabemos que todos os *stakeholders* terão que agir em prol de uma melhoria, também a *Revista Segurança Comportamental* quis contribuir com divulgação de informação através deste Caderno, com o objetivo de apresentar opiniões de representantes do Estado, das Empresas, dos Trabalhadores e da Academia. Nesta secção tivemos 100% de sucesso, já que todas as partes identificadas estão representadas.

Pedro Pimenta Braz, representante do Estado, considera que a integração de conteúdos nos currículos escolares e nos programas do ensino universitário é fundamental para que se crie uma cultura de segurança no país e se dê um grande passo civilizacional.

Luís Fernandes, representante da CIMPOR-Intercement (Empresas), afirma que os resultados de Portugal em termos de SST são consequência das financeiras deficitárias das empresas, falta de consciencialização dos responsáveis e falha no sistema de educação. Na implementação da cultura de segurança o essencial, para além de regras, procedimentos, etc., é a mudança de mentalidades

“As políticas de prevenção de riscos profissionais e de promoção do bem-estar no trabalho devem ser focadas no trabalho seguro, saudável e produtivo, através do empenho de todos os *stakeholders* do sistema de segurança e saúde no trabalho.”


e atitudes. Tal só se consegue se toda a cadeia de liderança da empresa for o “motor” da mudança de mentalidades, através da sua atitude, do seu exemplo, da sua persistência. Sérgio Manuel, representante da EDP (Empresas), afirma que a cultura de segurança que é essencialmente reativa,

consequência da quase ausência deste tema nos currículos escolares e de formação. Uma empresa que se pauta por uma política de zero acidentes tem obviamente de ter uma política de promoção de comportamentos seguros.

Arménio Carlos, representante da CGTP-IN (trabalhadores), diz que regra geral, a cultura de segurança em Portugal é baixa. A prevenção resulta de um equilíbrio entre equipamento de trabalho, regras e procedimentos adequados e factor humano, no entanto, não pode haver a valorização excessivamente o factor humano. A estratégia nacional de SST 2014-2020 está num limbo, cuja avaliação intermédia é desconhecida.

João Areosa, representante da academia, crê que a segurança e saúde no trabalho não é uma preocupação prioritária na cabeça dos empresários portugueses. A maioria das empresas ainda não percebeu que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa.

Tendo em conta a informação e os dados transmitidos pelos entrevistados, parece-me que a solução maior para a resolução deste desafio ao qual a segurança e saúde se depara em Portugal, passa por uma ação concertada do Estado, nomeadamente com a integração de mais uma peça de puzzle que se chama Ministério da Educação. Sem esta peça, as Empresas terão dificuldade em atingir uma cultura de segurança do nível de interdependência (cuidado mutuo), os Trabalhadores veem-se a braços com um nível de exigências perante as quais não se identificam culturalmente, a Autoridade continuará a ter necessidade de ser um papel mais inspetivo do que preventivo, e, a Academia produz conhecimento técnico-científico que as organizações não terão condições de aplicar.

Outras questões terão que mudar também. Há que visitar e alterar o modelo atual do sistema de segurança e saúde no trabalho implementado em Portugal há umas décadas. Sou de opinião que o mesmo está ultrapassado e não satisfaz a realidade atual. 



O atual Inspetor-Geral da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), Pedro Pimenta Braz, é licenciado em Engenharia Agrícola e Mestre em Ciência e Tecnologia dos Alimentos. O representante do Estado em Portugal em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho considera que a integração de conteúdos nos currículos escolares e nos programas do ensino universitário é fundamental para que se crie uma cultura de segurança no país e se dê um grande passo civilizacional. Pedro Braz defende que o principal é que todos os atores se empenhem na preservação da vida das pessoas. Sobre as empresas, afirma que têm de olhar para a segurança e saúde no trabalho como uma aposta em pessoas, porque sem pessoas não há empresas.

Revista Segurança Comportamental [RSC] – Qual sua opinião sobre o estado da segurança e saúde no trabalho a nível mundial e europeu?

Pedro Pimenta Braz [PPB] – É muito desigual, em termos mundiais. Em 2015, os países do G20, que são os que têm mais poder industrial em todo o mundo, fizeram a primeira declaração sobre segurança no trabalho. Pela primeira vez, houve uma preocupação, estimulada pela Organização Internacional do Trabalho, e os G20 fizeram uma declaração em que sublinham a importância da segurança e saúde no trabalho. Isso é um sinal muito importante. Países que há uns anos eram ditos de terceiro mundo, e agora são primeiras economias – como a Índia, o Brasil, e a própria China – põem em cima da mesa a segurança e saúde no trabalho. Também porque há um dumping económico muito pronunciado, mas eu acredito que não é apenas por causa disso. Além de se pretender nivelar a competição entre países, também há uma preocupação com a dignidade humana e com os direitos humanos e os direitos das pessoas que trabalham têm na sociedade contemporânea. Independentemente de todos os problemas que nós temos no mundo inteiro, se olharmos para trás, para a história dos homens e das mulheres, percebemos que o mundo tem evoluído. Quer nós queiramos ou não, há 50 anos as coisas estavam bem piores, por muito que nos queiram vender o contrário. É essa prevalência dos direitos humanos no trabalho, aliada à necessidade de uma competição entre empresas, uma competição justa entre países e entre diferentes zonas do mundo. Também porque existe claramente uma desigualdade em termos mundiais no que diz respeito às condições de trabalho e, nessa matéria, a Europa é um farol. A Europa, com todos os problemas que nós temos no que diz respeito à segurança e saúde no trabalho, ainda é um farol do ponto de vista mundial. Podemos falar de alguns países que também trabalham muito bem, nomeadamente os Estados Unidos da América, a própria Austrália ou a Nova Zelândia, mas dentro das especificidades do trabalho que esses países têm, de facto, continuo a dizer, a Europa ainda se distingue. A China, que começou a trabalhar muito bem, tem problemas tremendos. Ainda se morre muito na China, mas eles não escondem nada,

e esse é o ponto de partida para a resolução dos problemas. Estão a investir muito. Na Europa, há também diferenças, mas estamos a falar de um outro patamar. Estamos longe do patamar que nós queremos. A Comissão Europeia sabe disso, Portugal sabe disso, e há outras regiões da Europa que também sabem disso. Temos muito a fazer...

[RSC] – Acha que há diferença entre o Norte e Sul da Europa?

[PPB] – Há diferenças culturais, no entanto quando saímos do continente europeu, deixam de ser diferenças – é muito mais aquilo que nos une em termos culturais e na segurança do trabalho, do que aquilo que nos separa. Dentro dessa Europa, os países do Norte da Europa reconheceram desde há uns anos a necessidade de pôr estas matérias nos currículos escolares. E isso fez diferença, no que diz respeito à consciencialização das pessoas sobre a segurança e saúde no trabalho, que hoje são trabalhadores e empresários. O Sul da Europa tem de fazer isso, incluindo Portugal, para dar um salto qualitativo e atingir uma cultura de segurança intrínseca. A avaliação intrínseca comportamental em segurança ainda não é feita, julgo eu, nos locais de trabalho em Portugal. É feita formalmente, baseada na legislação.

[RSC] – Já referiu que existem diferenças entre países. A nível global, quais são os maiores obstáculos e soluções?

[PPB] – Em termos internacionais, a globalização económica tem aspetos positivos e negativos. E a falta da globalização social das condições de trabalho levou a estas grandes discrepâncias que existem hoje em dia, daí a tal declaração do G20. Mesmos os países que anteriormente lucraram com esta falta de globalização social também estão a ser ultrapassados por outros países que estão a fazer o mesmo. A globalização tem levado, de forma diferente, a que exista um *dumping* social muito profundo entre algumas regiões, que se consubstancia nessa globalização económica. Existem linhas de tensão que urge acautelar e urge ultrapassar, através do estímulo dessa globalização das condições de trabalho que têm que existir. É um processo que para mim é irreversível. O que está é a uma velocidade completamente diferente do

processo de globalização económica. Além disso, a globalização das condições de trabalho é essencial para a dignificação das pessoas.

[RSC] – A Europa vê a segurança e saúde no trabalho com foco no trabalho e a maioria dos países, como os Estados Unidos e a China, vê com foco no trabalhador. Acha que vai ser fácil uma uniformização?

[PPB] – Não é fácil, porque o que está subjacente a tudo isto são questões económicas. Eu acredito, sei que é possível, porque eu olho para trás e percebo que ao longo do tempo tem sido necessário. Se me dissessem há 10 anos que em termos de segurança e saúde no trabalho tinha havido uma evolução internacional como houve até hoje, embora esteja longe do que gostaríamos, eu não acreditava, nomeadamente na China. A China está a investir, por exemplo, na contratação em massa de inspetores de trabalho, que era uma coisa impensável há uns anos. Eu acredito que as questões económicas, felizmente ou infelizmente nalgumas situações, são o motivo. Mas as questões humanas vão acabar por aparecer, não tenho dúvida absolutamente nenhuma sobre isso. A imagem hoje em dia vende. Se uma empresa tiver uma boa imagem, vendo mais e melhor, sobretudo no mundo desenvolvido onde há dinheiro. Hoje em dia, se for sabido que uma determinada empresa na sua cadeia de montagem tem trabalho escravo ou infantil, por exemplo, as pessoas não compram. E nessa questão do salto qualitativo de imagem, os países têm de dizer que as condições do trabalho das empresas que produzem um conjunto de bens são suficientemente dignas para que outros possam comprar esses produtos. São duas coisas: condições em termos humanos, e depois a imagem de países, não é só de empresas, é de regiões e de países.

[RSC] – Mas acha que em Portugal, por exemplo, as pessoas estão efetivamente conscientes e são

exigentes no processo de compra a ponto de terem em conta a produção em boas condições de trabalho?

[PPB] – Pela negativa, sim. Se aparecer uma notícia

“Em termos internacionais, a globalização económica tem aspetos positivos e negativos. E a falta da globalização social das condições de trabalho levou a estas grandes discrepâncias que existem hoje em dia, daí a tal declaração do G20. Mesmos os países que anteriormente lucraram com esta falta de globalização social também estão a ser ultrapassados por outros países que estão a fazer o mesmo.”

nos média, as pessoas não compram.

[RSC] – Mas, por exemplo, no caso da indústria da moda, de vez em quando somos confrontados com notícias sobre condições de trabalho chocantes, particularmente sobre marcas de baixo custo. Essas marcas continuam a vender em grandes quantidades...

[PPB] – Depende do nível remuneratório que está associado a cada pessoa. Nós fazemos isso involuntariamente quando podemos. Eu acho que hoje em dia, não com a força que vai ter amanhã, mas com uma força muito superior da que tinha há dez anos, o consumidor dá importância. E internacionalmente tudo conta para vender, e os países percebem isso.

[RSC] – O desempenho de Portugal, segundo Eurostat, é um dos piores da Europa. Tem justificação para isto?

[PPB] – Tenho, tenho justificação. A primeira justificação é que temos de trabalhar mais.

[RSC] – Em relação a alguns países, podemos duvidar do sistema de registo?

[PPB] – Eu não quero comparar Portugal com países sobre os quais temos dúvidas em relação aos sistemas de registo. Há quem ache que a melhor maneira de resolver os problemas é empurrar para debaixo do tapete. Não é! É pôr em cima e resolver. Temos que nos comparar com os melhores e assim temos um trabalho enorme a fazer. Morriam 400 pessoas por ano em acidentes de trabalho mortais, agora morrem 160 – que é o número das estatísticas oficiais do GEPE em 2014. Ainda é muita gente. Se nós pensarmos que a Suécia – nós gostamos sempre de nos compararmos com os países do Norte – que tem mais ou menos a mesma população ativa que nós, tem um grau de industrialização muito superior ao nosso, tem muito mais construção civil neste momento, teve 35 mortos nesse ano, aí temos um país que queremos imitar. E conhecendo-os, 35 mortes para eles é muita gente. Querem reduzir a zero, e é essa a meta que todos temos de ter na nossa cabeça. Nós podíamos tê-lo feito de forma mais significativa e podemos fazê-lo no futuro, mas para isso são necessárias algumas interações fundamentais.

A primeira interação fundamental, eu repito-a até à exaustão, é integração das matérias de preservação da vida das pessoas nos currículos escolares. Antes de falarmos de salários em atraso, de processos de *layoff*, de transmissão de estabelecimentos, de dever de ocupação efetiva, de férias e feriados, de contratos de falsos recibos verdes, tudo isso que é importante, nós temos de falar dos mortos, porque tudo isso só existe se as pessoas estiverem vivas. E isso ainda não se percebeu em Portugal. Nós passamos a vida a discutir as segundas partes e não discutimos o mais importante, e o mais importante é a segurança no trabalho. Porque sem segurança no trabalho, não há pessoas.

Estas matérias são essenciais e devem ser inseridas nos currículos escolares do básico, secundário e superior, com complexidades diferentes. Obviamente, isso é condição *sine qua non* para darmos um passo civilizacional. A família e os agregados familiares só podem ensinar aquilo que lhes foi transmitido. Sobre isto ninguém pode ensinar as crianças porque ninguém tem a formação base, a não ser quem tem pais e mães que trabalham no setor. E os empresários e trabalhadores de amanhã, estão hoje na escola.

[RSC] – **E isso está a ser estruturado?**

[PPB] – Não faço ideia, mas isso ultrapassa em muito a ACT. Nós já contactámos diversas vezes o Ministério da Educação. Mas isso não passa por nós, tem de haver uma vontade política. A nossa estratégia nacional de segurança no trabalho, que é a estratégia nacional de 2015-2020, aprovada pelo governo português, diz que temos de diminuir os acidentes de trabalho em 30%. Se isso acontecer até 2020, ficamos a meio da tabela da União Europeia, o que já é bom, até para a imagem do país. Primeiro pela salvaguarda das pessoas que trabalham, depois pela imagem do país. Uma das medidas é a introdução destas matérias nos currículos escolares básicos, secundário e superior. Isto é uma estratégia nacional, portanto se não conseguirmos fazer isso a responsabilidade não é da ACT, porque para fazer isso tem de haver vontade política, do Ministério da Educação. Algumas pessoas não imaginam como essa imagem é importante na captação de investimento. A segurança e saúde no trabalho hoje em dia vende.

[RSC] – **Como é que acha que estamos em termos de cultura de segurança? Imagine que estabelecemos quatro níveis, em qual é que nos estamos?**

[PPB] – No dois, porque em Portugal mais de 90% do tecido empresarial são micro e pequenas empresas. Grande parte dos nossos micro e pequenos empresários estão muito pouco sensibilizados para estas matérias e encaram a segurança no trabalho como um custo, mais do que como um salto produtivo e de investimento nos seus locais de trabalho. Estamos no dois porque continuam a existir incumprimentos e infrações básicas nos locais de trabalho que já era suposto não existirem. Ainda é normal entrarmos num local de trabalho e as pessoas não terem, por exemplo, o calçado apropriado para efeito. É normal serem as próprias pessoas a não quererem cumprir com regras de segurança porque não veem o exemplo na entidade empregadora. São questões básicas que ainda estão muito longe da organização do trabalho, ainda temos problemas graves de falta de cumprimento da segurança no trabalho que me leva a dizer que temos um caminho grande a percorrer.

[RSC] – E de que forma acha que se pode aumentar o interesse da sociedade nestas matérias?

[PPB] – A primeira tem a ver com as escolas e as crianças, como já falámos. A segunda tem que ver com alterarmos as nossas formas de atuação. Estou a falar também da ACT, bem como dos outros atores do mundo do trabalho, como os parceiros sociais. Isto deve ser feito com um tripartismo entre os sindicatos, as empresas e os profissionais. E depois com o resto dos parceiros institucionais para trabalharmos em conjunto e em rede. O Estado também não deve desistir de estimular as políticas públicas de segurança e saúde no trabalho, incentivando as academias e outros atores a investigarem e a disseminarem essa investigação por toda a sociedade e isso não tem de ser feito através da ACT, embora também possa ser.

[RSC] – Neste momento estamos parados a esse nível?

[PPB] – Neste momento estamos parados a esse nível, sim. Penso que, em parte, devido aos problemas orçamentais que são conhecidos de todos. Mas o Estado não pode desistir da vida das pessoas, e não desistindo da vida das pessoas, não pode desistir de políticas de segurança e saúde no trabalho. Deve reinventar de forma sistemática, incentivando a que outros façam aquilo que o Estado não consegue fazer.

[RSC] – O desempenho do Estado terá de ser melhorado...

[PPB] – Sim. Acho que há sobretudo três aspetos: a inserção destas matérias nos currículos básico, secundário e superior; em segundo, o funcionamento em rede da proteção dos profissionais; e, em terceiro lugar, o estímulo às políticas públicas de segurança e saúde no trabalho. Eu acho que o Estado não pode é desistir. Há muitas maneiras de fazer e não têm de passar pela ACT.

[RSC] – Mas a ACT tem um papel importante....

[PPB] – Com certeza, não desistindo do nosso papel.

O que quero dizer é que há muitas maneiras de o fazer.

[RSC] – E qual a sua visão global sobre os empresários portugueses?

[PPB] – É muito heterogénea. Nestas coisas não há verdades absolutas. Mas de facto, a grande dificuldade está nas micro e pequenas empresas. Também há problemas nas grandes empresas, mas em termos gerais há uma estruturação que permite ter uma abordagem diferente das situações. Também temos grandes empresas que não estão a trabalhar bem, mas onde temos mais

“A nossa estratégia nacional de segurança no trabalho, que é a estratégia nacional de 2015-2020, aprovada pelo governo português, diz que temos de diminuir os acidentes de trabalho em 30%. Se isso acontecer até 2020, ficamos a meio da tabela da União Europeia, o que já é bom, até para a imagem do país. Primeiro pela salvaguarda das pessoas que trabalham, depois pela imagem do país.”

problemas é nas micro e pequenas empresas, porque existe, ainda, uma perspetiva de custos. O pequeno empresário e o microempresário, muitas vezes é ele próprio trabalhador e não tem *know how*, nem sabe como fazer, nem sabe o que a lei lhe oferece ou obriga a fazer.

[RSC] – Esta desregulação também é por falta de conhecimento dos empresários?

[PPB] – Eu acho é que o modelo que está montado nos sistemas de segurança e saúde no trabalho está ultrapassado. Cumpriu um papel importantíssimo, nos últimos 40 anos. Cumpriu um papel fundamental. Estamos no ponto, na minha opinião, de repensar juntamente com os parceiros sociais a sua arquitetura. Agora o foco é nos locais de trabalho, onde estão pessoas a trabalhar. Já não estamos numa fase infantil em que vamos desculpar

a entidade empregadora por tudo. O responsável é a entidade empregadora. Como esta chega à avaliação dos riscos, é-me indiferente. Como é que se chegou a essa ordem de organização e bem-estar? A mim não me interessa rigorosamente nada. Interessa-me que o empregador tenha uma qualidade de trabalho extraordinária.

[RSC] – Segundo um inquérito europeu realizado às empresas sobre os riscos emergentes, Portugal ocupava em 2010 o primeiro lugar ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência e, depois, estava nos últimos a nível do procedimento implementado. Parece que a consciência existe, mas depois falha-se na fase de implementar soluções. O que acha? Será por razões económicas?

[PPB] – Eu acho que neste momento em relação aos riscos psicossociais ainda estamos mais atrasados do que em relação à avaliação dos riscos tradicionais. Se formos para os pequenos e microempresários, e mesmo médios empresários, contam-se pelas mãos, ainda hoje em dia, quem faz avaliação de riscos psicossociais. Mas não somos só nós, o Sul da Europa está muito atrasado em comparação com o Norte.

[RSC] – A consciência existe e depois não se implementa?

[PPB] – Nós temos feito o nosso trabalho e hoje em dia faz parte da atividade normal dos inspetores do trabalho solicitar e estimular a avaliação de riscos psicossociais. As coisas vão avançando. Os parceiros sociais têm neste aspeto um papel fundamental. As organizações patronais também. Temos de arranjar meios que permitam às nossas micro e pequenas empresas adquirir esses comportamentos.

[RSC] – E qual a importância que a segurança e saúde no trabalho têm a nível do bem-estar laboral?

[PPB] – Eu diria que a segurança e saúde no trabalho tem importância na felicidade de cada pessoa. Porque nós passamos a maior parte do dia no nosso local de trabalho. A segurança e saúde no trabalho é diretamente proporcional ao grau de felicidade de cada pessoa, em toda a sua vertente, física e psicológica. Quanto mais não seja porque a pessoa

pode não regressar a casa. Morre uma pessoa de 15 em 15 segundos por doenças profissionais ou acidentes de trabalho em todo o mundo.

[RSC] – Um sistema de segurança pode ser promovido através de procedimentos, requisitos legais e através do fator humano. Parece-nos que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso?

[PPB] – Há empresas que já perceberam, há outras que não. No inquérito às condições de trabalho que se fez, as empresas dizem que cumprem a legislação do trabalho por causa das coimas. Ainda estamos nesse nível. Eu acho que é cada vez mais importantes que os próprios inspetores do trabalho e os técnicos da segurança e saúde no trabalho tenham uma capacidade de persuasão muito maior do que aquilo que têm, no sentido de convencer as pessoas de que aquele comportamento é o melhor para elas.

[RSC] – Portanto, não sabem como fazer?

[PPB] – Não têm consciência ou não sabem. Cumprem porque é o que está estipulado legalmente. Isto são matérias de cidadania, se queremos ter melhores cidadãos e melhores sociedades temos de investir nestas matérias na escola, porque se trata da preservação da vida das pessoas. E num segundo momento, da produtividade das próprias empresas.

[RSC] – Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para a segurança e saúde no trabalho em Portugal?

[PPB] – O presente momento é uma ameaça e uma oportunidade. Porque não há dinheiro e diz-nos a experiência da história dos homens que quando não há dinheiro é quando se otimizam procedimentos. Nesse sentido, acho que é uma oportunidade. É uma oportunidade de perceber que pode ser muito mais barato para todos a preservação da vida humana através da escola e da otimização da articulação da rede de prevenção de riscos profissionais entre todos. É uma grande oportunidade de repensar tudo neste momento. Há uns anos, quando tínhamos mais dinheiro, se calhar existiam procedimentos e métodos que

estavam muito ultrapassados e havia desperdício de dinheiro. É uma ameaça também exatamente pelas mesmas razões, porque se pode pensar que se não há dinheiro não há hipótese de se fazer alguma coisa, e com base nisso ficamos parados.

[RSC] – Em relação às empresas a oportunidade também passa por repensar?

[PPB] – O que as empresas podem fazer é olharem para as pessoas como pessoas. Muitas das empresas que sobreviveram de há 5 anos para cá, foram as que olharam para as pessoas como pessoas. As empresas onde havia uma dimensão humana mais assertiva foram aquelas que conseguiram sobreviver até agora. Acho que as empresas hoje em dia têm que olhar para a segurança e saúde no trabalho em primeiro lugar como uma aposta em pessoas, porque sem pessoas na há empresas, independentemente da humanização e das plataformas informáticas, mas até quem trabalha com essas plataformas são pessoas, não há volta a dar. E em segundo lugar, como fator de produtividade. Olhem para elas como fator de produtividade. Sem essas pessoas felizes, felizes no sentido de enquadramento, nunca vão ser boas empresas.

[RSC] – E que contributos podem dar os trabalhadores?

[PPB] – O trabalhador tem de ter formação. Tem de ser informado para que ele próprio possa fazer uma avaliação de riscos constante. O ideal que se pretende de cada trabalhador é que de cada gesto técnico que ele faz, a sua formação permita fazer uma avaliação, independentemente de uma avaliação estratégica, que certamente tem de existir, ele pode em cada gesto que faz ter essa cultura de segurança integrada.

[RSC] – E caso por um trabalhador verifique que a empresa não lhe disponibiliza condições de trabalho adequadas?

[PPB] – O trabalhador deve reportar à ACT. Quem

dera tivéssemos queixas de segurança e saúde no trabalho. Nós recebemos reclamações de tudo o

“Eu diria que a segurança e saúde no trabalho tem importância na felicidade de cada pessoa. Porque nós passamos a maior parte do dia no nosso local de trabalho. A segurança e saúde no trabalho é diretamente proporcional ao grau de felicidade de cada pessoa, em toda a sua vertente, física e psicológica.”

que imaginam diariamente – salários, férias, falsos recibos verdes –, mas de segurança e saúde no trabalho num milhão pode vir uma. Só isto espelha o estado de inconsciência em que nós vivemos ainda, seja de trabalhadores individuais, seja de sindicatos.

[RSC] – Como avalia o desempenho das escolas e universidades em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[PPB] – Algumas estão a trabalhar muito bem porque por iniciativa própria introduziram esses conteúdos nos currículos nas suas faculdades, mas contam-se pelos dedos das mãos.

[RSC] – Faculdades. E escolas, não?

[PPB] – Escolas, não. Nós fazemos todos os anos uma campanha de regresso às aulas. Os nossos técnicos vão para os agrupamentos escolares e durante um dia falamos de segurança e saúde no trabalho às crianças e aos jovens. Mas nós só conseguimos chegar a 1%. Vamos continuar a fazer isso, mas está muito longe da inserção dessas matérias nos currículos escolares. Até há pouco tempo nas faculdades de medicina não se estudava sobre saúde ocupacional. E das treze faculdades de medicina, não sei se todas têm saúde ocupacional como disciplina obrigatória. As nossas grandes faculdades de engenharia, por exemplo, não têm

disciplinas de segurança e saúde no trabalho. É necessária uma decisão política que obrigue as academias e as escolas básicas e secundárias a terem essas matérias, com graus de complexidade diferentes, obviamente.

[RSC] – Identifica algumas área em que existam falta de conhecimentos técnico-científicos que seria importante investigar?


[PPB] – Há muitas universidades a trabalhar temas e nós não chegamos a saber. Mas quando falo da rede de prevenção de riscos profissionais incluo esta dimensão. Nós, ACT, com responsabilidades nestas questões, não temos noção do que as universidades andam a investigar. O que está a ser feito não é conhecido pela sociedade em termos gerais. Em termos técnicos, há áreas claramente que necessitam de maior integração. Estou a falar, por exemplo, dos químicos que é uma área que acho que deve continuar com um processo de investigação muito grande. Em relação a máquinas e equipamentos, também. A inovação é

e inovação. A mudança é cada vez mais rápida. O grau de acompanhamento dessa inovação tem de ser também mais rápido. E todos temos que nos adaptarmos a isso, a inovação não espera por nós.

[RSC] – Na sua opinião como é que aquilo que é produzido nas academias pode chegar às empresas? Através da ACT?

[PPB] – É uma das formas. Através das associações de empregadores também, dos próprios sindicatos. É importante é que se estimule as academias a trabalhar estas matérias. As universidades e os centros de investigação só vão trabalhar, dependendo também dos seus próprios processos, com estímulos exteriores. E o Estado deve estimular estes centros de investigação. A disseminação poderá ser feita através dos parceiros sociais que é a maneira mais fácil de chegar aos locais do trabalho. O envolvimento dos parceiros sociais nestas matérias é essencial nessa disseminação.

[RSC] – Por último, gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[PPB] – A principal mensagem que gostaria de deixar é que de as pessoas tem de se manter vivas. Isto é uma missão de todos. É uma missão simples, anónima, rotineira. Por exemplo, naquele caso recente, em Lamego, em que morreram oito pessoas num acidente de trabalho, por exemplo, nesses casos as pessoas esqueceram-se de se manter vivas. Não estou a culpar ninguém. As pessoas, a sociedade, nós todos, em geral, esquecemo-nos de nos mantermos vivos. E todos nós morremos ali um bocadinho com aqueles oito. Portanto, a minha mensagem é: não se esqueçam de se manter vivos nos locais de trabalho. É o principal. 

“Acho que as empresas hoje em dia têm que olhar para a segurança e saúde no trabalho em primeiro lugar como uma aposta em pessoas, porque sem pessoas na há empresas, independentemente da humanização e das plataformas informáticas, mas até quem trabalha com essas plataformas são pessoas, não há volta a dar. E em segundo lugar, como fator de produtividade. Olhem para elas como fator de produtividade. Sem essas pessoas felizes, felizes no sentido de enquadramento, nunca vão ser boas empresas.”

constante, e a segurança e saúde no trabalho tem de tentar acompanhar o mesmo ritmo a inovação. E a parte comportamental a mesma coisa, para se poder acompanhar esta rapidez de mudança



João Areosa é Doutor em sociologia do trabalho, do emprego e das organizações pelo ISCTE-IUL. Técnico Superior de Segurança. Docente no ISLA. Investigador integrado no CICS-UNL. Vogal do Conselho Editorial da *Revista Segurança Comportamental*. Diz-nos que o desafio actual em Segurança e Saúde do Trabalho é a existência de uma melhor compreensão dos fatores humanos no trabalho. Considera que os resultados de Portugal têm origem na falta de aposta, por parte dos quadros de topo, na informação e formação, na procura e investimento em novas tecnologias mais seguras e no bom relacionamento humano e comunicacional. A maioria das empresas ainda não percebeu que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa. Os “maus chefes” (incompetentes, autoritários ou autocráticos) aumentam os problemas cardíacos nos trabalhadores, incluindo casos fatais.

Isto significa que um mau chefe pode matar!

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança e saúde no trabalho a nível mundial e europeu?

João Areosa [JA]: Não é fácil dar uma resposta sucinta para uma questão tão abrangente. Começo por referir que a segurança tem vários significados: Sem preocupações; Um mal a evitar; Alegada “ausência de risco” ou risco residual; Previsibilidade e “certeza” quanto ao futuro; É sempre referente a algo ou alguém que se pretende preservar ou proteger; Pode ser individual ou coletiva; De certo modo, a segurança é um bem do tipo “linha do horizonte”, mas a segurança absoluta é inalcançável. Já a saúde não é apenas a ausência de doença; é, sobretudo, um bem-estar físico e psíquico.

A segurança nunca é suficientemente segura porque os riscos são entidades omnipresentes nos locais de trabalho, logo, há sempre a possibilidade de ocorrerem acidentes de trabalho ou de os trabalhadores contraírem doenças ocupacionais. Todavia, há, seguramente, diferenças significativas entre empresas, regiões, países ou continentes. Salvo raras exceções, a segurança tende a ser o “parente pobre” dentro das organizações. Isto acontece porque o nosso modelo socioeconómico (capitalismo), atualmente hegemónico no mundo, está direcionado para uma meta privilegiada: o lucro! E com a procura incessante do lucro vem, por arrasto, uma série de perversidades sociais, nomeadamente, competitividade exacerbada, individualismo, precariedade, desemprego, subcontratação de serviços (*outsourcing*), elevada rotatividade interna nas empresas (*turnover*), *downsizing* dos empregos, etc.

É importante voltar a frisar que lucro tornou-se, cegamente, no único objetivo das empresas (ou pelo menos o principal) e para atingir esse fim (lucro) são executadas, em certos casos, algumas práticas absolutamente imorais. Foi também por isso que no teatro laboral atual as pessoas se tornaram descartáveis e este tipo de práticas originou um verdadeiro batalhão de trabalhadores precários e um exército de desempregados. No entanto, cada desempregado representa a nossa incapacidade de organizar eficazmente as sociedades onde vivemos e isso traduz-se na diminuição da qualidade de vida das populações (com todas as repercussões que isso acarreta). Obviamente que tudo isto tem

implicações muito profundas na segurança e saúde no trabalho, europeia e mundial. Uma parte significativa do lucro – além de uma redistribuição mais equitativa – deveria ser investido na melhoria das condições de trabalho, particularmente nas empresas ultra-lucrativas. Resumidamente, julgo que a segurança e saúde no trabalho poderia estar bastante melhor do que aquilo que está atualmente.

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[JA]: Sim, há diferenças entre países. Entre os inúmeros aspetos que marcam essas diferenças podemos incluir as questões de natureza cultural. As nossas perceções de riscos são uma espécie de filtros parametrizados culturalmente. Um dos autores que tenho particular apreço (Dan Gardner) refere que existem diversas reações emocionais que têm origem essencialmente biológica, nomeadamente o medo de cobras, aranhas ou leões, ou ainda a sensação de repulsa por cadáveres ou fezes; mas os nossos sentimentos também são frequentemente influenciados pela experiência e pela cultura. O leitor imagine os seguintes exemplos: as regras culturais judaicas proíbem o consumo de carne de porco. Para a maioria dos membros da comunidade judaica esta regra cultural de alimentação foi tão interiorizada que só de olharem para febras, presunto ou *bacon* ficam enjoados e com uma sensação desagradável. Mas os meus filhos (e eu também) começam a salivar só de passarem na entrada de um restaurante e verem que existe secretos de porco preto na ementa pendurada na porta. Obviamente que comer carne de porco não é terrivelmente perigoso, mas existem algumas doenças associadas ao seu consumo (incluindo a triquinose ou a teníase). Se os judeus e os meus filhos fossem chamados a julgarem os riscos do consumo deste tipo de carne, certamente teriam opiniões muito distintas. Esta enorme diferença nas perceções de riscos é motivada principalmente por um fator: a cultura. Conseguir conjecturar qual seria a reação dos seus familiares se lhes pedisse para comerem carne de cão? Mas em algumas regiões da China esta é considerada uma excelente iguaria. Onde está situada esta abismal diferença? Na cultura! Agora pense em substâncias psicoativas (álcool e drogas); ambas são proibidas na cultura muçulmana, mas, por exemplo, o

álcool tem grande aceitação no ocidente (pois está associado a festas ou comemorações). Que fator gera esta disparidade? Mais uma vez, a cultura. O número de armas que existem nos Estados Unidos é normalmente assustador para os europeus. Obviamente que também nesta situação a cultura tem uma importância fundamental. Então a cultura é algo que molda as nossas atitudes e comportamentos, incluindo quando estamos a trabalhar. Claro que há inúmeros outros aspetos que também contribuem para estas diferenças: legislação de cada país, nível de instrução formal e informal dos trabalhadores (saberes e competências), atividades predominantes ou específicas que são desenvolvidas (por exemplo, nem todos os países têm plataformas de petróleo ou energia nuclear), o destaque e a importância que os media oferecem sobre determinado assunto, particularmente em situações que envolvam riscos; isto só para citar alguns exemplos que influenciam as potenciais diferenças entre países.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[JA]: Reitero que os riscos são omnipresentes, logo, os obstáculos são muitos (alguns difíceis de identificar ou perceber), mas, infelizmente, não há soluções universais, ou seja, soluções que funcionem em todos os tempos, locais e circunstâncias. Por exemplo, um modelo que pode funcionar, na perfeição, numa determinada empresa pode revelar-se um verdadeiro “desastre” na empresa vizinha. É politicamente correto afirmar que a prevenção pode ser sempre uma solução viável para combater os riscos, os acidentes e as doenças, mas a prevenção – além de todas as suas potencialidades – tem também diversas limitações. Por exemplo, a prevenção quando tem sucesso tende a tornar-se invisível. Aquilo que se consegue evitar não é algo que se consiga imaginar facilmente. No livro “O lado obscuro dos acidentes de trabalho” apresentei várias situações em que a prevenção é extremamente eficaz, mas, paradoxalmente, também revelei outras em que ela

“A segurança nunca é suficientemente segura porque os riscos são entidades omnipresentes nos locais de trabalho, logo, há sempre a possibilidade de ocorrerem acidentes de trabalho ou de os trabalhadores contraírem doenças ocupacionais.”

é mera ilusão. É importante sublinhar que nós (seres humanos) tendemos a valorizar muito mais aquilo que é feito por nós do que aquilo que é evitado por nós (um não acontecimento tende a ser ignorado ou rapidamente esquecido e desvalorizado). Isto significa que a prevenção quando tem sucesso tende a não ser considerada. Neste contexto a prevenção padece do seguinte “estigma”: somos parcialmente cegos aos acontecimentos que poderiam ter ocorrido, mas que – por alguém ter tido sucesso na sua prevenção – foram evitados. Por outro lado, as nossas crenças também nos levam a acreditar em cenários em que a prevenção teve sucesso, embora isso, por vezes, seja mera ilusão. Apesar de todas as suas limitações, a prevenção é útil em grande número de situações. Como sinal de esperança refiro que um melhor e mais profundo conhecimento sobre os fatores humanos no trabalho será uma solução adequada para resolver uma parte da segurança e saúde no trabalho.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[JA]: Indiscutivelmente uma melhor compreensão dos fatores humanos no trabalho. Já foram dados alguns passos importantes, mas creio que o caminho que ainda falta percorrer será longo e tortuoso. A nossa mente é uma “caixa-negra” longe de estar totalmente decifrada; embora, hoje, já saibamos identificar que as heurísticas e enviesamentos tenham um papel fundamental na nossa estrutura cognitiva, aliás, a psicologia cognitiva e as neurociências têm revelado descobertas muito importantes nos últimos anos. Infelizmente, esse conhecimento recente raramente tem sido aplicado na área da segurança e saúde no trabalho.

Esta é uma das falhas que teremos de colmatar urgentemente. Muitas organizações ainda revelam uma visão profundamente distorcida da própria condição humana, das suas idiossincrasias, das suas características e especificidades. A organização do trabalho em algumas empresas ainda está concebida de forma a imaginar os trabalhadores como se fossem uma espécie de robots invulneráveis a alterações de ordem biopsicossociológicas, tendo em conta que surge constantemente reforçada a “fantasia” de que existe um homem quimérico, um trabalhador irrepreensível que não é suscetível de errar ou de estar momentaneamente desatento, que nunca pode estar cansado e que trabalha sempre com o mesmo ritmo (sem acelerar ou ficar mais lento), que não adoce nem tem alterações de humor, que não tem problemas familiares ou conflitos com os colegas e hierarquias. Lamentavelmente, este ser humano ideal não existe no mundo real. É bom que tenhamos consciência disso. Num outro contexto, já apelidei esta falácia como: Perspetiva Ilusória do Ser Humano Ideal (PISHI). Os partidários da PISHI tendem a não considerar algumas variabilidades inerentes ao próprio trabalhador, nem fatores, interações e influências resultantes do próprio processo de trabalho, tais como: a sobrecarga de trabalho, a elevada exigência de algumas tarefas, a personalidade do trabalhador, a relação com colegas, a permanente interferência de técnicas, tecnologias e fatores ambientais ou ainda a descoincidência entre trabalho prescrito e trabalho real. Nesta visão, parece que os perigos e os riscos dos locais de trabalho e das organizações são elementos neutros, com características insuscetíveis de influenciar o comportamento humano. Mas não são!

Quando um sistema de gestão da segurança está assente exclusivamente (ou perto disso) no fator humano, este sistema é naturalmente mais frágil. Contudo, há algo paradoxal nesta situação: o fator humano que pode fragilizar o sistema é o mesmo que lhe permite ter sucesso. Para tentar ilustrar a ideia anterior (pelo menos de forma aproximada) vou recorrer a uma analogia que “abre” o último livro de Nassim Taleb: “O vento apaga uma vela e dá força ao fogo”! Os fatores humanos nas organizações apresentam algumas semelhanças:

tanto podem fazer “o melhor”, como “o pior”, ou seja, tanto podem dar força a uma organização, como podem “apagá-la”.

[RSC]: O desempenho de Portugal, segundo Eurostat, é um dos piores da Europa. Qual a sua análise sobre isso?

[JA]: Essa é uma triste realidade. Nesta matéria estamos constantemente com maus resultados. São demasiados acidentes de trabalho e doenças profissionais. Apesar dos números pouco favoráveis, eles, na realidade, podem ser ainda piores; isto se considerarmos a existência da subnotificação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais, particularmente estas últimas. Contudo, o problema dos acidentes de trabalho pode ser visto a partir de duas lógicas distintas: a lógica da prevenção e a lógica da reparação. Na prevenção temos diversas dificuldades que não estamos a conseguir ultrapassar de forma mais célere (anteriormente também já mencionei algumas limitações difíceis de contornar); ao nível da reparação a responsabilidade é transferida para as seguradoras. Mas este modelo levanta alguns problemas. As seguradoras são empresas privadas que visam o lucro, nem sempre prestam o melhor serviço aos trabalhadores sinistrados. Logo na primeira questão, comecei por apontar as diversas implicações que o nosso modelo socioeconómico acarreta para o mundo do trabalho, incluindo as condições de trabalho.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[JA]: Obviamente terá semelhanças e diferenças. É verdade que Portugal tem muitíssimas fragilidades ao nível da segurança no trabalho, mas também não posso deixar de destacar que foram feitos progressos significativos nos últimos 20 anos. Alguns estudos apontam para que, estatisticamente falando, os acidentes de trabalho afetem anualmente cerca de 4% da população ativa. Em Portugal, os números não são muito diferentes.

É natural que este quadro pouco favorável para o nosso país tenha subjacente múltiplas falhas ao nível da organização e das condições de trabalho. É também isso que implica níveis elevados de acidentes de trabalho, incluindo os acidentes mortais (que se constituem como gravidade

extrema). Os motivos que estão na génese desta “tragédia nacional” passam não tanto pelas baixas qualificações académicas e socioprofissionais dos nossos trabalhadores, mas particularmente pela persistência dos nossos quadros de topo em não apostarem, efetivamente, na informação e formação profissional dos seus recursos humanos, na procura e investimento em novas tecnologias (normalmente mais seguras), na execução de produtos e serviço de alta qualidade, na inovação, na investigação técnica e científica e nas aptidões psicossociais, abrangendo o bom relacionamento humano e comunicacional entre colaboradores. De facto, todos os acidentes de origem laboral têm as suas causas explicativas, são dados objetivos, não são fenómenos transcendentais. As amplas consequências da sinistralidade influenciam diretamente a produtividade das empresas, qualitativa e quantitativamente, incluindo os seus custos, quer diretos, quer indiretos. É verdade que aos acidentes de trabalho correspondem, por vezes, causas múltiplas e complexas, onde estão normalmente inter-relacionadas cadeias de acontecimentos sequenciais que acabam por os determinar. Mas é, essencialmente, na organização do trabalho que está o principal foco do problema.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança em Portugal?

[JA]: Se lhe pretendesse dar uma resposta expectável e “politicamente correta”, diria que a cultura de segurança em Portugal é frágil (por comparação com outros países desenvolvidos). A maioria dos leitores estariam de acordo com esta afirmação e eu estaria apenas reforçar aquilo que está “meio” subjacente ao nosso pensamento coletivo, isto em relação aos profissionais da área. Contudo, não é bem esta a minha forma de interpretar o termo “cultura de segurança”, dado existirem diversas nuances que ferem esta ideia preconcebida. Vou tentar sintetizar algumas reflexões chave sobre esta noção.

O termo cultura de segurança surgiu em meados

da década de 1980, após o acidente da central nuclear de Chernobyl. Antes disso já Zohar tinha apresentado o conceito de clima de segurança. São ambas noções próximas; talvez a grande diferença seja a questão temporal, isto é, enquanto o clima de segurança nos remete para algo mais passageiro, a cultura de segurança revela um caráter mais duradouro. Existem diversas teorias, abordagens e focos em relação ao conceito de cultura de segurança. Confesso que não sou grande adepto desta noção. Aliás, penso que o termo cultura de segurança tem acrescentado pouco para a melhoria da segurança nas organizações. Creio que

“Quando um sistema de gestão da segurança está assente exclusivamente (ou perto disso) no fator humano, este sistema é naturalmente mais frágil. Contudo, há algo paradoxal nesta situação: o fator humano que pode fragilizar o sistema é o mesmo que lhe permite ter sucesso.”

ainda nos falta saber filtrar de forma mais assertiva as “falsas boas ideias” para a melhoria da segurança. Apesar de muito já se ter debatido sobre a noção de cultura de segurança, julgo que ela se encaixa, em parte, nas referidas “falsas boas ideias”. Penso que é necessário reposicionar a importância da noção de cultura de segurança (isto não significa rejeitar ou negar o seu interesse em absoluto).

Em primeiro lugar as culturas (em sentido amplo do termo) não são boas ou más. Elas favorecem ou penalizam os desempenhos mediante determinados contextos. Pode-se afirmar que não existem culturas perfeitas ou ideais, existem culturas com maior ou menor adaptabilidade a cada situação concreta. Como já referi, há múltiplas e diversificadas perspetivas sobre a noção de cultura de segurança, e isso torna esta noção ambígua, sem grande rigor e, por vezes, difícil de interpretar e aplicar. É pertinente ter em conta que a cultura de segurança não é a causa das práticas profissionais ou do “modelo de segurança” das organizações;

pelo contrário, ela é consequência desses fatores, bem como de muitos outros, nomeadamente os económicos ou políticos. Será bom que tenhamos consciência de que podemos alterar com relativa rapidez o ambiente de segurança laboral (por exemplo, adquirindo máquinas ou equipamentos mais seguros), mas, infelizmente, não podemos alterar a cultura de segurança das organizações com a mesma rapidez. Isto acontece porque a cultura de segurança assenta em certos elementos subjetivos, particularmente os valores, as crenças ou as atitudes. Para além de tudo isto é preciso saber interpretar a forma como os riscos são

“Tudo aponta para que os seres humanos revelem alguma propensão para aceitar um certo nível de risco e quando esse nível diminui (particularmente quando são colocados novos dispositivos de segurança) tendemos a compensar essa redução, arriscando mais em outra situação, ou seja, voltamos a colocar o risco num nível próximo daquilo que estava anteriormente.”

percecionados e geridos, dado que esses aspetos são fundamentais para a cultura de segurança nas organizações.

[RSC]: De que forma se pode aumentar o interesse da sociedade sobre esta matéria?

[JA]: Regra geral, há sempre várias formas para chegar a um dado objetivo ou meta. A sensibilização parece o caminho mais óbvio; mas podem (e existem) outros meios igualmente importantes, embora nem sempre tão evidentes como a sensibilização (a qual em determinados contextos pode ter um alcance limitado).

A teoria da homeostase do risco (e o seu principal mentor, o psicólogo Gerald Wilde) defrontou-se com um problema similar: como levar as pessoas a preocuparem-se mais com a sua segurança, quando cada um parece ter o seu próprio nível

de aceitabilidade do risco? Então, esta perspetiva considerou o seguinte: quando um determinado risco é identificado, analisado e minimizado o alvo que esse mesmo risco poderia afectar fica, aparentemente, em maior segurança. Naturalmente que esta afirmação faz todo o sentido, parece até irrefutável (do ponto de vista teórico, embora possa parecer algo tautológica). Mas na realidade (empírica) observável será que isto acontece sempre deste modo? Segundo este modelo a resposta para esta questão pode ser bem menos intuitiva do que aquilo que parece. Na verdade, quando são introduzidos os factores humanos (nomeadamente os comportamentos) num determinado “sistema”, verifica-se que quando certos riscos foram reduzidos (alegadamente aumentando a segurança), na prática, isto pode não se traduzir, por exemplo, na redução de acidentes ou de doenças, tal como seria previsível. Pode parecer paradoxal, mas alguns estudos apontam nesse sentido. Mas, afinal por que será que isto acontece? Tudo aponta para que os seres humanos revelem alguma propensão para aceitar um certo nível de risco e quando esse nível

diminui (particularmente quando são colocados novos dispositivos de segurança) tendemos a compensar essa redução, arriscando mais em outra situação, ou seja, voltamos a colocar o risco num nível próximo daquilo que estava anteriormente. Gerald Wilde preconiza que as pessoas tendem a adaptar os seus comportamentos perante as mudanças ocorridas no seu meio envolvente, mantendo o nível de risco dessas situações “equilibrado”. Vou referir um exemplo concreto, baseado num estudo científico na área da segurança no trabalho. Nessa investigação verificou-se que a distribuição de cintas dorsais aos trabalhadores originou um aumento no peso levantado, em cerca de um quinto. Com base na teoria da homeostase do risco esta relação parece evidente: os trabalhadores ao sentirem que o seu trabalho poderia ser realizado de forma mais segura (devido à introdução das

cintas dorsais), aumentaram os seus “comportamentos de risco”, pois decidiram começar a levantar pesos superiores. Ou seja, tudo parece apontar para que não tenha ocorrido um aumento efectivo da segurança. O alegado aumento da segurança com a introdução das cintas foi consumido pelo aumento do peso levantado pelos trabalhadores, mantendo-se o risco ocupacional numa espécie de equilíbrio. Esta conclusão pode ser desconcertante para alguns técnicos de segurança, mas não é por isso que deixa de ser verdadeira! Para melhorar a prevenção não basta apenas introduzir medidas de engenharia (ou outras) nos locais de trabalho; é também preciso observar aquilo que os trabalhadores fazem (e porquê que o fazem), depois de introduzidas essas medidas. É pertinente lembrar que os trabalhadores mudam os seus comportamentos em resposta à implementação de medidas de saúde e segurança no trabalho.

É a partir de estudos como aquele que mencionei (embora existam muitos outros) que faz sentido afirmar que as pessoas tendem a direccionar os níveis de risco para um certo equilíbrio, após constatarem que houve algum tipo de oscilação ao nível inicial de risco. Naturalmente que a teoria da homeostase do risco, também conhecida como “*risk compensation*”, pode não ser aplicável em todas as situações, mas, no mínimo, revela uma parte interessante de como nós, seres humanos, funcionamos em certas condições.

Toda esta comparação decorre do seguinte aspeto em comum (indo assim ao encontro da questão inicial): para que as estratégias em saúde e segurança no trabalho sejam eficazes na missão de reduzir o número de doenças ou de acidentes numa determinada população, têm de, em primeiro lugar, reduzir a vontade dos trabalhadores em arriscar suas vidas, a sua saúde e a sua segurança. Se as pessoas viverem mais felizes (embora esta noção seja ultra ambígua), terão motivos para querer viver mais (com maior saúde e segurança). No fundo, é esta analogia que pretendia estabelecer entre a

“Penso que um dos caminhos para o aumento da produtividade e da qualidade de vida da nossa comunidade laboral é a utilização de técnicas de gestão eficazes para aferir as condições de trabalho. A elaboração rigorosa de um plano de atividades de segurança pode reduzir significativamente as taxas de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais.”

questão inicial e a teoria da homeostase do risco.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[JA]: Podia e deveria ser claramente melhor! Porém, não irei desenvolver muito este debate porque neste caderno temático estarão incluídos outros agentes que estarão em melhores condições para apresentar uma reflexão mais completa, sustentada e aprofundada sobre esta questão.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança e saúde no trabalho?

[JA]: A forma como está estruturada a segurança e saúde no trabalho levanta diversas questões: o avanço de políticas neoliberais implementadas por alguns Estados tem vindo a dar origem ao seu enfraquecimento (inclusive ao nível da vigilância das condições de trabalho), multiplicando determinadas subjetividades, onde podemos incluir a transferência das questões relacionadas com a segurança no trabalho para o “controlo interno” das próprias empresas. Este facto pode dar origem a algumas peculiaridades; apesar da suposta autonomia dos técnicos que exercem esta atividade, o seu estatuto dentro da organização, em alguns casos, tende a ser fortemente secundarizado, “sabotado” por questões de ordem económica e, para além disso, estes técnicos encontram-se normalmente dependentes do controlo hierárquico da organização (o que por si só pode ser um forte constrangimento à sua autonomia). Penso que um dos caminhos para o aumento da produtividade e da

qualidade de vida da nossa comunidade laboral é a utilização de técnicas de gestão eficazes para aferir as condições de trabalho. A elaboração rigorosa de um plano de atividades de segurança pode reduzir significativamente as taxas de acidentes de trabalho ou de doenças profissionais. No fundo, só se pode combater de forma eficiente as elevadas taxas de sinistralidade laboral ou de doenças ocupacionais quando estes fenómenos forem analisados a montante, isto é, concetualizando uma análise de riscos prévia que aposte firmemente na observação do trabalho real, na prevenção e na segurança e saúde de todos os trabalhadores. A conceção de novas metodologias para a análise de acidentes e para a análise de riscos no trabalho (bem como a utilização das já existentes) é uma das formas mais prementes na tentativa de controlo da elevada sinistralidade laboral nacional e para melhorar a saúde dos trabalhadores. A redução das doenças e dos acidentes de trabalho só se torna exequível mudando a mentalidade e as práticas de atuação dos nossos trabalhadores, das suas chefias intermédias e dos gestores de topo. Embora isso não seja uma tarefa nada fácil.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança e saúde no trabalho, qual a visão dos empresários portugueses?

[JA]: Volto a sublinhar a ideia de que o mundo não é um lugar com visões similares entre as pessoas. Já referi que no contexto atual as empresas

“A redução das doenças e dos acidentes de trabalho só se torna exequível mudando a mentalidade e as práticas de atuação dos nossos trabalhadores, das suas chefias intermédias e dos gestores de topo. Embora isso não seja uma tarefa nada fácil.”

só sobrevivem se derem lucro (pelo menos as empresas privadas). Haverá, seguramente, visões

muito diversificadas entre os empresários nacionais. Contudo, correndo o risco de estar profundamente equivocado, creio que a segurança e saúde no trabalho não é uma preocupação prioritária na cabeça dos empresários portugueses. Confesso que ficaria muito satisfeito se a realidade contradissesse a minha perceção.

[RSC]: Segundo o inquérito europeu às empresas sobre novos riscos emergentes realizado pela EU-OSHA (2010), Portugal ocupa o 1.º lugar dos países EU-27 ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência ou ameaça no trabalho e 26.º lugar ao nível da % de procedimentos implementados. Como é que explica estes resultados? Acha que em 2017 os resultados seriam diferentes?

[JA]: Começando pela última parte da questão, creio que os resultados não seriam, hoje, muito diferentes daqueles que foram obtidos em 2010. Mais uma vez, refiro que não tenho provas sobre isto, é apenas uma mera suspeita.

Tentando responder à primeira parte da questão, é importante lembrar que o tipo de gestão e de controlo hierárquico efetuado nas nossas organizações é ainda profundamente autoritário. É possível que ainda hoje estejamos a viver as sequelas que quase cinco décadas de ditadura. Este aspeto não será despiciente no tipo de relação entre hierarquia e subordinados no teatro laboral. Há situações em que o tempo leva “demasiado tempo” a apagar certas marcas. Creio que será este o caso.

Um surpreendente estudo realizado na Suécia monitorizou a saúde de mais de 3000 trabalhadores do género masculino, durante cerca de dez anos, com idades compreendidas entre os 19 e os 70 anos; essa investigação sugere que os “maus chefes” (incompetentes, autoritários ou autocráticos) aumentam significativamente o número de problemas cardíacos nos trabalhadores, incluindo casos fatais. O estudo demonstrou

ainda que este efeito é cumulativo, ou seja, quanto mais tempo estiverem os trabalhadores sob a

alçada deste tipo de hierarquias, maior é o risco de adoecerem. Isto significa que um mau chefe pode matar, literalmente!

Naturalmente que quando estamos perante cenários em que as hierarquias tendem a ser profundamente autoritárias e insensíveis aos problemas dos trabalhadores, parece-me natural que os níveis de stress e ansiedade aumentem de forma exponencial. Portugal necessita urgentemente de combater este flagelo, ao nível das interações/relações humanas no trabalho.

[RSC]: Qual a importância da segurança e saúde no trabalho no bem-estar laboral?

[JA]: Esta não é apenas uma resposta “politicamente correta”, naturalmente que é muito importante! Haverá, seguramente, uma forte correlação entre o bem-estar laboral e os níveis de segurança e saúde no trabalho. Neste contexto, irei socorrer-me da psicodinâmica do reconhecimento, que é um aspeto debatido por uma disciplina chamada Psicodinâmica do Trabalho.

Os trabalhadores que são pró-ativos nos seus locais de trabalho, esperam que esta atitude possa ser compensada. Anseiam que o seu contributo tenha uma retribuição; não somente uma recompensa material – indiscutivelmente importante – mas, acima de tudo, esperam uma retribuição simbólica, cujo expoente máximo é o reconhecimento. É pertinente lembrar que o trabalho está profundamente relacionado com a realização do ego e que o fortalecimento da nossa identidade se constitui, em parte, como uma armadura da nossa saúde mental, a qual também se traduz em bem-estar laboral. O reconhecimento assume neste processo um papel extraordinário, dado que quando não há reconhecimento o mais provável é que o trabalho se resuma a uma expressão de sofrimento, desanimo ou alienação. A falta de reconhecimento no trabalho é suscetível de gerar um círculo vicioso de sofrimento, desestabilizador da identidade e

tudo isto pode conduzir à ausência de bem-estar laboral.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança e saúde no trabalho? Porquê?

[JA]: A percepção que tenho é que os trabalhadores nacionais revelam maiores preocupações com a segurança e saúde no trabalho. Entre os inúmeros fatores que podem explicar esta tendência estará, seguramente, o aumento da informação sobre o tema e o aumento do nível de habilitações e qualificações dos trabalhadores portugueses. Em outros “cantos” do mundo a realidade não será tão animadora.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais

“Haverá, seguramente, uma forte correlação entre o bem-estar laboral e os níveis de segurança e saúde no trabalho. (...) Os trabalhadores que são pró-ativos nos seus locais de trabalho, esperam que esta atitude possa ser compensada. Anseiam que o seu contributo tenha uma retribuição; não somente uma recompensa material – indiscutivelmente importante – mas, acima de tudo, esperam uma retribuição simbólica, cujo expoente máximo é o reconhecimento.”

vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[JA]: Acredito que a maioria das empresas ainda não percebeu isso e que estão ainda mais longe de o saber fazer de forma adequada.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para a segurança e saúde no trabalho, em Portugal?

“A redução das doenças e dos acidentes de trabalho só se torna exequível mudando a mentalidade e as práticas de atuação dos nossos trabalhadores, das suas chefias intermédias e dos gestores de topo. Embora isso não seja uma tarefa nada fácil.”

[JA]: Creio que a principal ameaça é não se conseguir melhorar as condições de trabalho nas empresas portuguesas. Inversamente, a maior oportunidade será conseguir melhorar as condições objetivas e subjetivas de trabalho, em Portugal.

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar em matéria de SST?

[JA]: Alocando mais recursos para esta área e melhorando o desempenho e eficácia dos recursos existentes. Quando falo em recursos, pretendo ir muito além dos “recursos humanos” (técnicos de saúde e de segurança).

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo das pessoas para a segurança e saúde no trabalho?

[JA]: A segurança e as condições de trabalho devem ter uma responsabilidade partilhada, entre todos os agentes sociais das organizações, em que nenhum dos intervenientes se pode demitir dessa mesma responsabilidade; logo, as práticas de segurança de qualquer empresa devem ter por base condições seguras, implementadas e praticadas por todos durante as atividades organizacionais. Todos os membros pertencentes às empresas devem contribuir para a elaboração e promoção de uma gestão da segurança, que permita reduzir a sinistralidade laboral e as doenças profissionais.

[RSC]: Como considera o desempenho das Escolas/Universidades em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[JA]: As universidades e as escolas técnicas têm dado alguns contributos importantes, nomeadamente ao nível da formação de técnicos especializados. Mas podem e devem aumentar o grau de exigência nos seus desempenhos.

[RSC]: Como é que as Escolas/Universidades podem ajudar a melhorar os níveis de segurança e saúde no trabalho?

[JA]: Como referi acima, melhorando os seus níveis de exigência internos. Apostando na melhoria das qualificações e

competências dos seus docentes. Sem isso, este objetivo fica mais difícil de concretizar.


[RSC]: Existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnico-científico?

[JA]: Sim, indiscutivelmente. O trabalho hiperbárico é um dos exemplos que se pode apontar, embora existam muitas outras situações igualmente preocupantes.

[RSC]: Quais as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[JA]: Essa é uma questão recorrente, mas, infelizmente, apesar de ser um problema bem identificado, creio que estão muito longe de serem alcançadas as sinergias necessárias. Diria que promover um diálogo sério poderia ser um bom começo!

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[JA]: Seguramente uma mensagem de esperança no futuro. Se é verdade que ainda teremos um longo caminho a percorrer; também é verdade que muito se avançou nos últimos vinte anos! Estamos, lentamente, a caminhar na direção certa... 



Diretor de Prevenção e Segurança da EDP- Energias de Portugal, SA. Engenheiro Eletrotécnico. Especialista de Segurança da OE. Representante de Portugal no Grupo OH&S da EURELECTRIC. Professor em diversas Universidades. Diz-nos que o grande desafio é conseguir aproveitar os aspetos positivos e as oportunidades da globalização. Portugal encontra-se numa posição desconfortável entre a EU, o que não está em consonância com a exigente legislação nacional. Esta situação estará relacionada com uma cultura de segurança reativa, consequência da quase ausência deste tema nos currículos escolares e de formação. O Estado e os organismos estatais deveriam constituir-se como uma referência na aplicação da legislação produzida e na concretização das medidas apresentadas na estratégia nacional. Uma empresa que se pautar por uma política de zero acidentes tem obviamente de ter uma política de promoção de comportamentos seguros. Em matéria de acidentes só um Zero satisfaz!

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança e saúde no trabalho a nível mundial e europeu?

Sérgio Manuel [SM]: O estado da segurança e saúde no trabalho (SST) acompanha o nível de desenvolvimento social e cultural na Europa e no mundo. De facto, o que caracteriza o estado da SST em cada sociedade é o valor percebido da vida humana e da importância para o desenvolvimento das pessoas dum trabalho digno e seguro.

Assim se justifica que nas sociedades mais desenvolvidas, onde se posicionam as sociedades europeias, as preocupações com os temas da SST adquiram uma importância decisiva e estratégica nas relações laborais, por contraponto com a importância dada a estes temas nas sociedades menos desenvolvidas onde o trabalho é considerado quase tão só um meio de subsistência.

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[SM]: Mesmo entre países de uma mesma sociedade existem algumas diferenças que estão relacionadas com o desenvolvimento cultural. Mesmo na Europa podemos estabelecer um paralelo entre o estado da cultura de segurança em cada país e a sua adesão à União Europeia e às regras do mercado único.

Também numa empresa multinacional podem observar-se as diferenças entre cultura de segurança em distintas geografias, embora atenuadas pelas políticas comuns; por exemplo nos USA as empresas têm uma cultura de participação e divulgação de situações de quase-acidente que alcançam níveis que não vemos na Europa e muito menos noutras geografias.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[SM]: Os maiores obstáculos têm a ver com os diferentes níveis de desenvolvimento económico e social dos países. A procura de investimento baseada em políticas de baixos salários e o não investimento nas condições de trabalho utilizada em países menos desenvolvidos, e “aceite” de forma passiva por algumas empresas multinacionais que querem sobretudo reduzir custos de produção, inviabiliza ou dificulta as boas práticas de segurança no trabalho. A intervenção das organizações internacionais como a OIT e a World Business Council For

Sustainable Development (WBCSD) que pugnam pela crescente valorização dos direitos humanos e da sustentabilidade nos negócios representam importantes contributos para a solução ou atenuação das diferenças a nível global.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[SM]: O seguimento da resposta à pergunta anterior o grande desafio é conseguir aproveitar os aspetos positivos e as oportunidades da globalização sobretudo para os países menos desenvolvidos, em busca de desenvolvimento: criação de mais emprego, a consequente possibilidade de acesso a bens e produtos que também por via da globalização podem chegar ao mundo inteiro a preços mais baixos; a transferência de tecnologia e saber que serve de estímulo ao desenvolvimento da produtividade e inovação; a preocupação com o ambiente; o acesso à informação que facilita a transparência e ajuda a prover a democracia.

Se estes desafios forem prosseguidos, as suas consequências far-se-ão sentir também na melhoria das condições de segurança no trabalho e na melhoria da cultura de segurança.

Salienta-se como contributo muito positivo, a importância e influência crescente que a intervenção das sociedades mais desenvolvidas e as suas empresas vêm exercendo através das exigências e controlo dos aspetos da sustentabilidade, incluindo os temas da segurança no trabalho, em toda a cadeia de fornecimento.

[RSC]: O desempenho de Portugal, segundo Eurostat, é um dos piores da Europa. Qual a sua análise sobre isso?

[SM]: Efetivamente os indicadores da Eurostat deixam-nos numa posição desconfortável entre os países da EU, o que não está em consonância com o que se esperaria tendo em conta que a legislação nacional é uma das mais exigentes na responsabilização das entidades empregadoras e das empresas contratantes no cumprimento das obrigações da SST. Penso que tem a ver com a cultura de segurança que é essencialmente reativa (em todos os domínios da segurança), consequência da quase ausência deste tema dos currículos de formação tecnológica e de cidadania,

que gera lideranças com muito pouca convicção para os temas da segurança e saúde no trabalho. Aliás, a Estratégia Nacional SST 2015-2020 identifica claramente as áreas de melhoria e estabelece objetivos e medidas que irão contribuir para resolver este défice. Assim seja concretizada!

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[SM]: A realidade em Portugal espelha as exigências duma cultura europeia e de fazer parte da União Europeia que tem regras uniformes para as condições de SST em que o trabalho deve ser realizado, e têm a ver não só com a importância e respeito pela vida humana e qualidade de vida no trabalho, mas também com a necessidade de assegurar que a SST não é um fator de concorrência desleal entre países e entre empresas. Nesse aspeto estamos um pouco mais protegidos.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança em Portugal?

[SM]: A cultura da segurança em Portugal não diverge da cultura que caracteriza a sociedade europeia embora, como anteriormente referido, mesmo entre países da EU possam observar-se algumas diferenças, associadas à cultura e estilo de vida dos países. Pode também neste caso falar-se, por exemplo, duma cultura da Europa do Norte, eventualmente mais rígida e disciplinada, e duma cultura mediterrânica mais flexível e por isso aparentemente menos exigente.

[RSC]: De que forma se pode aumentar o interesse da sociedade sobre esta matéria?

[SM]: O interesse da sociedade é muito influenciado pela agenda mediática; infelizmente a segurança só é notícia quando algo corre mal. É importante que as boas práticas e os bons resultados sejam notícia, para que possam servir de incentivo entre todas as partes interessadas: trabalhadores, empresas, investidores, países.

Recordando mais uma vez a estratégia nacional SST 2015-2020 uma das medidas menciona justamente

o investimento em parcerias com órgãos de comunicação social e na utilização das redes sociais para a comunicação de mensagens sobre SST.

“O estado da segurança e saúde no trabalho acompanha o nível de desenvolvimento social e cultural na Europa e no mundo. De facto, o que caracteriza o estado da SST em cada sociedade é o valor percebido da vida humana e da importância para o desenvolvimento das pessoas dum trabalho digno e seguro.”

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[SM]: Nos aspetos de produção de legislação diria que o Estado tem sido exemplar muito por via da transposição das diretivas europeias, embora com algum atraso em algumas situações, o que também acontece com os outros países. Fica bem recordar que Portugal foi um dos primeiros países a transpor a diretiva marco, em 1992, a diretiva que marcou definitivamente a intervenção da UE na condução dos temas da segurança e saúde no trabalho para o mercado único europeu.

Mas há algumas notas de melhoria, nomeadamente quanto à pedagogia e à prática. O Estado e os organismos estatais deveriam constituir-se como uma referência na aplicação da legislação produzida e na concretização das medidas apresentadas na estratégia nacional.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança e saúde no trabalho?

[SM]: Penso que o Estado deveria considerar um papel mais participativo das partes interessadas, nomeadamente as associações empresariais e as organizações sindicais, na produção e transposição da legislação. Por outro lado, a vertente preventiva tem reduzida intervenção quando comparada com a vertente inspetiva da Autoridade para as Condições de Trabalho. É importante que a

pedagogia da vertente inspetiva se faça sentir mais, em particular junto das micro e pequenas empresas. Claro que as questões do ensino nesta vertente em particular são prioritárias se quisermos melhorar a nossa cultura de segurança como país. Compete ao Estado promover a inclusão dos temas da SST na aprendizagem ao longo do percurso escolar em todos os graus de ensino.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança e saúde no trabalho, qual a visão dos empresários portugueses?

[SM]: A visão dos empresários portugueses está associada ao tipo de empresas que gerem. A visão dum empresário de uma pequena empresa é distinta da visão do empresário dum grande empresa, eventualmente cotada em bolsa, em que os investidores dedicam grande importância aos temas da sustentabilidade, e aos custos da não segurança, o que torna a SST um dos fatores estratégicos da gestão. Mas mesmo nas pequenas empresas, porque são normalmente fornecedoras de mercados desenvolvidos em que a sustentabilidade na cadeia do fornecimento ganha cada vez mais importância, os temas da segurança no trabalho vão ganhando relevo na gestão, mais não seja pelas evidências que têm de produzir.

[RSC]: Segundo o inquérito europeu às empresas sobre novos riscos emergentes realizado pela EU-OSHA (2010), Portugal ocupa o 1.º lugar dos países EU-27 ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência ou ameaça no trabalho e 26.º lugar ao nível da % de procedimentos implementados. Como é que explica estes resultados? Acha que em 2017 os resultados seriam diferentes?

[SM]: São temas que preocupam efetivamente as pessoas, talvez porque já passaram por experiência própria por alguma das situações; mas uma coisa é responder a um inquérito e outra é fazer uma participação. Acredito que a implementação de procedimentos de atuação tenha a ver com a perceção por parte de quem os compete implementar: se não chegam participações o problema pode não ser percebido e, portanto, não prioritário. Na maior parte das grandes empresas existem implementados códigos de ética e de

conduta, e inclusive um provedor de ética que promove e facilita a participação das situações e a sua resolução. Acredito que 2017 seguirá a tendência de melhoria a que vimos assistindo nos últimos anos, à medida que vai havendo um maior conhecimento de situações, e também pelo relevo crescente que é dado pela comunicação social a estes temas.

[RSC]: Qual a importância da segurança e saúde no trabalho no bem-estar laboral?

[SM]: A segurança, incluindo a segurança e saúde no trabalho, é uma das necessidades primárias das pessoas. Nenhuma tarefa ou atividade pode ser concebida sem incluir um risco não aceitável que ponha em causa a integridade física ou a saúde de quem a executa. O sentimento de bem-estar no trabalho é condição essencial para o desenvolvimento dos níveis de atenção e de produtividade das pessoas; por contraponto, a perceção de que as condições de segurança no trabalho não são asseguradas geram falhas no rendimento e produtividade do trabalhador e conflitos ao nível laboral com exigências que no limite se podem traduzir em outro tipo de compensações.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança e saúde no trabalho? Porquê?

[SM]: Penso que todos temos consciência da importância da segurança e saúde no trabalho. Ninguém se pensa posicionar na primeira linha para ser atingido por um acidente ou situação de trabalho que lhe provoque danos na sua integridade física ou saúde.

O que se passa é que alguns trabalhadores não estão mentalmente preparados para a necessidade dum análise de riscos antes de atuarem: muitas vezes subavaliam o risco e também muitas vezes o excesso de zelo leva a atuações perigosas.

É importante que estas situações, quando detetadas, sejam objeto de atuação pedagógica e não depois dum ocorrência, que pode ser tarde de mais. Neste aspeto uma política de promoção à participação e divulgação de quase-acidentes e situações perigosas é fundamental para o crescimento da cultura de prevenção e de interdependência.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[SM]: Todas estas três vertentes são imprescindíveis, mas a vertente associada à atuação sobre o fator humano é determinante. Uma empresa que se pauta por uma política de zero acidentes tem obviamente de ter uma política de promoção de comportamentos seguros; podemos construir instalações cada vez mais seguras, com redundância de proteções, ter procedimentos para tudo, mas o comportamento das pessoas é sempre o elo mais frágil, que justifica uma intervenção permanente. Penso que as empresas percebem esta necessidade, mas a natureza do tecido empresarial tem também aqui muita influência. As pequenas e médias empresas têm dificuldade em tratar estes temas se não houver um apoio da área preventiva da ACT.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para a segurança e saúde no trabalho, em Portugal?

[SM]: As ameaças têm sobretudo a ver com eventuais crises que possam advir no mercado. É reconhecido que quando se pretendem reduzir custos, os menos visíveis no momento são os custos com a segurança no trabalho, embora quase sempre se chegue depois à conclusão que resulta mal. As oportunidades acabam por surgir da aprendizagem com os erros; cada vez mais as empresas contratantes se preocupam com os custos e consequências legais da falta de segurança nas empresas que contratam e que estas por sua vez subcontratam. Esta preocupação traduz-se em processos consistentes de avaliação e gestão de fornecedores que permitam selecionar aqueles que oferecem uma maior probabilidade de ausência de acidentes.

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar em matéria de SST?

[SM]: Para que cada empresa melhore é necessário que faça um bom diagnóstico sobre a cultura de segurança na sua organização e assuma as

medidas adequadas para melhorar os aspetos menos positivos.

Mais uma vez realço a importância da partilha de boas práticas, nomeadamente em fóruns que possam ser patrocinados não só pelo Estado, através da ACT, mas também das outras partes interessadas, sejam associações empresariais, associações sindicais, associações profissionais, Escolas/Universidades, Revistas temáticas, empresas etc. A gestão da segurança baseada na observação e atuação sobre os comportamentos é decisiva, mesmo quando parecem esgotadas as medidas baseadas nas melhorias técnicas / tecnológicas e organizativas.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo das pessoas para a segurança e saúde no trabalho?

[SM]: Numa cultura de segurança positiva e interdependente, a segurança é uma preocupação de todos sobre todos e todos devem contribuir para a sua melhoria. É por isso importante que quem assume papéis de liderança nas organizações, Estado ou empresas, seja uma referência na atuação pelo exemplo, na motivação dos seus colaboradores para o cumprimento das regras de segurança e na observação atenta do ambiente em que o trabalho decorre.

[RSC]: Como considera o desempenho das Escolas/Universidades em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[SM]: De um modo geral penso que ainda há um longo caminho a percorrer. Tirando os cursos específicos de segurança no trabalho, os conteúdos programáticos salvo raras exceções não tocam na segurança no trabalho, quando é um tema que deveria ser de preocupação social como a educação para o meio ambiente, higiene, etc.

Como já foi referido na resposta a uma questão anterior compete ao Estado promover a inclusão das matérias referentes à SST na aprendizagem em todo o percurso escolar e todos os graus de ensino.

[RSC]: Como é que as Escolas/Universidades podem ajudar a melhorar os níveis de segurança e saúde no trabalho?

[SM]: Integrando os temas da segurança e saúde no trabalho nos conteúdos pedagógicos dos cursos;

promovendo fóruns de divulgação e partilha de experiências e promoção de boas práticas; fomentando a inovação, qualidade e eficiência associada aos temas da segurança e saúde no trabalho.

[RSC]: Existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?

[SM]: As empresas têm normalmente os conhecimentos técnicos adequados sobre os aspetos mais relacionados com as atividades inerentes ao normal desenvolvimento do negócio. Normalmente apresentam algum *deficit* nos aspetos relacionados com a gestão das questões comportamentais, para o que recorrem pontualmente a entidades especializadas neste domínio. Por outro lado, as questões da inovação e desenvolvimento associados aos temas da SST também não são preocupação na maior parte das organizações. Compete aqui um papel determinante ao Estado e às Universidades.


[RSC]: Qual as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[SM]: Partilha de informação e convergência de necessidades. É importante que as empresas conheçam o que as faculdades podem fazer e de que forma podem contribuir com as empresas, estabelecendo parcerias visando a promoção da inovação, da eficiência e da qualidade integrando os benefícios da segurança e saúde no trabalho.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[SM]: Preservar a integridade física e saúde dos trabalhadores é um dever da empresa. O exercício das atividades profissionais não pode ser concebido sem que se tomem as medidas adequadas e necessárias para evitar acidentes e doenças profissionais. Os indicadores de segurança e saúde no trabalho são também indicadores de qualidade e de sustentabilidade que testemunham o profissionalismo dos gestores e trabalhadores e a eficácia das políticas e estratégia adotadas. Quando se trata de segurança nada pode dar-se como adquirido; mesmo tendo menos acidentes

e incidentes é sempre necessário estar (ainda mais) atento para as falhas na prevenção, que podem aparecer de onde menos se espera. Todo o acidente pode ser evitado se sistematicamente procurarmos os atos e as condições de trabalho perigosos. Por isso a análise de riscos e preparação de cada intervenção, mesmo a mais pequena, é um ato fundamental para a segurança do trabalho, tal como a aprendizagem adquirida com a análise de todos os acidentes e quase-acidentes.

Há um velho ditado que diz “quanto mais depressa, mais devagar”, e é bem verdade: abreviar na segurança para fazer mais depressa acaba muitas vezes mal. São os custos da não segurança: custos para as pessoas, em primeiro lugar, mas também para a empresa pelas perdas em equipamentos, pelo tempo de não produção, sem esquecer os custos reputacionais. Quere-se com isto dizer que segurança e produtividade não são conceitos antagónicos, antes pelo contrário, são complementares. A ausência de acidentes é com efeito uma garantia da qualidade do trabalho que realizamos. A estratégia para chegar ao objetivo “Zero acidentes” passa por transformar os valores, atitudes e comportamentos de todos os atores da prevenção, ou seja, de toda a linha, de forma a assegurar uma melhoria progressiva e consistente na prevenção dos riscos laborais. Para que isto aconteça impõe-se mudar a cultura; a informação e formação são sem dúvida importantes e necessárias, mas mais do que isso impõe-se fazer evoluir a cultura; ou seja, educar e imprimir qualidade é indispensável, mas só alcançaremos um resultado que seja fruto da convicção de cada um se conseguirmos desenvolvimento intelectual para uma cultura de interdependência, em que todos e cada um somos responsáveis por todos. Quanto ao papel do estado, esta mensagem é igualmente aplicável; a produção de legislação adequada e ajustada é fundamental, mas a convicção para o seu cumprimento e respeito cria-se desde os bancos da escola. O alerta para a importância dos temas da segurança e saúde no trabalho, como formação de cidadania e desenvolvimento intelectual, deve integrar os currículos escolares em todo o percurso da aprendizagem. Porque, como dizemos na EDP, em matéria de acidentes só um Zero satisfaz! 



Engenheiro mecânico pelo IST e Curso Geral de Gestão pela UNL. Ocupou vários cargos de direcção na CIMPOR em Portugal, Egipto, China, India e Cabo Verde. Desde 2016 é Vice-presidente da Intercement das unidades Portugal e Cabo Verde, cargo que acumula com a Presidência do Conselho Executivo da ATIC. Diz-nos que os resultados de Portugal em termos de SST são consequência das financeiras deficitárias das empresas, falta de consciencialização dos responsáveis e falha no sistema de educação. A mudança oriunda do desenvolvimento económico, das tecnológicas e da demografia, modifica a exposição aos riscos profissionais conhecidos e à produção de novos riscos. O Estado deverá focar-se não só em monitorizar a qualidade dos serviços de SST mas também em melhorar a informação das áreas responsáveis das empresas. Nem todas as empresas entenderam a potencialidade da promoção da segurança através do factor humano. Na implementação da cultura de segurança o essencial, para além de regras, procedimentos, etc., é a mudança de mentalidades e atitudes. Há uma falta de informação/formação quer de empresários quer de trabalhadores para os benefícios de uma verdadeira cultura de SST, ou seja, menos custos, menos absentismo, melhor ambiente de trabalho, competitividade e produtividade.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança e saúde no trabalho a nível mundial e europeu?

Luís Alves Fernandes [LAF]: Se atendermos às estatísticas que referem o número de mortes em consequência de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, podemos concluir que a situação a nível mundial é, ainda, muito má apesar da promoção da SST nas últimas décadas. Tem de continuar a haver, por parte da OIT, um trabalho de fundo a nível mundial e também junto dos governos dos vários países, no sentido de garantir o seu empenho na implementação de políticas adequadas, exigindo às empresas o cumprimento das mesmas. Temos que ter consciência que não é um trabalho fácil pois há muitos países em que a principal prioridade é garantir aos seus cidadãos as necessidades básicas, seja de sobrevivência ou de saúde. Este é, talvez, o maior obstáculo ao desenvolvimento da SST a nível mundial. No que diz respeito à segurança, em especial, uma das soluções passa pela implementação de uma política de educação cívica na camada infantil. Só assim se conseguirá criar uma mentalidade diferente, com visão e práticas que, a pouco e pouco, alterarão o comportamento individual e coletivo.

[RSC]: O desempenho de Portugal, segundo Eurostat, é um dos piores da Europa. Qual a sua análise sobre isso?

[LAF]: No que diz respeito a Portugal considero que há essencialmente duas razões para o atual estado:

- primeiro, por razões financeiras das empresas e também de consciencialização dos responsáveis, temos muitas empresas em que não se dá o devido valor ao seguimento da saúde dos colaboradores. O cumprimento da legislação, por vezes deficiente, é o mínimo a considerar. Faltam políticas de prevenção e respetiva análise custo benefício para as empresas;
- segundo, no que diz respeito à segurança, para além de haver uma falha no sistema de educação para se criar, desde a infância, uma consciencialização cívica focada também na segurança, a maioria das empresas olha para a segurança ainda como algo que, para além de ser

um custo, compromete a produtividade. É esta atitude que precisa de uma mudança radical.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[LAF]: Considero que em Portugal se têm feito alguns progressos mas ainda estamos longe, na minha opinião, de se ter atingido um nível aceitável.

As características do trabalho em Portugal continuarão a mudar em resposta ao desenvolvimento económico, às mudanças tecnológicas e às alterações demográficas.

Estas alterações comportam a modificação das condições de exposição aos riscos profissionais conhecidos e, mesmo, à produção de novos riscos, mas também oportunidades para melhorar as condições de segurança e saúde no trabalho.

Neste ambiente de mudança, as empresas portuguesas precisam de se afirmar em termos de competitividade e produtividade. Existem, inegavelmente, investimentos associados à prevenção e à promoção de locais de trabalho seguros e saudáveis, mas os custos associados a nada fazer são maiores. Falta, talvez, como referi antes, uma maior consciencialização dos empresários portugueses, ou pelo menos de uma parte deles, para uma análise correta da relação custo benefício do investimento na segurança e saúde no trabalho. Este é um dos grandes desafios das empresas portuguesas.

[RSC]: De que forma se pode aumentar o interesse da sociedade sobre esta matéria?

[LAF]: O interesse da sociedade para esta temática passa pelas seguintes ações:

A nível da sociedade em geral:

- Implementação da cultura de segurança desde a infância; vai fomentar a prevenção;
- Mais campanhas de informação através dos media e junto das empresas;

A nível das empresas:

- A consulta e a participação ativa dos trabalhadores no processo de melhoria da organização do trabalho;
- A adoção de medidas destinadas a melhorar o bem-estar no trabalho, tendente à adaptação do

trabalho ao homem e à sua compatibilização com a vida familiar;

- A saúde física e mental dos trabalhadores;
- A vigilância da saúde.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[LAF]: Nesta matéria, existe um esforço por parte do Estado, através da criação de iniciativas como o “Programa Nacional de Saúde Ocupacional: 2.º Ciclo – 2013/2017” (PNSOC publicado na Norma n.º 026/2013 da Direção-Geral da Saúde (DGS), mas a sua implementação tem sido feita num contexto de crise global com forte impacto a nível económico e na sociedade em geral, nem sempre positivo para levar a cabo algumas das ações estabelecidas no Programa. Para além das adversidades acima descritas, também existem poucos recursos humanos para potenciar uma atividade fiscalizadora e conhecedora das diferentes indústrias existentes em Portugal no sentido de fechar o ciclo, no que respeita ao cumprimento de legislação nesta matéria, de uma forma justa e enriquecedora para aqueles que cumprem.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspetiva de melhorar a segurança e saúde no trabalho?

[LAF]: O Estado deverá focar-se não só em monitorizar a qualidade dos serviços de SST mas também em melhorar a informação das áreas responsáveis das empresas. Reconhece-se que em contexto de crise económica, o apelo empresarial para o estabelecimento de fórmulas de regulação flexível, que tentam potenciar a produtividade e a competitividade das empresas em prejuízo

do tempo, atividade e organização do trabalho e dos Serviços de SST tem, inevitavelmente, amplas repercussões negativas na saúde e bem-estar dos trabalhadores, não só pelas exigências de ritmo, carga de trabalho, carga horária e/ou de aumento

“Se atendermos às estatísticas que referem o número de mortes em consequência de acidentes e doenças relacionadas com o trabalho, podemos concluir que a situação a nível mundial é, ainda, muito má apesar da promoção da SST nas últimas décadas. Tem de continuar a haver, por parte da OIT, um trabalho de fundo a nível mundial e também junto dos governos dos vários países, no sentido de garantir o seu empenho na implementação de políticas adequadas, exigindo às empresas o cumprimento das mesmas.”

do número e/ou complexidade das atividades de trabalho que estão subjacentes, mas também dado o reduzido tempo que os trabalhadores dispõem para descansar, dedicarem-se à respetiva vida familiar ou a outras atividades. A prevenção de riscos profissionais e a promoção de condições mais seguras e saudáveis nos locais de trabalho são essenciais para melhorar a qualidade do emprego, o bem-estar no local de trabalho, a competitividade das empresas, designadamente através da redução do absentismo relacionado com os acidentes de trabalho e as doenças profissionais. Manter os trabalhadores saudáveis tem um impacto positivo direto e quantificável na produtividade e na saúde do trabalhador, contribuindo para melhorar a sustentabilidade dos sistemas de segurança social. É aqui que há trabalho a fazer, pelo Estado, sem necessidade de investimento.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança e saúde no trabalho, qual a visão dos empresários portugueses?

[LAF]: No tecido empresarial português atual, temos empresários que levam a sério o tema da SST e que fazem os investimentos necessários, e temos empresários que, ou por desconhecimento ou por decisão própria, secundarizam completamente o tema. Tal cria situações de concorrência desleal mas, o que é mais importante, não conduz a uma redução da sinistralidade laboral e suas consequências para a sociedade em geral. Por isso, na minha opinião, os serviços de inspeção do trabalho, que devem ser fortes e eficientes, deverão fiscalizar a regulamentação sobre SST e garantir a sua aplicação. A sua atuação inspetiva deverá ser rápida e eficaz sempre que houver infrações às regras e normas de SST.

Os investimentos nos ambientes de trabalho são não só um fator de motivação mas também um fator de atração de talentos. Tal é fundamental para garantir uma boa competitividade da Empresa.

“Considero que em Portugal se têm feito alguns progressos mas ainda estamos longe, na minha opinião, de se ter atingido um nível aceitável. As características do trabalho em Portugal continuarão a mudar em resposta ao desenvolvimento económico, às mudanças tecnológicas e às alterações demográficas.”

[RSC]: Segundo o inquérito europeu às empresas sobre novos riscos emergentes realizado pela EU-OSHA (2010), Portugal ocupa o 1.º lugar dos países EU-27 ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência ou

ameaça no trabalho e 26.º lugar ao nível da % de procedimentos implementados. Como é que explica estes resultados? Acha que em 2017 os resultados seriam diferentes?

[LAF]: Relativamente ao inquérito europeu às empresas sobre novos riscos emergentes realizado pela EU-OSHA (2010), e aos resultados obtidos por Portugal (o 1.º lugar dos países EU-27 ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência ou ameaça no trabalho e 26.º lugar ao nível da % de procedimentos implementados), penso que tal se deve às campanhas que têm sido desenvolvidas e ao fato de haver camadas mais jovens, com grau de literacia mais elevado. A consciencialização destas camadas é diferente fruto de abordagens na área académica. Acredito que os resultados de 2017 serão idênticos.

[RSC]: Qual a importância da segurança e saúde no trabalho no bem-estar laboral?

[LAF]: Acerca da importância da SST no bem-estar laboral, recordo-me de um comentário de um colaborador egípcio (quando estive como responsável da operação no Egito) quando se iniciaram ações de implementação de uma cultura de segurança, disse “se a minha empresa está preocupada com a segurança dos seus colaboradores é porque se preocupa comigo”. Isto diz muito acerca do retorno do investimento num bom ambiente de trabalho o que se consegue, para além de outros aspetos, através da SST.

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança e saúde no trabalho?

[LAF]: Infelizmente nem todos os trabalhadores, nem empresário, têm consciência da segurança e saúde no trabalho. Ainda há muita falta de informação e formação. Na minha opinião as estruturas sindicais deverão

trabalhar, em conjunto com as empresas, no desenvolvimento deste conhecimento/preocupação. Há uma clara diferença nas camadas mais jovens, mas a mudança de mentalidade ainda não está conseguida. Vai levar anos mas só

através de ações que já referi se pode conseguir.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, fator humano. Parece-nos que a promoção através do fator humano é a solução economicamente mais vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso?

[LAF]: Para que qualquer sistema de segurança tenha efetivamente sucesso deve começar por ser uma prioridade dos responsáveis máximos da empresa. A liderança e o exemplo destes é fundamental para se obterem resultados. Complementarmente deverão ser usadas ferramentas que ajudem à implementação do sistema. Nem todas as empresas ainda o entenderam e pensam que a criação de um departamento de segurança, apenas, é a solução para a implementação. Na implementação da cultura de segurança o essencial, para além de regras, procedimentos, etc., é a mudança de mentalidades e atitudes. Tal só se consegue se toda a cadeia de liderança da empresa for o “motor” da mudança de mentalidades, através da sua atitude, do seu exemplo, da sua persistência e, em fase mais avançada, da sua intransigência na quebra de regras e/ou procedimentos.

[RSC]: Como considera o desempenho das escolas/universidades em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[LAF]: Não tenho conhecimento detalhado acerca do tema, ou seja, como é feita a abordagem nas escolas/universidades. No entanto, na sequência do que já referi, ou seja, falta começar a educar as camadas infantis para se criar desde cedo a cultura de segurança, esta lacuna manter-se-á quando se

trata de Universidade.

Como disse atrás desconheço em detalhe como é que o tema SST é abordado nas Universidades mas claramente poderá haver uma maior aproximação às empresas para, através de casos de estudo, se aprofundar o conhecimento prático do tema e apontar caminhos para as que ainda estão numa fase muito embrionária. Com certeza que esta colaboração e a divulgação de exemplos e resultados farão aumentar os níveis de SST.

[RSC]: Existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnico-científico?

[LAF]: Na minha opinião não há falta de conhecimento científico para levar por diante uma verdadeira implementação da cultura de SST. O que há, em geral, é, por um lado, falta de

“Estas alterações comportam a modificação das condições de exposição aos riscos profissionais conhecidos e, mesmo, à produção de novos riscos, mas também oportunidades para melhorar as condições de segurança e saúde no trabalho.”

educação de segurança das pessoas (veja-se por exemplo no caso de uma passadeira de peões cujo semáforo está vermelho e não há trânsito, em Portugal praticamente toda a gente passa indiferente ao risco associado, nos países do norte da Europa, respeitam o sinal vermelho), por outro,

Nota: Na CIMPOR foi dada especial ênfase e prioridade à segurança a partir de 2001. A partir de 2012 a experiência com a nova filosofia da Intercement tem sido muito desafiadora e exigente. Desafiadora porque com o passado que já temos estamos a tentar alcançar o nosso grande objetivo que é “zero acidentes”, porque para alcançarmos esse objetivo o principal foco tem de ser na mudança da atitude das pessoas e a interiorização do valor segurança na vida de cada um. É exigente porque requer de cada um de nós uma constante preocupação, tentando aplicar a máxima “eu cuido de mim, cuido do outro e deixo que cuidem de mim”. Progressivamente estamos a melhorar porque este é um desígnio de toda a organização, começando pela liderança de topo.


falta de informação/formação quer de empresários quer de trabalhadores para os benefícios de uma verdadeira cultura de SST, ou seja, menos custos, menos absentismo, melhor ambiente de trabalho, competitividade, produtividade, etc.

[RSC]: Quais as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

[LAF]: Como já referi atrás deverá ser incrementada a colaboração entre Universidades e Empresas, utilizando aquelas as Empresas para estudos de situações de sucesso e de fracasso no sentido de se tirarem conclusões e definirem caminhos a seguir. Passa também por estágios específicos a conceder pelas empresas.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem

aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[LAF]: A minha mensagem é que uma verdadeira política de SST compensa, pois ganha o país, ganham as empresas e ganham os colaboradores, no entanto, decididamente compensa porque salvaguarda o que é mais importante para o ser humano, a vida. 



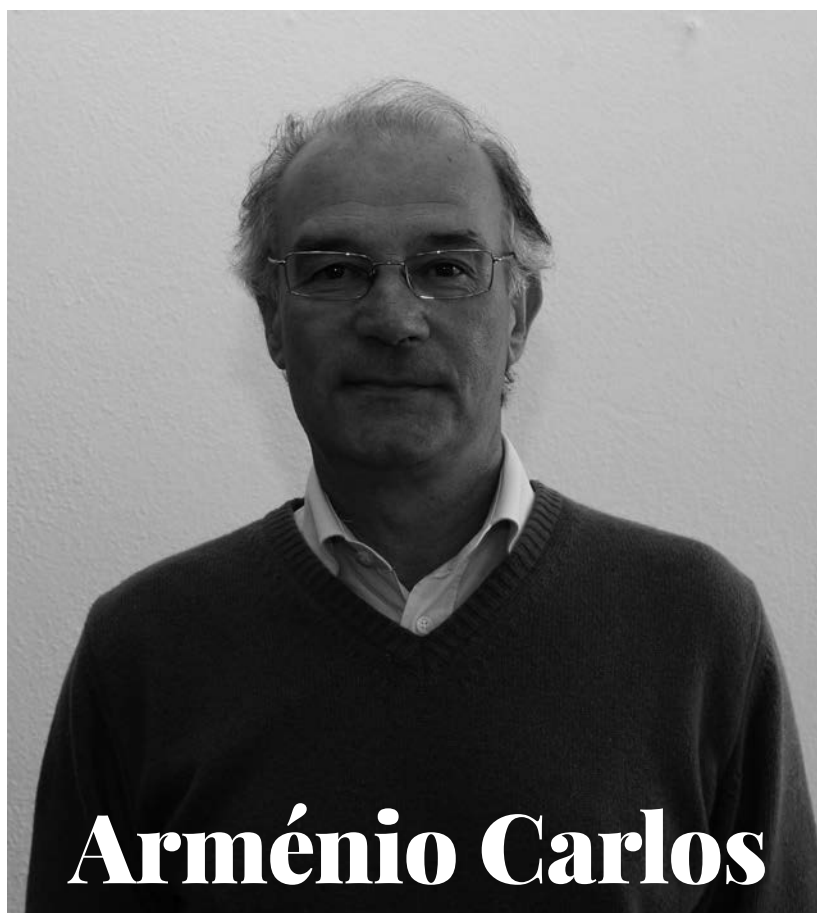
Healthy Workplaces for All Ages

CERTIFICATE OF PARTICIPATION

This certificate acknowledges the participation of

Segurança Comportamental

in the Healthy Workplaces Campaign 2016 - 17



Arménio Carlos, Secretário-Geral CGTP-IN. Com curriculum sindical desde o início dos anos 80, é membro efetivo do Conselho Económico e Social e da Comissão Permanente de Concertação Social desde fevereiro de 2008. Diz à *Revista Segurança Comportamental* que o maior obstáculo global, em SST, é a sobreposição dos interesses económicos e financeiros aos direitos dos trabalhadores. Regra geral, a cultura de segurança em Portugal é baixa. A estratégia nacional de SST 2014-2020 está num limbo. A visão dos empresários portugueses, regra geral, é muito errática. A CGTP-IN vai intensificar, nos próximos tempos, o trabalho com os representantes para a SST eleitos no país. A prevenção resulta de um equilíbrio entre equipamento de trabalho, regras e procedimentos adequados e fator humano. As áreas das quais há *deficit* de conhecimento são sobre doenças profissionais, radiações electromagnéticas, riscos psicossociais e cultura.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Qual é a sua opinião sobre o estado da segurança e saúde no trabalho a nível mundial e europeu?

Arménio Carlos [AC]: Os problemas, desafios e obstáculos que caracterizam o estado da SST a nível mundial e europeu não se distinguem, em termos gerais, do que se passa a nível nacional. As causas dos grandes males que afectam a segurança e saúde dos trabalhadores fazem-se sentir em toda a parte, uma vez que estão intimamente ligadas, em termos gerais, a uma crescente desregulação da legislação laboral, com consequências na degradação da qualidade do emprego e na intensificação dos ritmos de trabalho, decorrentes da sobreposição dos interesses económicos a direitos fundamentais dos trabalhadores.

A cadência, ritmo e velocidade da actividade impostos aos trabalhadores têm, em muitos casos, desumanizado as relações de trabalho, produzido um sem número de riscos profissionais emergentes, ligados, nomeadamente, a movimentos repetitivos e posturas estáticas. A intensificação dos ritmos de trabalho e a violação de períodos de descanso, como pausas, paragens e refeições, faz com o surto de problemas músculo-esqueléticos seja hoje uma verdadeira epidemia dos tempos modernos.

Se a estes factores adicionarmos a precariedade laboral, os baixos salários e a relação que têm com a angústia e insegurança que provoca aos trabalhadores, o assédio e a pressão psicológica que lhe está associada, os horários desregulados e a desarticulação com a vida pessoal e familiar e a descaracterização dos enquadramentos funcionais, então ficam mais claras as razões da profusão de situações de doença psicossocial, na qual podemos enquadrar o stress laboral, a depressão crónica ou o esgotamento nervoso.

A atenção dada à SST tem de ser entendida como um investimento em que todos saem beneficiados e não como um custo onde, a pretexto de não se beliscar os lucros de uns, acaba-se por pôr em causa a saúde e a vida dum parte significativa dos trabalhadores por conta de outrem.

[RSC]: Considera que há diferenças entre países?

[AC]: Sim, considerando os diversos níveis de desenvolvimento. Não podemos comparar a Europa com a África, como não podemos, em

certos aspectos, comparar Portugal com outros países desenvolvidos.

Contudo, encontramos países que se encontram numa tendência oposta. Uns ainda estão a evoluir, outros a retroceder, mas, mesmo os que evoluem encontrarão, mais tarde ou mais cedo, os problemas com que se debatem os países mais desenvolvidos e que estão profundamente ligados ao modelo económico praticado.

[RSC]: Quais os maiores obstáculos e soluções a nível global?

[AC]: Estão relacionados com a sobreposição dos interesses económicos e financeiros aos direitos dos trabalhadores, dos povos e dos países. O Acordo estabelecido entre a UE e o Canadá (CETA) é mais um exemplo da subalternização do poder político face ao poder económico.

Com sucessivos ataques ao direito de trabalho, hoje a distribuição da riqueza é menor para o trabalho e maior para o capital. Esta situação é acompanhada, nomeadamente, de fortes condicionamentos à liberdade sindical, à organização dos trabalhadores nos locais de trabalho e à negociação e dinamização da contratação colectiva. O direito ao trabalho e ao trabalho com direitos, assim como o respeito pelos direitos humanos no trabalho, são os primeiros a ser atingidos, com consequências negativas para a saúde dos trabalhadores.

A “austeridade” e a pressão sobre os direitos dos trabalhadores que se sente um pouco por toda a parte, faz com que não se dê a devida importância aos sistemas de promoção de políticas públicas de prevenção de SST, aos serviços de inspecção e até aos de reparação.

Por isso defendemos que este é o tempo de valorizar o trabalho e os trabalhadores, investir no pleno emprego, promover uma justa distribuição da riqueza, investir em políticas públicas que assegurem a coesão social e apostar na melhoria das condições de vida e de segurança e saúde no trabalho, indissociáveis do bem-estar dos trabalhadores, das suas famílias e do desenvolvimento da sociedade.

[RSC]: Na sua opinião, quais os desafios que se apresentam a nível global nesta matéria?

[AC]: Assegurar que as novas tecnologias, nomeadamente a digitalização, seja usada para

responder às necessidades dos trabalhadores, dos povos e do desenvolvimento dos países e não como mais um elemento para gerar acumulação de lucros das multinacionais à custa de direitos fundamentais. É preciso impedir que a “uberização” abra caminho à substituição do direito do trabalho pelo direito comercial. Os trabalhadores não são mercadoria. São pessoas que precisam de ser respeitadas e valorizadas. Este é o tempo de apostar na formação para requalificar os trabalhadores, articular a “digitalização” com a rentabilização dos meios humanos face à redução demográfica que vai ter lugar na Europa, reduzir os horários de trabalho para manter e criar emprego, investir na protecção dos trabalhadores que vão trabalhar nesta área.

[RSC]: A realidade que descreve a nível global é idêntica em Portugal ou considera que é diferente?

[AC]: Em Portugal, durante um período houve uma evolução significativa ao nível da redução do número de acidentes de trabalho. Mas não aconteceu o mesmo nas doenças profissionais, nas lesões músculo-esqueléticas e nos riscos psicossociais. E uma das razões foi a incapacidade de os sucessivos governos promoverem as políticas públicas que seriam desejáveis.

Esta situação foi agravada depois da entrada da Troika. A SST, para além de ser considerada por várias entidades como mais um custo do trabalho, assistiu-se a um enfraquecimento significativo do papel das inspecções, tais como a ACT, num quadro em que a intervenção desta era mais necessária face à degradação das condições de trabalho.

[RSC]: Como descreve a cultura de segurança em Portugal?

[AC]: Apesar das medidas tomadas, regra geral, a cultura de segurança em Portugal é baixa. Nas pequenas empresas o cumprimento das regras de SST de uma maneira geral é muito formal e superficial. Mesmo nas grandes empresas, por vezes, encontramos esse comportamento.

Há situações em que se obriga os trabalhadores a usar EPI's (equipamentos de protecção individual), quando depois não se investe nos equipamentos colectivos. Cria-se, por vezes, a ideia de que a segurança é apenas um problema do trabalhador e não da organização como um todo.

“Os problemas, desafios e obstáculos que caracterizam o estado da SST a nível mundial e europeu não se distinguem, em termos gerais, do que se passa a nível nacional.”

[RSC]: De que forma se pode aumentar o interesse da sociedade sobre esta matéria?

[AC]: Apostando na sensibilização da população. A SST tem uma relação directa com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Não podemos esquecer que atrás de cada trabalhador há uma família. Logo, todos, inclusive as empresas, podem ser beneficiadas ou prejudicadas com aquilo que se passa nesta área. É inadmissível que há mais de 4 anos a ACT não financie regularmente, projectos de formação para representantes dos trabalhadores para a SST.

O mesmo se passa na formação de técnicos e na investigação. Estas actividades a par de uma linha de trabalho pedagógico nas escolas, junto das crianças e dos jovens, é susceptível de alargar o envolvimento da sociedade nesta questão que a todos diz respeito.

[RSC]: Como considera o desempenho do Estado em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[AC]: As coisas não têm evoluído no sentido que se deseja e exige. O discurso não coincide com a prática. A ACT está semi paralisada. Para além da falta de meios, há uma incapacidade política de intervenção nos locais de trabalho. A ACT faz muito menos visitas inspectivas aos locais de trabalho e promove menos cursos, seminários, estudos, manuais, do que fazia há 10 anos. A ausência de resposta aos problemas acaba por incentivar os

infractores.

Por outro lado, a estratégia nacional de SST 2014-2020, está num limbo, cuja avaliação intermédia é desconhecida.

[RSC]: Quais as medidas que o Estado poderá implementar numa perspectiva de melhorar a segurança e saúde no trabalho?

[AC]: Desde logo a estratégia Nacional de SST, trabalhada com os parceiros sociais e que preconiza algumas das mais importantes medidas: reforço da promoção da prevenção; reforço da inspecção; apoio a boas práticas, formação, estudos e investigação;

“A SST tem uma relação directa com o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas. Não podemos esquecer que atrás de cada trabalhador há uma família. Logo, todos, inclusive as empresas, podem ser beneficiadas ou prejudicadas com aquilo que se passa nesta área.”

implementação e programas escolares sobre a temática, sem esquecer o reforço da ACT.

[RSC]: O desempenho de Portugal, segundo Eurostat, é um dos piores da Europa. Qual a sua análise sobre isso?

[AC]: Estamos perante um libelo acusatório que justifica e exige uma outra atenção do Governo e das empresas ao problema. A SST tem de deixar de ser o parente pobre no interior das empresas.

[RSC]: Numa perspectiva abrangente de segurança e saúde no trabalho, qual a visão dos empresários portugueses?

[AC]: É muito errática. E a prova disso está no elevado desemprego dos técnicos de SST, dos ergonomistas, dos psicólogos do trabalho... Ou seja, não é uma área na qual apostem de forma convicta e efectiva. É uma segunda escolha, ou uma escolha

esquecida, em muitos casos.

[RSC]: Segundo o inquérito europeu às empresas sobre novos riscos emergentes realizado pela EU-OSHA (2010), Portugal ocupa o 1.º lugar dos países EU-27 ao nível da preocupação com as questões do stress no trabalho e violência ou ameaça no trabalho e 26.º lugar ao nível da % de procedimentos implementados. Como é que explica estes resultados? Acha que em 2017 os resultados seriam diferentes?

[AC]: Aqui está um exemplo concreto entre o que se diz e o que não se faz.

[RSC]: Qual a importância da segurança e saúde no trabalho no bem-estar laboral?

[AC]: É fundamental para a saúde e segurança dos trabalhadores porque a forma como se trabalha nos diz muito da sociedade em que vivemos e do seu sistema de valores e princípios. Fundamental porque um trabalhador saudável e motivado produz mais, é mais válido para a sociedade como um todo. Fundamental porque com trabalhadores mais capazes, temos empresas mais

competitivas e sustentáveis. O trabalho tem de ser humanamente sustentável. O trabalho não pode implicar mais efeitos nocivos do que aqueles que resultariam do desgaste normal da idade e da actividade física e intelectual. Ao contrário, estaremos a utilizar o trabalho como mera fonte de concentração de lucros à custa da vida das pessoas e isso é inaceitável numa sociedade que se quer livre, justa e solidária

[RSC]: Acha que os trabalhadores têm consciência sobre a importância da segurança e saúde no trabalho? Porquê?

[AC]: Os trabalhadores têm a consciência a que são obrigados. Mas, em geral, têm mais do que os seus empregadores, até porque, a principal vítima dos sinistros laborais, são os próprios. Mas há muito trabalho a fazer nesta área.

A CGTP-IN com mais de 85% dos representantes

para a SST eleitos no país tem feito um esforço. Este é um trabalho que vamos intensificar nos próximos tempos. Até porque um trabalhador protegido está mais defendido.

[RSC]: Qualquer sistema de segurança pode ser promovido através das seguintes variáveis: tecnologia, regras e procedimentos, e, factor humano. Parece-nos que a promoção através do factor humano é a solução economicamente mais vantajosa. Acha que as empresas já perceberam isso? Acha que sabem como fazer?

[AC]: Algumas empresas já perceberam que o factor humano é o mais importante factor na promoção da SST. Mas não chega. De nada vale o factor humano por si só, se os instrumentos de trabalho não forem os adequados ou se as regras e procedimentos que indicam como se fazem as coisas não existirem.

A prevenção resulta de um equilíbrio entre equipamento de trabalho adequado; regras e procedimentos adequados para o utilizar; factor humano, ou seja, trabalhador que participou no sistema, na sua implementação e conhece o equipamento, as regras e os procedimentos. Caso contrário, acontece como em algumas empresas que pensam que basta ensinar “cultura de segurança” e resolve-se o problema. Mas não. Por muita cultura de segurança que se ensine, sem o ambiente material adequado, de pouco serve. No fundo, valorizar excessivamente o factor humano é colocar o ónus no indivíduo, quando estamos a falar, sobretudo, de problemas mais vastos, que têm a ver com as organizações, a forma como são geridas, a forma como trabalham, etc.

[RSC]: Na sua opinião quais as ameaças e as oportunidades para a segurança e saúde no trabalho, em Portugal?

[AC]: As ameaças decorrem da precariedade, da ausência de condições de trabalho adequadas, da intensificação dos ritmos de trabalho impostos pela entidade patronal e da concepção de que a SST constitui um custo e não um investimento. A oportunidade passa pela alteração das políticas para esta área, o envolvimento dos trabalhadores no compromisso de promover a eleição de mais representantes para a SST e a sensibilização da sociedade.

“Algumas empresas já perceberam que o factor humano é o mais importante factor na promoção da SST. Mas não chega. De nada vale o factor humano por si só, se os instrumentos de trabalho não forem os adequados ou se as regras e procedimentos que indicam como se fazem as coisas não existirem.”

[RSC]: Como é que o desempenho das empresas pode melhorar em matéria de SST?

[AC]: Melhorando as condições de trabalho. Ouvindo, consultando e informando mais os trabalhadores sobre os sistemas de SST que implementam. Formar os trabalhadores, considerando as suas tarefas e funções concretas. Recorrer a profissionais qualificados, a equipas multidisciplinares, mudando a forma de trabalhar, apostando na qualidade. Só com uma visão diferente do trabalho e do trabalhador é possível atingir outros patamares em matéria de SST.

Há empresas que consideram que não vale a pena apostar na prevenção porque, provavelmente, acham que os danos que sofrem não são muito elevados. Há que fazer repercutir esses danos sobre as organizações que incumprem. Não é admissível que um trabalhador perca a vida ou fique estropeado porque a entidade patronal não

cumpra a sua parte.

[RSC]: Na sua opinião qual é o papel/contributo das pessoas para a segurança e saúde no trabalho?

[AC]: É decisivo. Mas para isso, é preciso investir na sua formação, informação, consulta, envolvimento e motivação. Estes são factores fundamentais para a obtenção de locais de trabalho mais saudáveis e seguros. Tentar fazê-lo à margem, ou contra os trabalhadores, é um erro.

[RSC]: Como considera o desempenho das escolas/universidades em matéria de segurança e saúde no trabalho?

[AC]: O desempenho das escolas e universidades nesta matéria é pontual. Temos o exemplo da

“É preciso investir na (...) formação, informação, consulta, envolvimento e motivação. Estes são factores fundamentais para a obtenção de locais de trabalho mais saudáveis e seguros. Tentar fazê-lo à margem, ou contra os trabalhadores, é um erro.”

Universidade do Minho ou da Universidade do Porto, com boas práticas nesta área, por opção e não porque tal resulte de um plano mais vasto.

Nas escolas, com honrosas excepções, acontece o mesmo. O que se faz resulta de acções pontuais de algum professor ou direcções sensíveis e motivadas para isso. Continuamos a ter um défice de formação dos professores e de falta de meios.

Também aqui é preciso pôr em prática o Acordo celebrado pela CGTP-IN com os outros parceiros, na CPCS, sobre esta matéria, no início do século.

[RSC]: Como é que as escolas/universidades podem ajudar a melhorar os níveis de segurança e saúde no trabalho?

[AC]: Através de uma abordagem mais ampla

da importância do papel do trabalho e dos trabalhadores na sociedade.

[RSC]: Existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnicos e em termos técnico-científico?

[AC]: A área das doenças profissionais é uma delas. Há pouca investigação e a que existe é sobre a reparação, mais numa perspectiva médica ou jurídica. Falta o aprofundamento da reflexão, a identificação e reconhecimento de novas doenças profissionais e a visão preventiva. Entretanto continuam a morrer, diariamente, 4 a 5 trabalhadores, vítimas de doença profissional ou relacionada com o trabalho.

Também nos riscos psicossociais, é preciso melhorar bastante, dado que os técnicos de SST ou os médicos do trabalho nem sempre estão preparados como deviam.

A área pedagógica, comunicacional e cognitiva ligada às questões da segurança é outra a que preciso de uma atenção particular. Ou seja, como levar as pessoas, patrões e trabalhadores a cumprir e a assumirem uma cultura preventiva.


Por fim a área das radiações electromagnéticas, provocadas pelos aparelhos sem fios, é outra das que precisamos de conhecer melhor.

[RSC]: Qual as soluções para que as faculdades e as empresas trabalhem lado a lado?

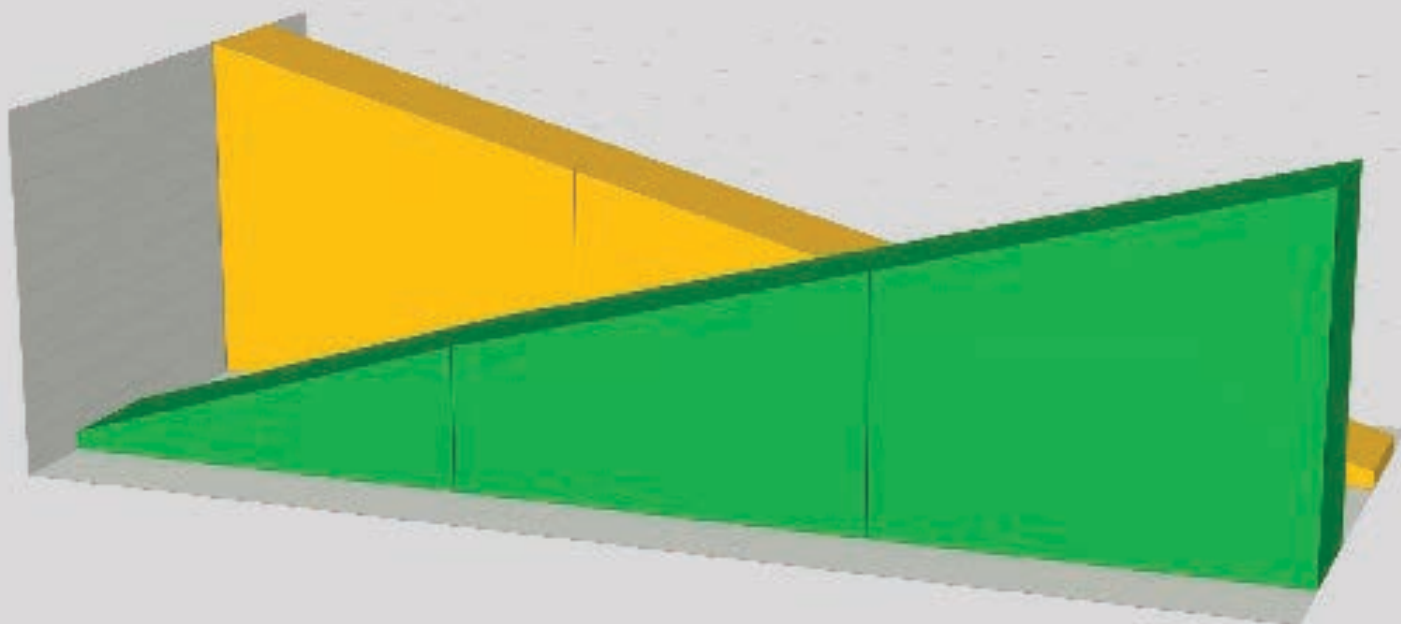
[AC]: A primeira passa pelo reconhecimento da importância deste tema para a vida das pessoas, das empresas e da sociedade. Depois é preciso trocar experiências e definir compromissos susceptíveis de responder a um problema que a todos diz respeito.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[AC]: Como disse um dia Nelson Mandela: “tudo parece impossível até ser feito!”

Saibamos, pois, tornar possível aquilo que alguns teimam em considerar impossível. 

CULTURA DE SEGURANÇA



■ GANHOS; Eficácia; Eficiência; Qualidade; Conformidade; Competitividade; Mais produção; Ética; Motivação; Confiança; Credibilidade; Melhoria no desempenho financeiro.

■ PERDAS; Acidentes; Doenças; Incidentes; Coimas; Reclamações; Devoluções; Desperdícios; Reparações; Impactes ambientais negativos; Desmotivação.

Peça o seu Diagnóstico!

geral@pro-ativo.com

ProAtivo,
Instituto Português

CAPÍTULO VI

Segurança de Informação

ESTADO

Pedro Veiga

Gabinete Nacional de
Segurança / Centro
Nacional de Cibersegurança
(GNS/CNCS)

ESTADO

Filipa Calvão

Comissão Nacional
de Proteção de
Dados (CNPD)



João Milhano
RESPONSÁVEL TEMÁTICO

Vogal do Conselho Editorial da *Revista Segurança Comportamental*
em representação da PSP - Polícia de Segurança Pública

“As redes e os sistemas de informação e, sobretudo, a *internet* desempenham um papel crucial para facilitar a circulação transfronteiriça de mercadorias, de serviços e de pessoas. Devido a essa natureza transnacional, as perturbações significativas desses sistemas, intencionais ou não, e independentemente do local onde ocorram, podem afetar os Estados-Membros, individualmente considerados, e a União no seu conjunto. Por consequência, a segurança das redes e dos sistemas de informação é essencial para o bom funcionamento do mercado interno” (1). “A proteção eficaz dos dados pessoais na União exige o reforço e a especificação dos direitos dos titulares dos dados e as obrigações dos responsáveis pelo tratamento e pela definição do tratamento dos dados pessoais, bem como poderes equivalentes para controlar e assegurar a conformidade das regras de proteção dos dados pessoais e sanções equivalentes para as infrações nos Estados-Membros” (2).

As entrevistas que aqui se publicam não podiam ser mais oportunas e esclarecedoras. Oportunas na medida em que ambos os instrumentos jurídicos da união Europeia acima referidos, passam, a partir do próximo mês de maio de 2018 a ser aplicáveis e a orientar toda a legislação nacional nesta matéria. Esclarecedoras não só pela forma, por terem sido concedidas pelos respetivos dirigentes máximos dos dois organismos com responsabilidades diretas em matéria de segurança da informação e da proteção de dados pessoais, mas fundamentalmente pela profundidade e alcance de cada entrevista. Por imperativos editoriais e embora correndo o risco de deixar de fora outros aspetos tão ou mais relevantes, destacam-se os seguintes:

Pedro Veiga, Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança, refere a pouca cultura de segurança digital existente e considera o fator humano, a educação, a sensibilização e a prevenção como fatores cruciais. Refere não haver soluções mágicas para os desafios da cibersegurança, mas defende o fortalecimento de cada elo da cadeia como forma de globalmente o mundo se tornar mais ciberseguro. Destaque também para a necessidade de gestores de topo olharem não só para as inúmeras oportunidades proporcionadas pela transformação digital mas também para o investimento em meios materiais e humanos dedicados à cibersegurança. Termina com a mensagem de apelo à necessidade da confiança em geral mas sem deixar de estudar e investir na sociedade digital, com atenção à cibersegurança ao nível de comportamentos e ações.

Por sua vez, Filipa Calvão, Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, refere que a segurança, em regra, continua a ser encarada como uma espécie de “parente pobre” a quem não se dedica muita atenção nem investimento. A segurança dos dados pessoais ainda não é vista como uma prioridade. Destaca também que ainda no domínio físico há vulnerabilidades que com a adoção de simples medidas procedimentais adequadas e sem grandes investimentos ajudariam a aumentar o nível de segurança da informação dentro da organização. Recorda-nos ainda que relativamente à aplicação da Diretiva PNR, a CNPD já havia manifestado posição crítica quanto à opção do Estado português. Ainda relativamente a esta última Diretiva, verifica-se uma discriminação positiva dos passageiros do transporte aéreo privado face aos passageiros dos voos comerciais. Destaque também para a necessidade de todos os intervenientes no tratamento de dados estarem sensibilizados das suas


“As redes e os sistemas de informação e, sobretudo, a *internet* desempenham um papel crucial para facilitar a circulação transfronteiriça de mercadorias, de serviços e de pessoas. Devido a essa natureza transnacional, as perturbações significativas desses sistemas, intencionais ou não, e independentemente do local onde ocorram, podem afetar os Estados-Membros, individualmente considerados, e a União no seu conjunto.”

obrigações para que a segurança seja garantida. Já no que respeita a sanções a aplicar, por violação do Regulamento geral de proteção dados, defende a igualdade de tratamento a entidades públicas e privadas como tem sido seguido em matéria sancionatória em Portugal. Finalmente, sugere a adoção de mecanismos e soluções técnicas como a adoção da *privacy by design*, como formas de minimizar o risco.

Efetivamente e de forma muito sintética, parece-nos poder concluir que o fator humano continua a ser considerado como crucial pese embora a cada vez maior introdução nos processos, de mecanismos tendentes a evitar

o risco associado quer ao erro humano quer a intenções hostis. Das entrevistas resulta inequívoco o défice de cultura de segurança quer dos próprios titulares dos dados, passando pelos utilizadores das IT, até aos responsáveis de empresas e organismos.

Também nesta vertente foi identificada a necessidade de alterar o paradigma da formação profissional, isto é, a formação profissional tradicionalmente mais apostada na formação inicial, vai passar a ter em conta a necessidade de se adaptar e passar a ser vista não apenas como custo mas antes e mais como um investimento contínuo.

A criação e o desenvolvimento de novos comportamentos que de forma integrada ajudem a minimizar riscos, manifesta-se não como algo exterior e artificial à omnipresente e cada vez mais acelerada mudança, mas antes como algo intrínseco e indissociável. 

¹ Preâmbulo da Diretiva (UE) 2016/1148 Do Parlamento Europeu e do Conselho -relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União).

² Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu E Do Conselho de 27 de abril de 2016 relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).



Coordenador do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), professor no Departamento de Informática da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa (FCCN), e ex-líder da extinta Fundação para a Computação Científica Nacional (FCCN), diz à *Revista Segurança Comportamental* que a cibersegurança ainda é tratada de modo deficiente, a nível mundial, pela pouca cultura de segurança digital que existe. Portugal está alinhado com os outros indicadores europeus na área digital. Há que investir mais ao nível de cultura de segurança, desde o gestor de topo até aos utilizadores. O factor humano é crucial. Uma empresa que olha seriamente para a cibersegurança tem uma vantagem competitiva em relação a outras, quer na capacidade de ser resiliente no mundo digital, mas também tem vantagens económicas. O tema da segurança digital deve ser introduzido e tratado com profundidade nas unidades curriculares. Há também que trazer mais pessoas para esta área, em especial mais mulheres para a cibersegurança. E há áreas emergentes, como a *Internet das Coisas*, a tecnologia das *blockchain* ou da *big data*, que necessitam de muita I&D.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Como caracteriza o atual estado da segurança das redes e da informação a nível mundial e europeu?

Pedro Veiga [PV]: A cibersegurança ainda é tratada de modo deficiente, a nível mundial, pela pouca cultura de segurança digital que existe. Isto é motivado pela rapidez da transformação digital e pela escassez de meios humanos com competências na área.

Mas considero que a Europa está mais avançada que a média do Mundo a nível de preparação para a cibersegurança, se bem que ainda haja um longo caminho a percorrer.

[RSC]: Em que medida a concretização da estratégia europeia nesta matéria vai influenciar a comunidade internacional?

[PV]: A nível europeu vai ter um impacto direto e, esperamos, que contribua para que as regiões e países menos preparados se apercebam da extrema importância da cibersegurança.

[RSC]: Que outros desafios se apresentam a nível global?

[PV]: O combate ao ciber-crime e a adoção de uma muito maior colaboração nesta área. A adoção e aplicação da legislação já existente, por todos os países, pode ser uma ajuda decisiva.

[RSC]: Qual o estado da realidade portuguesa face ao almejado elevado nível comum de segurança das redes e dos sistemas de informação da EU?

[PV]: Nesta área estamos alinhados com os outros indicadores europeus na área digital. Temos um caminho a percorrer, mas já existem áreas onde estamos bem.

[RSC]: Qual o estado da cultura de segurança nesta matéria?

[PV]: É uma das áreas onde há que investir mais, desde o gestor de topo até aos utilizadores. O fator humano é crucial e, em alguns casos, o elo mais fraco da segurança organizacional.

[RSC]: Existem diferenças significativas ao nível dos operadores públicos e privados?

[PV]: Não é razoável comparar o setor público

com o setor privado. Em cada um destes setores há excelentes práticas a par de casos em que é necessário melhorar muito.

[RSC]: De que forma se pode aumentar o interesse da sociedade em geral sobre esta matéria?

[PV]: Através de um esforço de capacitação dirigido a todos. À população em geral, aos gestores, aos profissionais das TIC, aos profissionais de quem usa as TIC (quase todos) e aos utilizadores finais. Todos, Estado, empresas e organizações tem de ser agentes de mudança para o digital, tendo obrigação de capacitar os seus quadros.

[RSC]: Como caracterizar o desempenho do Estado Português em matéria de segurança de informação, para além da função legislativa?

[PV]: Na área da segurança nunca se pode dizer que está tudo feito. Têm sido feitos investimentos, formadas as pessoas, estruturadas as ações na área da cibersegurança.

Mas, por exemplo, a Estratégia Nacional de Segurança do Ciberespaço irá ser revista para melhorar este desempenho e a abrangência das políticas e de envolver mais agentes. As peças legislativas, pelo modo como as sociedades evoluem, serão um instrumento a usar para melhorar o desempenho.

[RSC]: Dos eixos de intervenção identificados na estratégia nacional qual ou quais se podem considerar alcançados? Quais os prioritários?

[PV]: Nenhum está alcançado na plenitude. A avaliação que foi feita sobre a concretização da Estratégia mostra que há eixos mais avançados que outros.

O Eixo 4, é crucial e outros instrumentos que foram criados, como a InCoDe2030, podem ajudar Portugal mais digital e com cibersegurança, pois a capacitação em TIC é estruturante.

[RSC]: Em que medida a estratégia nacional de segurança do ciberespaço vai contribuir para a atempada transposição da Diretiva (UE) 2016/1148 do Parlamento Europeu e do Conselho (Diretiva NIS/SRI)?

[PV]: São dois instrumentos separados, mas que se combinam para garantir um ciberespaço de

interesse nacional mais seguro. A Diretiva SRI, uma vez vertida para a legislação nacional, será mais um instrumento relevante para aumentar a segurança do ciberespaço.

[RSC]: Num domínio em que as ameaças podem ser globais até que ponto as medidas nacionais se revelam eficazes?

[PV]: Não há soluções mágicas para os desafios da cibersegurança global, mas se todos os elos forem mais fortes (cada País, cada organização) o resultado global é um mundo mais ciberseguro.

[RSC]: Numa perspetiva abrangente de segurança de informação, qual deve ser o papel dos operadores privados?

[PV]: Devem tratar da sua cibersegurança e obedecer à legislação que vai sendo aprovada – como irá acontecer quando a Diretiva SRI estiver transposta.

Também devem, no caso dos setores das TIC, reforçar-se e apresentar boas soluções, tecnicamente sólidas, inovadoras e que possam, também, ser exportadas para o mercado global.

[RSC]: Quais as principais ameaças para as empresas, no que diz respeito à segurança de informação? Podem também estas ameaças ser convertidas em oportunidades?

[PV]: Há muitas ameaças, logo a falta de entendimento dos gestores de topo de que a transformação digital abre inúmeras oportunidades mas obriga a que entendam que é necessário investir, em meios materiais e humanos para a cibersegurança.

Depois há os desafios para uma correta conceção das infraestruturas tecnológicas, das aplicações, dos sistemas de informação. E entenderem que há ameaças externas e internas a que é preciso atender, para se ter uma segurança global adequada aos riscos que a empresa pode enfrentar. Sim, uma empresa

que olha seriamente para a cibersegurança tem uma vantagem competitiva em relação a outras, quer na capacidade de ser resiliente no mundo digital, mas também tem economias, por exemplo, nos prémios de seguros que serão mais reduzidos.

[RSC]: Estão os operadores privados conscientes da importância do fator humano enquanto fator crítico no processo da segurança?

[PV]: Mais uma vez a resposta a esta pergunta não é possível numa base zero ou um. Há casos de enorme qualidade, na perceção da importância do fator humano, mas a perceção geral é que é algo que não tem ainda a atenção necessária.

[RSC]: Em que nível se encontra atualmente a oferta e a procura de formação em segurança das redes e da informação?

[PV]: Há ofertas na vertente tecnológica de muita qualidade, mas face às carências de mercado é preciso aumentar, e muito, o número de pessoas formadas. Já noutras áreas em que a cibersegurança deve ser tratada, como na gestão, no direito, há que introduzir unidades curriculares onde o tema da segurança digital seja tratado

“A cibersegurança ainda é tratada de modo deficiente, a nível mundial, pela pouca cultura de segurança digital que existe. Isto é motivado pela rapidez da transformação digital e pela escassez de meios humanos com competências na área.”

com alguma profundidade.

Em relação à procura há que trazer mais pessoas para esta área, em especial faz muita falta trazer mais mulheres para a cibersegurança.

[RSC]: Pode/deve essa relação ser otimizada de forma a elevar os níveis de segurança da informação?

[PV]: Aqui a resposta é muito simples e basta uma palavra: SIM.

“O setor público está a investir na envolvente em que tem capacidade de ação, mas as empresas devem fazer muito mais na medida em que são os principais interessados em que o ciberespaço nacional seja seguro para que os cidadãos tenham confiança e usem a economia digital.”

[RSC]: Em que medida as escolas e universidades investiram nas competências e conhecimentos para uma utilização segura das tecnologias de informação dos seus alunos?

[PV]: Investiram mas tem que investir mais, pela crescente relevância do tema em todo o processo de ensino e no quotidiano dos jovens.

[RSC]: De que forma estão a ser estimuladas e potenciadas as capacidades científicas, técnicas, industriais e humanas?

[PV]: Através de cursos, projetos e ações de divulgação. Mas, mais uma vez, é preciso fazer muito mais face à aceleração da transformação digital. Por exemplo, na área da *Internet* das Coisas, que vai crescer muito nos próximos anos, o que está a ser feito ainda é muito pouco.

[RSC]: De que forma se podem fomentar as necessárias sinergias para que operadores públicos e privados, escolas e empresas cooperem francamente no desígnio nacional e


européu da segurança da informação?

[PV]: O setor público está a investir na envolvente em que tem capacidade de ação, mas as empresas devem fazer muito mais na medida em que são os principais interessados em que o ciberespaço nacional seja seguro para que os cidadãos tenham confiança e usem a economia digital.

[RSC]: Existem áreas das quais há deficit de conhecimento em termos técnico-científico?

[PV]: Em todas as áreas há uma dinâmica notável, um desenvolvimento rápido, que obriga a um grande esforço de manter os conhecimentos atualizados. E há áreas emergentes, como a *Internet* das Coisas, a tecnologia das *blockchain* ou da *big data*, que necessitam de muita I&D.

[RSC]: Gostaríamos que deixasse uma mensagem aos trabalhadores, às empresas, ao Estado e à sociedade em geral.

[PV]: A transformação digital está a penetrar na nossa sociedade a um nível acelerado e a melhor maneira de colher os seus benefícios é ter confiança, estudar e investir na sociedade digital, mas sempre tendo e atenção a cibersegurança a nível dos nossos comportamentos e ações. 



Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) desde 2012.

É membro do Grupo de Proteção de Dados da União Europeia.

É Doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da UC. É professora universitária desde há mais de 20 anos. Diz à *Revista Segurança Comportamental* que Portugal foi pioneiro (1976) no que diz respeito à proteção de dados.

“Não há uma grande consciencialização para as questões de segurança da informação (...) A disponibilização de dados pessoais nas redes sociais por iniciativa dos seus próprios titulares expõe de forma muito intensa a sua privacidade (...) não têm consciência dos riscos que correm (...)”.

Para aumentar a consciencialização, a CNPD lança a nível nacional o projeto DADUS, para crianças e jovens em contexto escolar, ou seja, a disciplina de TIC já integra conteúdos relativos à proteção de dados e privacidade.

Revista Segurança Comportamental [RSC]: Como caracteriza o atual estado da segurança da informação em geral e da proteção de dados pessoais em particular?

Filipa Calvão [FC]: Gostaria de me pronunciar apenas sobre a segurança dos dados pessoais, uma vez que essa é a área de intervenção da CNPD. Diria que para as empresas e mesmo para as entidades públicas, o campo da segurança é uma espécie de “parente pobre” a quem não se dedica muita atenção nem investimento. Excepcionando alguns setores específicos – como o setor financeiro – onde a segurança da informação é indispensável ao desenvolvimento do negócio, existe uma crença generalizada de que os azares só acontecem aos outros. Não há efetivamente uma grande consciencialização para as questões de segurança da informação dentro das organizações. Isto é, a segurança dos dados pessoais não é entendida como uma prioridade pelos responsáveis pelos tratamentos, apesar de a economia ser cada vez mais digital e de o ciberespaço mostrar diariamente as suas fragilidades e ser crescentemente alvo de ação criminosa.

[RSC]: Existem diferenças significativas entre países/regiões?

[FC]: Tanto quanto me é dado a conhecer, não há diferenças significativas. O nosso país, nessa matéria, não está mais atrasado na sua reação a esses fenómenos do que outros países europeus. Está a começar a haver agora uma maior sensibilização para as questões da cibercriminalidade, até por iniciativa da União que está a promover a adoção de legislação, a discussão e a cooperação nessa matéria, mas continuamos aquém das necessidades reais. De qualquer modo, gostaria de sublinhar que excluindo o ciberespaço, continua a haver muitas deficiências e vulnerabilidades de segurança no mundo físico.

Nem tudo exige grandes investimentos, por vezes já seria um grande avanço a adoção de algumas medidas procedimentais que ajudariam certamente a aumentar o nível de segurança da informação dentro da organização.

[RSC]: Os dados pessoais têm vindo a revelar-se, para grandes empresas tecnológicas, um “novo

petróleo” ou “minas de ouro”, que faz prever que em 2018 a procura de analistas de dados exceda em cerca de 50% a oferta. De que forma/s a nova regulamentação europeia, em especial o Regulamento (EU) 2016/679, conhecido por Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) vai afetar este novo mercado?

[FC]: Todos estamos de acordo quanto ao valor económico que os dados pessoais podem ter. Mas esse “rendimento” não pode ser obtido a qualquer custo. Há regras a cumprir e sobretudo os direitos fundamentais dos cidadãos têm de ser salvaguardados. Essa proteção já existia em termos gerais com a diretiva de proteção de dados de 95; no entanto, o regulamento geral de proteção de dados (RGPD) reconhece expressamente as técnicas de *profiling* que se aplicam atualmente a grandes quantidades de informação (*big data*) com o objetivo de monitorizar e prever determinado tipo de comportamento dos indivíduos. Deste modo, exige-se o cumprimento de certas obrigações que visam atenuar os riscos e o efeito negativo que tais tratamentos de dados podem ter nos direitos das pessoas.

Convém ter presente, porém, que é possível tirar partido da análise de grandes volumes de informação sem que haja necessariamente tratamentos de dados pessoais. É possível analisar informação de forma agregada e utilizar esses resultados como suporte de políticas públicas adequadas em prol do interesse público, sem que tal signifique o rastreamento constante da vida privada dos cidadãos, dos seus gostos, das suas escolhas, das suas amizades, dos seus percursos.

[RSC]: De que formas pode este mercado afetar a sociedade?

[FC]: O mercado não é um organismo vivo autónomo. O mercado existe nas sociedades dentro dos limites e nas condições estabelecidas pelos homens no quadro de uma vivência democrática, como é o nosso caso. Nessa medida, tem de servir a sociedade e não o contrário, o que significa cumprir as regras, ou seja, quanto ao tratamento de dados pessoais, respeitar os direitos fundamentais. As grandes empresas tecnológicas não podem agir fora da lei e os seus interesses privados não se podem sobrepor ao interesse público.

[RSC]: Qual a posição da CNPD perante a possibilidade de um Estado-Membro, através do recurso à notificação da Comissão europeia, poder passar a aplicar a Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR), também a voos intra-UE?

[FC]: A CNPD emitiu o Parecer 61/2017 sobre a transposição da diretiva PNR para o ordenamento jurídico interno, no qual manifestou uma posição crítica quanto à opção do Estado português – não nos pronunciamos sobre as opções dos outros Estados-Membros – em alargar o tratamento de dados PNR aos voos intra-UE. Não está justificada essa necessidade e tal opção vem, além disso, pôr em causa a proclamada liberdade de circulação interna na União prevista pelos tratados. Liberdade significa não ser sujeito a um controlo sistemático das viagens internas realizadas, ademais com um histórico de movimentos de cinco anos. A diretiva dava a possibilidade de escolha aos EM, o que significa que o tratamento dos dados PNR intra-UE nem sequer é considerado necessário para fins de combate à criminalidade grave.

De qualquer modo, a questão que se coloca neste momento é a de retirar as ilações necessárias da posição do Tribunal de Justiça da União Europeia sobre o acordo PNR UE/Canadá, uma vez que o parecer do tribunal sobre a (des)conformidade do acordo com a Carta dos Direitos Fundamentais obrigará à reavaliação de outros acordos similares, bem como do teor da atual diretiva.

[RSC]: Qual a posição da CNPD perante a possibilidade, realçada pela Diretiva, de os Estados-Membros preverem, no âmbito do respetivo direito nacional, um sistema de recolha e tratamento dos dados PNR provenientes de outros operadores económicos que não sejam as transportadoras aéreas?

[FC]: A diretiva apenas abrange a comunicação

dos dados PNR pelas transportadoras aéreas. A possibilidade de os EM alargarem a outros operadores económicos está prevista nos considerandos e não no articulado em si. Sabemos que as agências de viagem ou outros operadores turísticos tratam dados de passageiros, de forma mais exaustiva, que estão incluídos no elenco de dados PNR, e que não estão na posse das transportadoras aéreas que

“Não há efetivamente uma grande consciencialização para as questões de segurança da informação dentro das organizações. Isto é, a segurança dos dados pessoais não é entendida como uma prioridade pelos responsáveis pelos tratamentos, apesar de a economia ser cada vez mais digital e de o ciberespaço mostrar diariamente as suas fragilidades e ser crescentemente alvo de ação criminosa.”

acabam por tratar somente os dados API (*advance passenger information*), os quais já estão sujeitos a comunicação legal às autoridades. Esta solução dúplice demonstra bem que não existe um critério de necessidade subjacente a este tratamento, o que põe em crise a adequação deste instrumento como um meio idóneo de combate à criminalidade.

[RSC]: Relativamente à problemática PNR pode ocorrer o risco de discriminação em relação aos passageiros em transporte privado? Em particular no espaço de liberdade segurança e justiça da UE?

[FC]: Há claramente uma discriminação positiva em relação aos passageiros do transporte privado. Não se conhece se esta decisão assenta em alguma avaliação de risco específica.

De novo se levantam razoáveis dúvidas sobre se esta diretiva cumpre efetivamente o fim a que se propõe de combate à criminalidade grave. Certo é que

esta diretiva trata como potenciais suspeitos, pelo menos, todos os passageiros das transportadoras aéreas.

[RSC]: Na atual sociedade de informação as pessoas disponibilizam cada vez mais informação e até os seus dados pessoais de uma forma pública/global, designadamente nas redes sociais. Pode este comportamento comprometer a almejada segurança da informação e da proteção de dados pessoais?

[FC]: A disponibilização de dados pessoais nas redes sociais por iniciativa dos seus próprios titulares expõe de forma muito intensa a sua privacidade. Estou convicta que, de uma maneira geral, as pessoas não têm consciência dos riscos que correm quando divulgam informação de natureza muito pessoal. Esses riscos podem incidir sobre a sua segurança física (por exemplo, quando divulgam que não vão estar em casa ou que estão sozinhas), sobre a sua vida profissional (quando os empregadores ou potenciais empregadores em fase de recrutamento fazem juízos de valor negativos sobre os trabalhadores, as suas escolhas, preferências ou opiniões) ou sobre a sua vida privada, com todas as consequências negativas que uma divulgação excessiva de informação pessoal pode conter, designadamente ser objeto de *profiling*, que pode resultar até no bloqueio de acesso a determinados serviços.

[RSC]: Em que medida a existência ou inexistência de uma cultura de segurança em geral pode afetar a segurança da informação /proteção dos dados pessoais?

[FC]: Como já afirmei, há ainda uma insuficiente cultura de proteção de dados, seja por parte dos responsáveis pelos tratamentos nos setores privados e públicos, seja por parte dos cidadãos, titulares dos dados. Uma das componentes da proteção de dados é a segurança da informação pessoal. Para que esta seja garantida é preciso que todos os intervenientes estejam sensibilizados para as suas obrigações. A segurança dos dados pessoais tem de ser mantida em todas as fases do tratamento de dados, desde a recolha da informação até à sua destruição. Mas há aqui que distinguir dois contextos: por um lado, compete aos responsáveis pelos tratamentos de dados tomar

as medidas técnicas e organizativas adequadas para garantir a segurança da informação e impedir que os dados pessoais sejam indevidamente acedidos, divulgados, apagados. O incumprimento desta obrigação legal é sancionável; por outro lado, os cidadãos, na sua vida particular, tendo ou não consciência dos perigos, têm a liberdade de dispor dos seus dados pessoais como entenderem (só dos seus, não dos de terceiros, incluindo os dos seus filhos). Claro que as pessoas têm de ser devidamente informadas sobre que tratamento vai ser dado aos seus dados pessoais (voltando ao caso das redes sociais) para, na posse de todos os elementos, poderem escolher o que querem fazer. No entanto, se uma pessoa de sua livre vontade divulgar informação que só a si diz respeito não está a quebrar nenhuma regra de segurança.

[RSC]: A menos de um ano para a transposição para o Direito interno, da Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR), para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave, o que explica o facto de esta problemática não chegar ao centro da discussão pública?

[FC]: O centro da discussão pública parte naturalmente da Assembleia da República. A proposta de lei ainda não chegou ao parlamento, por isso este assunto ainda não está na agenda mediática. De qualquer modo, a nível europeu, há bastante discussão sobre esta diretiva, seja pelas autoridades de proteção de dados nos seus grupos de trabalho, seja pelas organizações não-governamentais ou mesmo pelas instituições europeias. A decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia, no processo de parecer 1/15, a pedido do Parlamento Europeu, veio animar o debate.

[RSC]: Relativamente a sensibilização e formação nesta matéria seria desejável a CNPD exercer de alguma forma a supervisão da formação aos órgãos do Estado? Aos particulares? Encarregados da proteção de dados?

[FC]: A CNPD tem competências gerais em matéria de sensibilização para as questões de proteção de dados, mas o seu papel de supervisão não

se estende à formação. Apesar da insuficiência de recursos humanos com que se debate desde sempre, a CNPD promove seminários e conferências para debater questões prementes de proteção de dados e participa com muita frequência numa grande variedade de ações promovidas por outras entidades, públicas e privadas. Mas não podemos, nem queremos, monopolizar a formação e o debate. Essa não é a nossa função. Por exemplo, no passado lançámos o Projeto DADUS, um programa para crianças e jovens, no contexto escolar em todo o território nacional, com o apoio do Ministério da Educação, e com grande envolvimento dos professores e dos pais. Neste momento, as metas pedagógicas da disciplina de TIC já integram conteúdos relativos à proteção de dados e privacidade. Quanto aos encarregados de proteção de dados, que passarão a ser obrigatórios no setor público e, em alguns casos, no setor privado, com a aplicação do Regulamento Geral sobre Proteção de Dados (RGPD), é muito natural que a CNPD venha a organizar ações formativas específicas no futuro. Há outras questões que é necessário definir primeiro e temos que aguardar pela legislação nacional para conhecermos com exatidão qual vai ser o quadro legal aplicável.

[RSC]: Portugal terá sido pioneiro na atribuição de dignidade constitucional à proteção de dados pessoais. Continua Portugal de alguma forma na linha da frente nesta matéria?

[FC]: Fomos de facto pioneiros, em 1976, e isso é um motivo de grande orgulho quando se trata de direitos fundamentais. A Europa só consagrou, com força vinculativa, o direito fundamental à proteção de dados com o Tratado de Lisboa, em 2009. Penso que, de certo modo, continuamos na linha da frente, até pela experiência obtida em tantos anos de trabalho, ainda que a falta de recursos venha condicionando bastante a nossa ação. Também no que diz respeito à prática de fiscalização no terreno, a CNPD tem um palmarés invejável por comparação com a maioria dos países europeus. A experiência

e a opinião da CNPD são bastante reconhecidas e valorizadas, internacionalmente, pelos nossos colegas da proteção de dados. E isso é algo que se consegue com muito trabalho e dedicação ao longo dos anos, principalmente tratando-se de uma autoridade de um país de pequena dimensão e periférico.

[RSC]: A implementação do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais, constitui sem dúvida mais um passo no aprofundamento do Espaço de Liberdade Segurança e Justiça da União.

Pode também aqui falar-se de uma alteração de paradigma na medida em que se trata afinal de mais uma área arredada da esfera da soberania nacional?

“Uma das componentes da proteção de dados é a segurança da informação pessoal. Para que esta seja garantida é preciso que todos os intervenientes estejam sensibilizados para as suas obrigações. A segurança dos dados pessoais tem de ser mantida em todas as fases do tratamento de dados, desde a recolha da informação até à sua destruição.”

[FC]: O RGPD não releva para efeitos do espaço de liberdade, segurança e justiça da União. Essa área está coberta pela diretiva 2016/680. O regulamento vem apenas substituir a anterior diretiva de proteção de dados (Diretiva 95/46/CE). Os domínios afetados já estão comunitarizados há muitos anos e não afetam a soberania nacional. A questão que se colocou desde o início, com a apresentação da proposta em 2012, foi a da escolha do instrumento “regulamento” em vez de uma diretiva, a qual permitiria uma maior flexibilidade de transposição num campo que é tão transversal à sociedade como a proteção de dados pessoais. Porém, o

regulamento deixou ainda alguma margem de manobra aos Estados-Membros para legislar em algumas áreas específicas, como a saúde ou o trabalho.

[RSC]: Em que medida a existência de sistemas de segurança de informação de natureza diversa (militar, administrativo, judicial, entre outros) pode contribuir para incrementar o nível de segurança ou fomentar a sua violação?

[FC]: Os sistemas de informação detidos por entidades públicas, independentemente das suas

“Frequentemente há mais do que um caminho para chegar ao mesmo resultado, principalmente quando se trata de encontrar respostas técnicas e tecnológicas que favoreçam a privacidade e a proteção de dados. Essa liberdade existe e deve ser usufruída por quem toma as decisões, sendo certo que terá de assumir as consequências das opções tomadas.”

finalidades, têm de estar previstos por lei. Nessa regulação, deve ficar determinado – e a CNPD nos seus pareceres insiste nessa necessidade e emite opinião sobre o nível de segurança previsto – um conjunto de medidas que há que observar para garantir que todos os aspetos da segurança dos dados pessoais estão cobertos, são aplicados e cumpridos. Isto contribui obviamente para incrementar o nível de segurança. Em primeiro lugar, o legislador tem de equacionar que tipo de segurança é exigível para aquele sistema de informação em concreto, atendendo às suas características (ambiente fechado ou aberto, acessos do exterior, rede utilizada, etc.). Em segundo lugar, é necessário dar cumprimento às exigências legais, adotando políticas internas, procedimentos próprios, equacionando novos riscos, formando os utilizadores e por aí adiante. Tudo isto tem um peso maior dentro da organização e faz aumentar o nível de conhecimentos e de cultura sobre a segurança dos dados.

[RSC]: Pode/deve a CNPD nesta matéria ter um papel mais interventivo e efetivo junto do Estado na criação/adaptação e na aplicação da Lei?

[FC]: A CNPD está sempre disponível para contribuir com o seu conhecimento e a sua experiência para apoiar as entidades públicas na aplicação do regime de proteção de dados pessoais. A emissão de parecer durante o processo legislativo, em matéria de proteção de dados, é igualmente uma oportunidade prévia para dar coerência aos diplomas, suscitar questões ao legislador e aperfeiçoar em geral as soluções legislativas, atendendo às opções do legislador e às exigências constitucionais. Todavia, não compete às autoridades de supervisão fazer o trabalho dos responsáveis pelos tratamentos. Cada um desempenha o seu papel. Também não queremos ser paternalistas. Frequentemente há mais do que um caminho para chegar ao mesmo resultado, principalmente quando se trata de encontrar respostas técnicas e tecnológicas que favoreçam a privacidade e a proteção de dados. Essa liberdade existe e deve ser

usufruída por quem toma as decisões, sendo certo que terá de assumir as consequências das opções tomadas. E sabemos que isso nem sempre é fácil...

[RSC]: Pode falar-se agora da existência de um sistema de proteção de dados com responsabilidades repartidas entre o Estado e os privados?

[FC]: Não creio que essa seja uma afirmação rigorosa. Existe desde 1994 um regime legal de proteção de dados pessoais em Portugal, aplicável de igual modo ao setor público e ao setor privado, sem exceções. O RGPD não vem praticamente alterar esse estado de coisas. As responsabilidades não são repartidas entre as diferentes organizações que realizam tratamentos de dados.

Já no plano da relação entre supervisor e responsáveis pelos tratamentos, a responsabilidade vai recair, desde o início, sobre as organizações, uma vez que desaparece o controlo prévio da CNPD.

[RSC]: Em caso de violação do disposto no RGPD por parte de empresas, encontra-se prevista a aplicação de avultadas coimas. Que tipo de sanções vai Portugal aplicar em caso de violação do disposto no RGPD por parte de organismos do Estado?

[FC]: Teremos que aguardar pela legislação nacional que vai completar o quadro legal do RGPD. Além disso, o regime sancionatório do regulamento não compreende apenas a aplicação de coimas. Mas não há nenhum motivo, no nosso entender, para alterar aquilo que tem sido o regime jurídico interno desde sempre, que é o de não haver derrogações para o setor público. Deve haver igualdade de tratamento entre as entidades públicas e as privadas, uma vez que as obrigações legais também são as mesmas. Por que razão não deveriam as entidades públicas ser sancionadas, se o direito fundamental dos cidadãos é afetado?

[RSC]: Continuando as organizações e as empresas a depender em grande medida do fator humano de que formas se deve apostar investir nas pessoas?

[FC]: Há duas formas complementares de diminuir o risco de violação de segurança nos tratamentos de dados pessoais. Uma delas é elaborar políticas internas de segurança e ensinar as pessoas: o que devem fazer, o que devem evitar, como devem fazer, o que não podem fazer. Os procedimentos têm de ser testados, revistos, atualizados e a formação tem de ser contínua.

A outra via é minimizar e prevenir o risco de má utilização ou erro humano, através de uma maior automatização de procedimentos, da adoção de soluções técnicas de *Privacy by Design*, de controlo de acessos e elaboração de perfis de acesso determinados em função da necessidade de conhecer, do rastreio da ação dos utilizadores, etc.

[RSC]: Em que medida as organizações e as empresas têm como objetivos ou na sua agenda

a questão da proteção dos dados pessoais dos clientes e dos colaboradores?

[FC]: Penso que a situação é diversa e não há indicadores fidedignos sobre essa realidade. Uns preocupam-se com o nível de proteção de dados da organização, outros não. Há quem invista na proteção de dados pessoais e quem não o faça. Uns estão a preparar-se para as alterações do RGPD,

“Há duas formas complementares de diminuir o risco de violação de segurança nos tratamentos de dados pessoais. Uma delas é elaborar políticas internas de segurança e ensinar as pessoas: o que devem fazer, o que devem evitar, como devem fazer, o que não podem fazer. (...) A outra via é minimizar e prevenir o risco de má utilização ou erro humano, através de uma maior automatização de procedimentos, da adoção de soluções técnicas (...).”

outros nem tanto.

Algumas empresas já perceberam que uma cultura de exigência e cumprimento em matéria de proteção de dados pessoais representa uma mais-valia económica, traduzida pela confiança que os clientes depositam nelas em detrimento da concorrência. A reputação aqui também joga um papel relevante.

[RSC]: Qual o grau de envolvimento/responsabilidade da Escola/Universidade em matéria de segurança da informação e proteção de dados?

[FC]: As universidades começaram há já algum tempo a interessar-se pelas questões de proteção de dados, principalmente ao nível das faculdades de Direito, embora também haja algumas iniciativas que têm uma abordagem mais tecnológica. Têm sido promovidos cursos de especialização, pós-graduações e outras formações avançadas, bem como conferências e debates na área da privacidade e da proteção de dados. Esta matéria foi mesmo

integrada em algumas licenciaturas.

Desde 2016, com a entrada em vigor do RGPD, intensificaram-se essas ações. A universidade desempenha um papel fundamental na evolução do saber e traz uma perspetiva mais científica que é desejável num domínio tão apelativo e que tem tanto impacto na vida das sociedades atuais.

A CNPD também contribuiu para esse dinamismo e para o envolvimento do ensino superior ao promover protocolos de cooperação com algumas instituições universitárias.

[RSC]: A CNPD, a propósito da crescente oferta formativa em proteção de dados, esclarece no sítio da *internet* que não está a promover qualquer formação em proteção de dados. Pode dizer-se que existe um vazio no domínio da formação?

[FC]: Convém contextualizar essa afirmação. A CNPD fez um esclarecimento público, um alerta, porque havia ofertas formativas de proteção de dados que se poderiam facilmente confundir com ofertas da CNPD, o que à partida lhes daria uma validação superior.

Parecia mesmo que alguém queria tirar partido dessa confusão. Recebemos muitos pedidos de informação sobre se era a CNPD que estava a ministrar aqueles cursos. Tivemos que deixar claro que não era a CNPD, mas outrem que não se identificava de forma transparente.

Quanto à oferta formativa, podemos mesmo dizer que ela é muito variada e crescente. Não há qualquer vazio; quanto muito poderá equacionar-se se o vazio se coloca ao nível da qualidade da oferta.

[RSC]: Que medidas podem ser implementadas para que também neste domínio, as faculdades operem de forma integrada em particular com as empresas/organismos de forma a melhor proteger o cidadão?

[FC]: As universidades têm dinâmicas próprias e a sua proximidade com o mundo empresarial é promovida em determinados cursos e eventualmente algumas universidades cultivam mais esse tipo de interação. Isso é saudável, porque o conhecimento científico não está dissociado da sua aplicação prática.

Mas esse é um domínio em que a CNPD não


intervém, fica ao critério e à livre iniciativa dos estabelecimentos do ensino superior.

[RSC]: Numa sociedade em que tudo muda cada vez mais rapidamente, é possível dotar com o necessário conhecimento todos os atores com responsabilidades na segurança da informação/proteção de dados pessoais de forma a manter de forma contínua os riscos em níveis aceitáveis?

[FC]: Como em todas as áreas, o estudo tem de ser constante para ser possível acompanhar a evolução tecnológica e conseguir responder aos desafios que diariamente se colocam. Essa exigência é tanto maior quanto a realidade se altera muito rapidamente.

Mas é essencial, também, tirar tempo para a reflexão, a análise, a ponderação e o debate de ideias; caso contrário, podemos ser engolidos pela vertigem do avanço tecnológico e demitirmo-nos de fazer as nossas escolhas de acordo com o que queremos e não com o que nos impõem. Não é demais insistir que a tecnologia tem de estar ao serviço do Homem e não o homem subjugar-se à tecnologia.

[RSC]: Existe sob alguma forma algum esforço de investigação nesta área?

[FC]: Felizmente já há muitos investigadores a estudar sobre proteção de dados e privacidade e a sua relação com o mundo digital, a *Internet* das Coisas, a *Internet* dos Corpos, a inteligência artificial e a robótica, a liberdade dos indivíduos, a salvaguarda de outros direitos fundamentais, como o direito à liberdade de expressão, de circulação, de não ser sujeito a uma vigilância constante. Começa a haver edições especializadas nesta área e cada vez mais são publicados livros sobre todas estas temáticas. Também se encontram abordagens mais teóricas e abordagens mais práticas. Ambas são necessárias. Também começam a surgir as imprescindíveis pontes entre o Direito e as Tecnologias. É essencial ter um olhar integrado na transdisciplinaridade. Acho que estamos no bom caminho. 

Auditorias/Observações Comportamentais de Segurança

Ação Formativa
(4ª edição)

Holiday Inn Lisbon-Continental | Lisboa |
15 a 16.11 de 2018 | 9H30 às 17H30

ENQUADRAMENTO

As empresas que gerem a segurança e saúde através dos comportamentos são empresas líderes nesta matéria, que objectivam a excelência, tornando-se mais competitivas. Esta abordagem é baseada na premissa de que uma proporção significativa dos acidentes de trabalho é causada pelo comportamento. A Revista Segurança Comportamental juntamente com a ProAtivo, desenvolveu o programa comportamental de segurança, designado por PRE (Papel, Razão e Emoção). Este programa é composto por 23 requisitos ou critérios (culturais e operacionais), sendo que um deles é a implementação das auditorias/observações/diálogos comportamentais de segurança, onde os seus *stakeholders* principais são auditores treinados, que apreendem a observar, registar e monitorizar os atos aceitáveis e não aceitáveis daquele contexto laboral.

OBJETIVOS

Habilitar os formandos à realização de auditorias/observações/diálogos comportamentais de segurança; à execução dos respectivos registos, análise qualitativa e quantitativa, e monitorização das mesmas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Capítulo I – Conceitos Básicos

Capítulo II – Intervenção Sistémica ABC

- Tipologia de antecedentes
- Maturidade da cultura de segurança
- Evolução da consciência de segurança
- Perceção de risco
- Tipologia de consequências
- Categorias de falhas humanas

Capítulo III – Qualificação dos Auditores/Facilitadores

Capítulo IV – Auditorias/Observações/Diálogos Comportamentais de Segurança

- Procedimento de A/O/DCS
- Técnicas aplicadas e erros comuns
- Auditorias comportamentais de segurança
- Diálogos preventivos de segurança (instrutivos, compensatórios e corretivos)
- Recolha e análise de dados
- Indicadores mais relevantes (Índice de atos não aceitáveis/inseguros, taxa de preocupação, etc.)

DESTINATÁRIOS

Técnicos de segurança e higiene do trabalho, representantes dos trabalhadores, consultores e auditores de SST, formadores de SST, médicos do trabalho, sociólogos, psicólogos, enfermeiros, técnicos de saúde, responsáveis e técnicos de gestão de recursos humanos, gestores, supervisores e colaboradores de diversas áreas.

EQUIPA FACILITADORA



Natividade Gomes Augusto: licenciada em sociologia pelo ISCTE-IUL. Pós-graduada em gestão de SHST, pelo ISCSEM. Técnica superior de SHT. Pós-Graduada em Sistemas Integrados, Qualidade, Ambiente, Segurança e Responsabilidade Social. Técnica Superior de Segurança. Especialista em comportamentos de segurança, saúde e ambiente. Facilitadora do 1.º curso em Portugal sobre "Segurança e Saúde Comportamental, em 2010. Elemento da Comissão Técnica 42 – Segurança e Saúde no Trabalho. Diretora da Revista Segurança Comportamental. CEO da PROATIVO, IP.

Sónia P. Gonçalves, psicóloga, doutorada em psicologia do trabalho e das organizações pelo ISCTE-IUL. Docente no Instituto Piaget. Investigadora no CIS/ISCTE-IUL. Técnica Superior de Segurança. Coordenadora do Conselho Editorial da Revista Segurança Comportamental. Facilitadora da 2.ª edição do curso de "Auditor/observador preventivo de segurança e saúde", realizado em 2012.

Para mais informações
geral@segurancacomportamental.com
Rua Fernando Maurício | nº 21 | 4C | 1950 - 447 | Lisboa
TI: 216022572

Conheça todas as condições.
Inscree-se!
AQUI

Organização



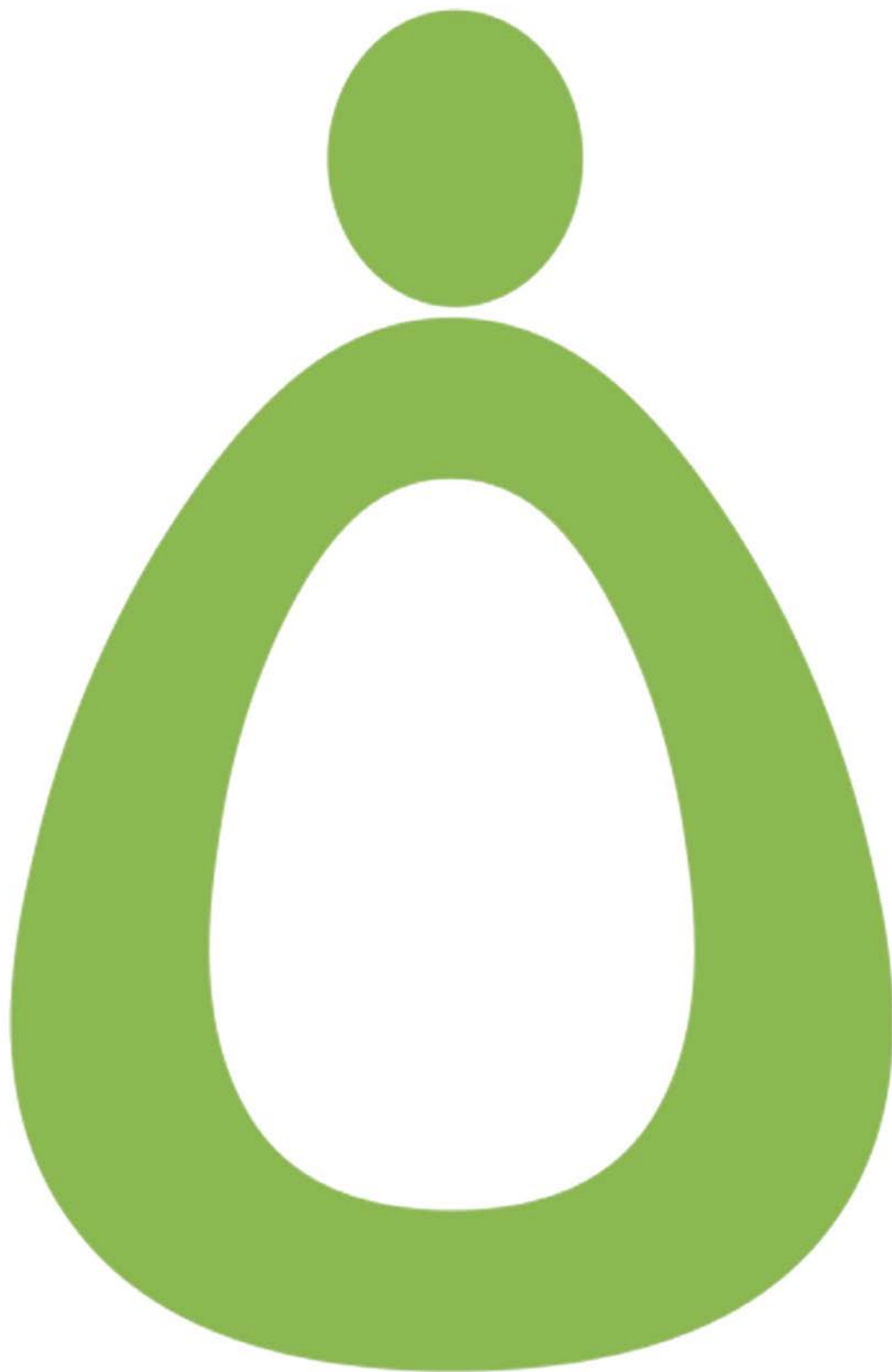
Parceiros





A nossa aposta é
na Intervenção Organizacional
e Comportamental em
RISCOS PSICOSSOCIAIS!

PROATIVO, Instituto Português
Rua Fernando Maurício | n.º 21 C | Edifício 8 | Loja 4 | 1950-447 Lisboa
Tel. + 351 216 022 572 | geral@pro-ativo.com | www.pro-ativo.com



Cadernos The People

N.º 1 | Segurança: Olhares do Estado, Academia, Sociedade, Empresas e Trabalhadores,
Financiado por PROATIVO, Instituto Português.

ProAtivo,
Instituto Português